



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

GERMANA LIMA DE ALMEIDA

**DAS FESTIVIDADES AOS FESTIVAIS: UMA ETNOGRAFIA SOBRE
POPULAÇÕES RURAIS E A INSERÇÃO DO TURISMO EM GUARAMIRANGA**

**FORTALEZA
2014**

GERMANA LIMA DE ALMEIDA

DAS FESTIVIDADES AOS FESTIVAIS: UMA ETNOGRAFIA SOBRE
POPULAÇÕES RURAIS E A INSERÇÃO DO TURISMO EM GUARAMIRANGA

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Professora Dr^a Lea Carvalho Rodrigues

FORTALEZA

2014

GERMANA LIMA DE ALMEIDA

DAS FESTIVIDADES AOS FESTIVAIS: UMA ETNOGRAFIA SOBRE
POPULAÇÕES RURAIS E A INSERÇÃO DO TURISMO EM GUARAMIRANGA

Monografia apresentada ao Departamento
de Ciências Sociais da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial
para a obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Sociais.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lea Carvalho Rodrigues (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Alba Maria Pinho de Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr Antonio George Lopes Paulino
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À vida e suas múltiplas formas de nos ensinar que a luz e a escuridão são as duas frações indissociáveis de um único elemento: o elemento primordial da propulsão da própria vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu casal de filhos (que ainda pensam ter o papel, unicamente, de meus pais);

A Lea Carvalho Rodrigues, por demonstrar-me com seus atos - não obstante a métrica ou a urgência da “locomotiva” científica - que o aprendizado sobre as transformações humanas se alcança, primordialmente, cultivando a sensibilidade inerente aos poetas;

Ao CNPq pelo apoio concedido através de uma bolsa de iniciação científica;

À Sociedade de Estudos da Memória e Patrimônio Regional da Serra de Baturité – SEMPRE, e em especial ao seu pesquisador, professor e historiador Francisco Levi;

Ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará - seu corpo docente, discente e técnico administrativo - por me aproximar desta multiplicidade valorosa de expoentes denomináveis de *humanidades*.

RESUMO

O trabalho monográfico apresenta resultados de uma pesquisa etnográfica sobre as populações rurais do município de Guaramiranga, situado na região serrana de Baturité, no estado do Ceará, aproximadamente a 100 km de distância da capital Fortaleza. O objetivo principal desta pesquisa foi estudar o *processo de mudança social* ocorrida em populações de moradores dos sítios cafeicultores de Guaramiranga. O elemento propulsor dessa mudança foi a atividade turística fomentada, principalmente, pelas políticas públicas dos governos municipal e estadual, implementadas a partir do final dos anos 1980. Inicialmente a pesquisa delimitou, através de levantamento historiográfico, as características estruturais da conformação sócio-cultural agrícola da população local. Em seguida, o levantamento etnográfico enfocou, principalmente, as narrativas orais nativas acerca dos acontecimentos festivos que se realizavam no período agrícola e como estes se realizam atualmente, com o predomínio da atividade turística. Tais festas são apreendidas nesta pesquisa sob a perspectiva do estudo antropológico de *rito* enquanto revelador da estrutura (GENNEP, 1977), objetivando retratar a dinâmica dos processos de mudanças destas comunidades rurais, sob a perspectiva conceitual de Sahlins (1985).

Palavras chave: Mudança social, turismo e comunidades rurais, ritos, Guaramiranga.

ABSTRACT

This Capstone Project brings forth the results of an ethnographic research on the rural population in the town of Guaramiranga, located in the hilly region of Baturité, Ceará State, nearly 100 km away from the capital city Fortaleza. The main purpose of this research has been to analyze the process of social shift brought about to peasant population living in coffee farmlands in Guaramiranga. The thrust to this change has been the touristic activity encouraged, chiefly, through public policies by the local and state governments, which had been implemented in the late 1980's. Initially, the research had defined, through historical investigation, the structural characteristics of the social-cultural agricultural conjuncture within local population. Following that, the ethnographic review focused, in particular, upon locals' oral narratives about the festivities that took place back in the agricultural period, compared to the ones nowadays, with prevalence of touristic activity. Such events are grasped on this research taking into consideration the perspective of the anthropological study of *rite* as revealing of structure (GENNEP, 1977), which aims to depict the shift processes dynamics within such rural communities, under the conceptual perspective of Sahlins (1985).

Key words: Social change, tourism and rural communities, rites, Guaramiranga.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Localização do município de Guaramiranga no Estado do Ceará e Macrorregião de Baturité	15
Figura 2	Genealogia do Ego	24
Figura 3	Evolução da recomposição cobertura vegetal de Guaramiranga no intervalo de cinco décadas.....	88
Figura 4	Sede da CEART em Guaramiranga.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados sobre pessoal ocupado na atividade industrial em Guaramiranga entre 1980 e 1995.....	16
Tabela 2: Número de Áreas Protegidas criadas, por décadas, no mundo e no Brasil	84
Tabela 3: Evolução demográfica de Guaramiranga em duas décadas.....	87
Tabela 4: Evolução percentual da cobertura e uso da terra em Guaramiranga no intervalo de algumas décadas	89
Tabela 5: Dados sobre o público do Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
BM	Banco Mundial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEART	Centro de Artesanato do Ceará
CEPEMA	Centro de Educação Popular em Defesa do Meio Ambiente
CHMC	Conjunto Habitacional Manoel de Castro
CONPAM	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
CNC	Conselho Nacional do Café
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FJBG	Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga
FNT	Festival Nordestino de Teatro de Guaramiranga
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MP	Ministério Público
ONG	Organização Não-Governamental
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado do Ceará
SEMACE	Secretaria de Meio Ambiente do Ceará
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETUR	Secretaria de Turismo
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
UC	Unidade de Conservação
UECE	Universidade Estadual do Ceará

LISTA DE ANEXOS

- 1 Calendário de eventos fornecido pela Prefeitura de Guaramiranga**
- 2 Dados elaborados pelos realizadores do Festival Jazz & Blues de Guaramiranga**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	METODOLOGIA.....	18
2.1	Aporte teórico: processos de mudança social.....	19
2.2	Recorte Metodológico: os eventos culturais analisados como rituais	20
2.3	A família em foco	21
3	APRESENTAÇÃO	25
PARTE 1: ELEMENTOS HISTÓRICOS DA CONFORMAÇÃO SÓCIAL AGRÍCOLA DE GUARAMIRANGA		
4	ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ	29
4.1	O café e a ocupação do povoado de Conceição (Guaramiranga)	32
4.2	O café local no contexto nacional e internacional.....	34
5	A ORGANIZAÇÃO SOCIAL AGRÍCOLA-CAFEEIRA: RELAÇÕES PRIMÁRIAS E DE RECIPROCIDADE DIRETA	37
5.1	Acesso a terra: morada, roçado de subsistência e sujeição....	37
5.2	Isolamento de uma economia de mercado	41
5.3	Unidade produtiva familiar e sua capacidade produtiva.....	42
5.4	Grupo familiar: relações hierárquicas, resultados produtivos coletivizados e socialização do indivíduo a partir da prática coletiva	44
5.5	Compadrio e reciprocidades	46
6	AS FESTIVIDADES ENQUANTO SÍNTESE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL AGRÍCOLA LOCAL	50
6.1	As “Brincadeiras” na Colheita do Café.....	51
6.2	A encenação dos Dramas	52
6.3	Casamentos	53
6.4	Festas Dançantes	54
6.5	Brincadeiras dançantes espontâneas.....	55

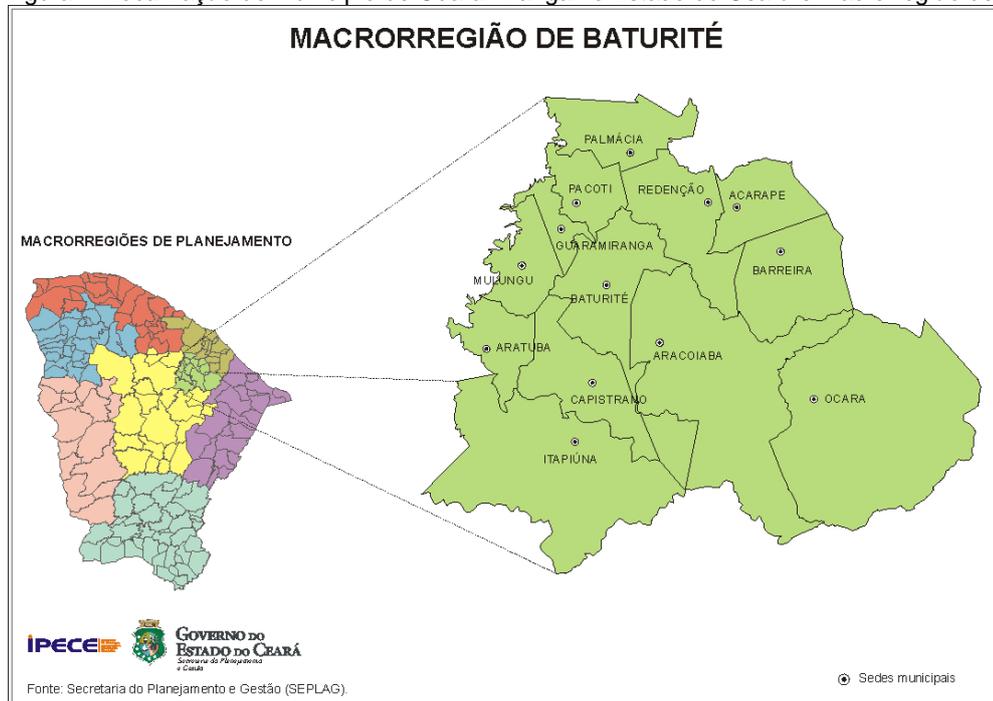
6.6	Festas de Santo	56
6.7	Síntese da dinâmica cultural expressa nas <i>Festividades</i>	58
6.7.1	<i>Espacialidades</i>	58
6.7.2	<i>Relações Hierárquicas</i>	59
6.7.3	<i>Relações Preferenciais e de Vizinhaça</i>	60
6.7.4	<i>Relações homem/natureza</i>	61
6.7.5	<i>Realizadores e o público alvo das Festividades</i>	62
7	DECADÊNCIA AGRÍCOLA CAFEEIRA E NOVAS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES RURAIS	64
7.1	Êxodo rural local para um centro urbano de outro município.....	68
7.2	Êxodo rural local para zona urbana local	69
7.3	Horticultura: uma breve prosperidade em Guaramiranga	72
7.4	Permanência na agricultura local, porém em outra cultura agrícola	76
7.5	Êxodo rural local para a zona rural de outro município	76
 PARTE 2: INSERÇÃO DO TURISMO EM GUARAMIRANGA		
8.	TURISMO ECOLÓGICO: ALGUNS ELEMENTOS NORTEADORES DE UM NOVO USO DA NATUREZA LOCAL...	82
8.1	<i>Governo das Mudanças (1986-2002), um novo paradigma desenvolvimentista no Estado do Ceará</i>	83
8.2	Conscientização ambiental e sua inserção na comunidade local	84
8.3	Comunidades rurais, preservação ambiental e turismo em Guaramiranga: uma conjuntura delicada	89
8.4	Desenvolvimento sustentável e turismo em Guaramiranga: uma breve exposição sobre os preceitos básicos conceituais e constatações empíricas.....	93
8.5	Hotel Escola: ferramenta de transição de populações rurais para o turismo	95
8.6	Guaramiranga festeja o amor à natureza: o turismo de	

	caráter ecológico implantado como alternativa econômica.....	98
9	TURISMO CULTURAL: A CONSOLIDAÇÃO TURÍSTICA DE GUARAMIRANGA	100
9.1	Festivais culturais: a origem deste segmento na atração de turistas	101
9.2	Gastronomia, música e outros festivais	104
9.3	Reformulação dos espaços físicos e experiências sensoriais do turismo local	105
10	FESTIVAIS: A SÍNTESE RITUAL DE UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL REFORMULADA EM GUARAMIRANGA.....	112
10.1	Espacialidades	112
10.2	Relações hierárquicas	113
10.3	Relações preferenciais e de vizinhança	113
10.4	Relação homem/natureza	115
10.5	Realizadores e público alvo dos <i>Festivais</i>.....	115
11	CONCLUSÃO	118
	REFERÊNCIAS	126
	APÊNDICES	131
	ANEXOS.....	132

1 - INTRODUÇÃO

Guaramiranga está localizada na Mesorregião Norte Cearense, ocupando 0,06% do território do Estado. Com uma distância de 110 km de Fortaleza, insere-se na Microrregião Administrativa de Baturité, composta por 13 municípios que, juntos, ocupam 2,6% do território cearense. Com uma pluviometria média normal de 1.737,50mm, possui como principais características fito ecológicas as matas secas ocupando 25,05% do seu território e as matas úmidas, ocupando 74,95% de sua área (SEBRAE, 1997).

Figura 1: Localização do município de Guaramiranga no Estado do Ceará e Macrorregião de Baturité



Fonte: IPECE (2012)

Historicamente reconhecida como produtora de café para exportação nos séculos XIX e XX, o que se vê atualmente em Guaramiranga pouco remete àquela época. Em sua área de matas úmidas, apesar da existência de muitos cafeeiros remanescentes do referido período, o que sobressai é a vegetação em regeneração, incluindo a Mata Atlântica.

Apesar da grande visibilidade midiática adquirida nos últimos anos com ênfase em eventos culturais, destacando-a em relação à macrorregião de Baturité na qual se insere, Guaramiranga é o menor dos municípios, com apenas 59,5Km de área; enquanto o maior município da região, Ocara, apresenta 765,4km de extensão;

e Baturité, o principal pólo econômico desta macrorregião, apresenta 308,8 km de extensão (IBGE)¹.

Até 1997, segundo o *Perfil Sócio-Econômico de Guaramiranga, da Série PRODER* (SEBRAE, 1997), praticamente inexistia atividade industrial no município. Entre 1980 e 1995 o município não dispunha de alteração na estrutura industrial, contando com apenas três estabelecimentos (em 1985), ocupando apenas 25 pessoas, decaindo para dois estabelecimentos entre 1991-1995, ambos do gênero alimentício e sem registro da quantidade de pessoal ocupado, conforme tabela abaixo.

Tabela 1: Dados de pessoal ocupado na indústria em Guaramiranga entre 1980 e 1995

6.1.1. Dados Gerais da Indústria

DISCRIMINAÇÃO	ANOS			
	1980	1985	1991	1995
Estabelecimentos	3	3	2	2
Pessoal Ocupado	26	25	-	-

Fonte: IBGE – Censo Econômico, extraído de Informações Básicas Municipais – IPLANSE, 1994, Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará – SEPLAN.

Obs.: Corresponde ao total de Indústrias de Transformação, segundo *Ranking dos Municípios*.

Fonte: SEBRAE, 1997

Quanto ao comércio, esse mesmo estudo aponta que este setor ocupava apenas 2% da população naquele ano, com um sensível crescimento de estabelecimentos comerciais no período 1985-1993, passando de seis para 32 unidades comerciais varejistas, neste período, decaindo para 28 unidades em 1995. Nestes comércios, em 1995, predominavam a atividade de mercearias com 19 estabelecimentos. Em segundo lugar, caracterizava-se o comércio de alimentos preparados (lanches, refeições, etc.) com quatro estabelecimentos e, em terceiro, o comércio de bebidas em geral, com dois estabelecimentos.

Restaria ao setor agrícola despontar como principal setor econômico local, empregando 93% da população total do município em tela, apesar de estar passando por processo acentuado de crise naquele ano, conforme cita este mesmo relatório.

¹Dados colhidos no site <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=23&search=ceara>, em fevereiro de 2012.

Em relação à ocupação espacial urbano-rural, na década de 1980 a realidade rural estudada no município ainda sobressaía, pois com uma população de 5.426 habitantes, Guaramiranga apresentava 87,2% destes residindo na zona rural (SEBRAE, 1997). Já em dados recentes (IPECE, 2012), este índice de ocupação espacial na zona rural já teria caído para apenas 44,08%.

Nos dias atuais, a cidade de Guaramiranga é reconhecida como um dos principais roteiros turísticos do Estado. Os elementos mais atraentes para o público visitante são os eventos culturais e gastronômicos realizados em datas específicas durante o ano. Estimativas não-oficiais² apontaram um acolhimento de um público que superava em até seis vezes o número da população local, em busca destes festivais culturais ou gastronômicos; não se observando na cidade uma atividade agrícola tão representativa como antigamente.

O município conta, ainda, com um atrativo singular, diante das cidades de seu entorno: a sua temperatura amena que oscila entre mínimas e máximas de 17° a 22° durante o ano, e sua proximidade com a capital do estado, cujo trajeto se faz em aproximadamente duas horas por estrada de rodagem. Estes fatores colaboram para fazer do município em tela um dos alvos preferidos de turistas que desejam uma segunda moradia, serrana, em contraposição ao veraneio no litoral cearense. Em um breve passeio é possível observar que o grande atrativo para empresas de engenharia que investem localmente se deve à construção de residências veranistas ou condomínios fechados, cujos valores³ elevar-se-iam a patamares maiores que o custo de imóveis na Av. Beira Mar de Fortaleza - uma área nobre da capital cearense, com vista para o mar, e reduto turístico que dispõe de intensa oferta de boates, hotéis, restaurantes, atrativos turísticos, além de uma infraestrutura urbana privilegiada. Em matéria do jornal *Tribuna do Ceará*, o valor do m² de área construída na Av. Beira Mar estaria custando de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00. Ambas as cotações, referentes ao ano de 2012.

Diante destas evidências da transformação na economia local, objetivou-se acompanhar de perto uma família originalmente rural deste município, para melhor compreender e avaliar a intensidade e características das mudanças vivenciadas por estas populações.

²Refere-se a estatísticas declaradas pelo diretor de uma ONG local e publicadas pelo jornal O POVO em matéria de 28 de dezembro de 2006, disponibilizada no link: <http://www.gvces.com.br/>

³Conforme um corretor local entrevistado (entrevista nº 30), custaria até R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais) o m² de área construída.

2 - METODOLOGIA

A presente pesquisa, de cunho etnográfico, realizou-se mediante observação in loco com estadia na localidade por seis meses, no ano de 2012, analisando dados provenientes de entrevistas gravadas e conversas informais, norteadas por um roteiro de questões abertas.

Objetivou-se identificar a abrangência, a forma e a intensidade com que estas populações rurais reordenaram suas vidas mediante o crescente desenvolvimento turístico local.

Segundo Rodrigues (2014), o turismo é uma das atividades que mais crescem no cenário mundial, sendo capaz de atrair altos investimentos em virtude de sua facilidade de expansão e diversificação de atividades. A autora explicita também que alguns estudos e discursos sobre o desenvolvimento do turismo no Brasil privilegiaram dados quantitativos, em detrimento dos fatores qualitativos. A síntese de avaliações sobre o desenvolvimento turístico recaíram, assim, na avaliação de resultados primordialmente econômicos, desprezando as demais dimensões socioculturais que este segmento é capaz de transformar.

A extensa cadeia produtiva do turismo, no entanto, aciona direta e indiretamente, incontáveis atores, em vários segmentos, dentre os quais se destacam: modalidades econômicas (serviços, comércio e indústria); instâncias políticas (local, regional, nacional e internacional); segmentos distintos da sociedade civil (populações tradicionais, artesãos, grupos étnicos, empresários, comerciantes, profissionais autônomos, etc.); infraestrutura (saneamento, estradas, transportes, etc.); educação (profissionalização); meio ambiente (produção de alimentos e populações agrícolas, extrativismo, preservação ambiental, etc.); construção civil (hotéis, balneários, especulação imobiliária, casas veranistas, etc.) dentre outros.

Com tal abrangência no acionamento de tão distintas redes de atores, portanto, o turismo desponta como um forte elemento desencadeador de mudanças no seio das populações na qual se insere - sendo este o caso do município de Guaramiranga. Tais transformações motivaram novos diálogos sobre este fenômeno tanto em âmbito político, quanto acadêmico, de forma multidisciplinar. Estas mudanças, contudo, não se restringem ao modelo econômico implantado e sua capacidade de monetarização local, conforme apontado anteriormente, e sim, sugerem transformações de âmbito sociocultural em tais populações.

2.1 - Aporte teórico: processos de mudança social

Nesta pesquisa eu me valido aporte conceitual defendido por Sahlins (1985), quanto à *transformação* ou *atualização dos fenômenos* sociais e seus signos culturais – *processos de mudança social* -, implementados pelas ações humanas que são, por sua vez, orientadas pelo que ele denomina *estrutura da conjuntura* historicamente constituída.

Conforme salienta Feldman-Bianco (1987), a ciência antropológica no início do século XX, pautava-se em pressupostos teóricos e metodológicos funcional-estruturalistas, com ênfase no estudo de sistemas sociais em equilíbrio (DURKHEIM). Compreendia-se que as comunidades tradicionais em diversas partes do mundo tipificariam este modelo, e que se poderia chegar a um denominador universal sobre a organização dos sistemas sociais a partir de estudos funcionalistas sobre eventos locais, que seriam estruturantes destes sistemas sociais.

Afirma a autora que a antropologia centrava-se na elucidação dos mecanismos de equilíbrio social, objetivando desvendar a função dos elementos culturais que, mesmo diante de eventos potencialmente desestruturantes ou alheios às normas estruturais estabelecidas, seriam enfim absorvidos e minimizados, quanto ao seu impacto potencialmente reformulador do sistema cultural, tornando-se novamente uma sociedade estável.

Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, segundo a autora, e diante do avanço das transformações capitalistas em diversas sociedades antes tidas como isoladas e em equilíbrio estrutural, surge a necessidade de adequar os conceitos antropológicos à nova realidade dos processos de mudança social. Críticas ao modelo funcionalista surgiram já entre discípulos de Malinowski e Radcliffe-Brown, resultando em leituras alternativas que buscavam readequar este aporte metodológico à nova realidade processual de mudança social, gradativamente compreendendo a sociedade a partir de uma perspectiva histórica e em movimento, ao invés de estática.

Um forte expoente desta mudança de perspectiva é encontrado no conceito de análise situacional em Van Velsen que, conforme Feldman-Bianco,“(..) baseia-se na análise seqüencial de situações sociais e focaliza gente, lugar e tempo

com o objetivo de apreender processos, (...) em contextos específicos, através de uma perspectiva da sociedade em movimento e em constante fluxo.” (1987, p. 31).

Aprofundando esta questão teórico-metodológica, Sahlins (1985) compreende as *ações criativas dos sujeitos históricos* como sendo uma resultante da interação entre a história e os elementos estruturantes ou esquemas culturais de cada sociedade, não sendo, portanto, passíveis de dissociação. Conforme o autor: “a história é ordenada culturalmente de diferentes modos (...) de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente (...)” (SAHLINS, 1985, p. 7).

Apreendendo este aporte teórico-metodológico defendido por Sahlins, portanto, foi destacada a atenção no estudo das diversas políticas públicas implantadas tanto para o desenvolvimento do segmento agrícola, quanto da preservação ambiental e desenvolvimento turístico local; uma vez que é a partir dessas políticas, implantadas através de atores sociais locais ou estaduais, que a realidade econômica, social e cultural de Guaramiranga se modifica.

Em seguida, procurou-se articular a implementação de políticas públicas à observação das mudanças estruturais, cotidianas e socioculturais que foram identificadas nos depoimentos; revelando-nos dessa forma os elementos e força motriz das mudanças vivenciadas nas trajetórias pessoais dos membros da família de um Ego, a partir do qual teci a genealogia.

2.2 - Recorte Metodológico: os eventos culturais analisados como rituais

Dada a visibilidade midiática e a relevância econômica dos atuais festivais gastronômicos e culturais que se diversificam em Guaramiranga a cada ano, fomentados pelos investidores, patrocinadores, atores locais e políticas públicas municipais e estaduais, como principal mecanismo de atração turística; e, dada a constatação empírica de que existiram muitas festividades populares que, igualmente, se realizavam com considerável envolvimento populacional em sua época agrícola, tornou-se instigante considerar destacadamente, tais eventos e o quanto estes seriam capazes de revelar as estruturas sociais correspondentes.

Denominando nesta pesquisa de **festividades** os eventos que ocorriam na época agrícola, e de **festivais** os eventos que predominam no atual perfil turístico

do município em tela, foi possível tratá-los na categoria de *ritos*. Desta perspectiva, utilizo-me da compreensão quanto à relevância central dos *ritos* na constituição da vida social, conforme destacada no aporte conceitual de Van Gennep (2011). O autor propõe o estudo dos *ritos* não como um evento secundário, mas sim como algo dotado de uma representatividade singular para a compreensão da lógica que fomenta a estrutura social.

Neste trabalho, portanto, a compreensão da lógica destes dois eventos distintos – ***festividades*** e ***festivais*** - como manifestações reveladoras das estruturas sociais, pauta-se na análise de uma contextualização espacial e temporal das ***festividades*** diante dos processos de conformação histórica destas comunidades rurais, seguidas da análise contextual dos ***festivais*** como reveladores das mudanças ocorridas após a inserção do Turismo.

2.3 - A família em foco

Em 2003, atuando profissionalmente com produção cultural, tive o primeiro contato com o Festival Nordestino de Teatro de Guaramiranga e com este novo aparato turístico e cultural que crescia ano a ano na cidade. Até então, meu conhecimento sobre o município restringia-se a alguns relatos sobre seu clima e eventos. A partir desta experiência, pude guardar impressões positivas sobre o desenvolvimento turístico local, asseguradas por minha posição de “visitante satisfeita”.

Já em 2008, atuando em empresas e Organizações Não Governamentais (ONGs) culturais, tive contato com uma produtora cultural, que aqui denominarei de “Ana”⁴, então com 29 anos. Ana é natural do município de Guaramiranga, e por meio dela pude obter um pouco mais de conhecimento sobre a origem agrícola deste município e sua vertiginosa transformação em um espaço de poucas décadas, revelando-se um tema instigante para desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica sobre o contexto de mudança em populações rurais.

Assim, Ana, que contava com 34 anos, ao término desta pesquisa, tornou-se o elo principal entre mim e a cidade, inserindo-me entre seus familiares,

⁴Atendendo a questões éticas e metodológicas, todos os membros desta família etnografada estão apresentados com nomes fictícios, destacados em itálico, preservando suas identidades.

com quem pude realizar a pesquisa durante o tempo necessário, tendo como o Ego desta pesquisa a sua mãe, Dona *Emília*, 67.

A pesquisa centrou o foco nesta geração composta de dez irmãos - *D. Emília* e nove irmãos - nascidos todos em um sítio cafeicultor, na condição de filhos de moradores e que atuaram na agricultura desde a infância e até a fase adulta. Estes dez irmãos, cinco homens e cinco mulheres, possuíam no ano de 2012, idades entre sessenta e oitenta anos.

Sobre as mulheres, três delas – Dona *Hilda*, 61 anos; Dona *Joana* e Dona *Loudes* (idades não informadas)- mudaram-se ainda jovens para Fortaleza, capital do estado do Ceará, onde atuaram profissionalmente como faxineiras, costureiras ou donas de casa, consolidando uma família própria. Das outras duas irmãs, apenas uma ainda reside em Guaramiranga: Dona *Emília*, 67 anos, na zona urbana, desligando-se parcialmente da atividade rural na década de 1980, quando passou a desempenhar atividades diversas, tais como: lavadeira de roupa, cozinheira, vendedora, artesã, etc. Posteriormente veio a prestar serviço de professora para o Governo do Estado, acumulando, contudo, essas funções autônomas para melhor prover o sustento familiar.

A última irmã deste grupo, *D. Mirtes*, 79 anos, a mais velha dentre as mulheres, ao casar em sua mocidade, mudou-se com o marido para uma cidade do sertão onde não conseguiu permanecer em atividade agrícola, por causa das estiagens. Retornou a Guaramiranga para morar em um sítio, e em pouco tempo voltaria a mudar-se com o marido para outra cidade, Pacoti, exercendo sempre a atividade de agricultora, até obter a aposentadoria, quando não mais podia aplicar-se em roçados, por motivos de saúde.

Dentre os irmãos homens, consta que três deles se mudaram para cidades distintas; o Sr. *Reginaldo* mudou-se para Fortaleza, capital do estado onde exerceu atividade de pedreiro e vigia em uma escola; o Sr. *Lauro*, já falecido, mudou-se para o município vizinho de Mulungu, após atuar com agricultura, passou a prestar serviços gerais em um estabelecimento comercial no centro desta cidade. Um terceiro irmão, o Sr. *Feliciano*, mudou-se para uma cidade sertaneja cearense e atuou como agricultor até se aposentar, quando se mudou então para a área metropolitana de Fortaleza, onde reside atualmente, próximo aos filhos. O quarto e quinto irmãos homens permaneceram atuando com agricultura em Guaramiranga. O

mais velho deles, o Sr. *Arnaldo*, 71 anos, agricultor autônomo, adquiriu casa própria, aposentou-se e deixou de trabalhar na agricultura recentemente. O último dos irmãos, o Sr. *Jorge*, 64 anos, nunca deixou a condição de morador de sítio e apesar de já se encontrar aposentado, ainda trabalha como agricultor e é o atual *feitor* no Sítio onde todos nasceram.

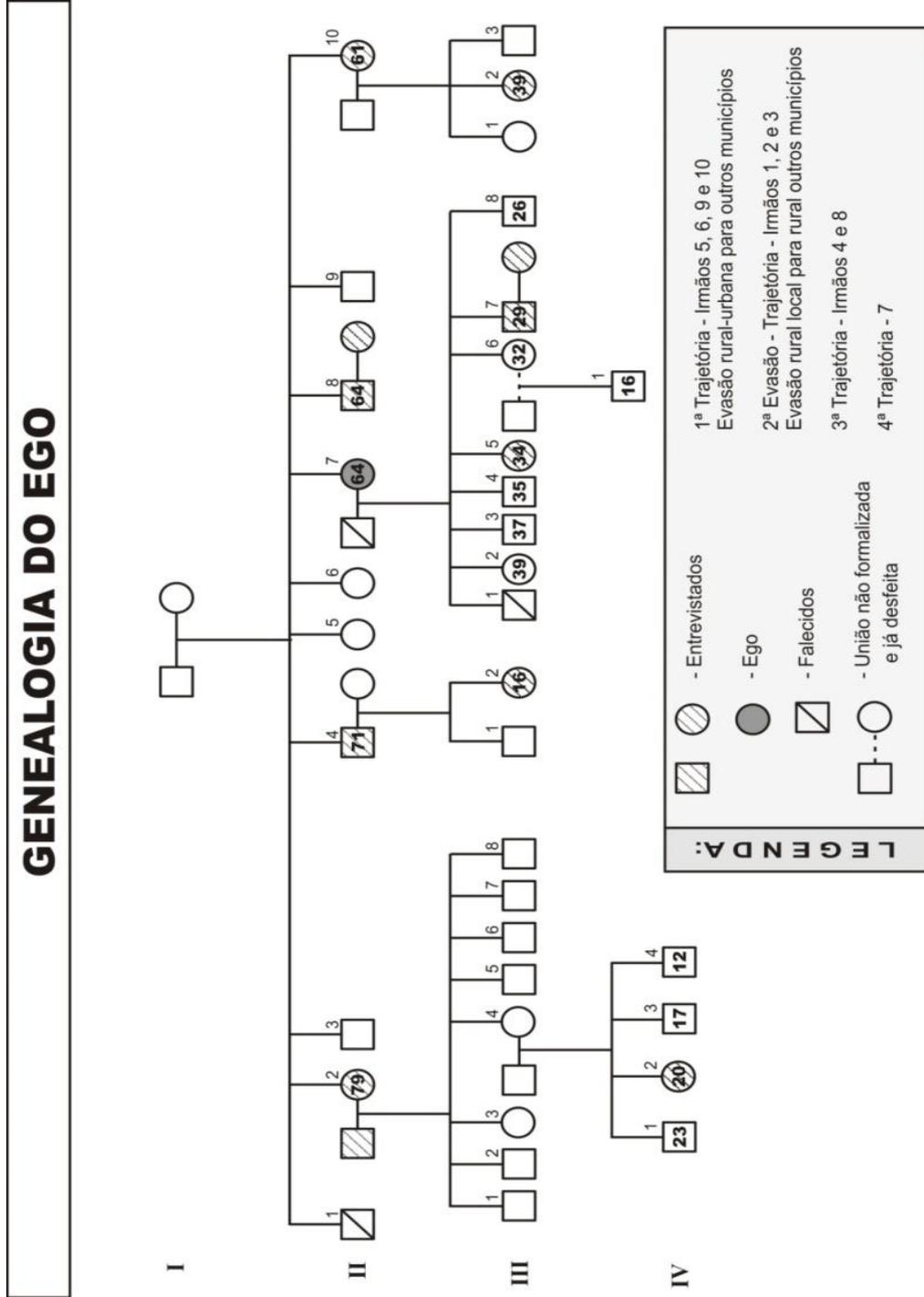
No escopo desta pesquisa, consegui entrevistar diretamente três irmãs e dois irmãos, conforme genealogia apresentada adiante, contemplando, ainda, entrevistas com alguns filhos e netos destes, objetivando acompanhar os processos de reorganização social destas famílias com o passar dos anos. Parti da compreensão quanto a formação da conjuntura agrícola-cafeeira; para avaliá-los num contexto de transformações econômicas e socioculturais até alcançarmos a atual situação de consolidação da atividade turística local.

Foi possível notar que estes dez irmãos seguiram pelo menos quatro estratégias distintas frente às transformações sociais, econômicas e culturais vivenciadas em sua terra natal. Tais estratégias, que serão melhor apresentadas em capítulos adiante, foram agrupadas nesta pesquisa da seguinte forma:

- 1) Êxodo Rural local para zona rural de outro município;
- 2) Êxodo Rural local para um grande centro urbano;
- 3) Permanência na agricultura local, porém em outra cultura agrícola;
- 4) Êxodo rural local para zona urbana local.

Além deste grupo familiar, esta pesquisa catalogou e elencou representantes da rede de atores que poderiam esclarecer em seus depoimentos, aspectos complementares destas transformações. Entre estes atores, encontram-se gestores municipais, gestores e funcionários de instituições estaduais, gestores de instituições federais, dirigente do Sindicato de Agricultores, empresários e comerciantes, além de abordar moradores locais.

Figura 2 – Genealogia do Ego



3 - APRESENTAÇÃO

A presente monografia encontra-se dividida em três partes.

Na primeira, fiz um levantamento histórico a partir da ocupação do município em tela, focado nas conjunturas econômica e social; procurando perceber ações locais, nacionais e internacionais que foram determinantes na estruturação e consolidação agrícola do referido município.

Na segunda parte, abordo o início das ações políticas e econômicas que nortearam a implantação da atividade turística local, posicionando-a no contexto econômico mais amplo, tais como o incentivo do Governo Estadual às ações turísticas, bem como o aumento da visibilidade de ações ecológicas a nível global, já nas décadas de 1980-1990, por ser este o primeiro e um dos principais diálogos direcionadores para a atividade turística.

Na última parte, teço as considerações conclusivas acerca do objetivo proposto; avaliando as transformações vivenciadas, mediante um processo que, a princípio, sugere transformações estruturais quanto à organização social deste segmento de populações rurais – mais especificamente; agricultores familiares sem posse de terra que atuavam como moradores de sítios cafeicultores na cidade de Guaramiranga.

PARTE 1:

**ELEMENTOS HISTÓRICOS DA CONFORMAÇÃO SOCIÁL AGRÍCOLA, SEU
APOGEU E DECADÊNCIA**

4 - ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ

Nos princípios do século passado (XIX), era a serra de Baturité inteiramente coberta de mata virgem, espessa, úmida e sombria; e formava, em meio da vasta e ondulada planura dos sertões, ressequidos e desnudos durante os meses de estio, um enorme macio de luxuriante verdura e delicioso frescor, que gradativamente baixava das alturas dos céus, qual terra da promessa, oferecida como uma recompensa de Deus aos cearenses heróicos e sofredores. (LIMA, 1946, p. 207)

Desde finais do século XVIII, enquanto grandes monoculturas (cana, algodão, etc.) e pecuária direcionavam os rumos do povoamento nas faixas litorâneas ou sertões do estado do Ceará, o alto da serra do Maciço de Baturité permanecia ainda sem eficiente ocupação por parte da colonização portuguesa. A pecuária, uma atividade tradicionalmente ligada à agricultura por fornecer alimento, couro, animais de tração e de transporte, era pouco expressiva na serra em razão do clima excessivamente frio e relevo íngreme que, segundo Leal (1981) dificultava adaptação tanto da população quanto dos animais.

Sobre seu relevo e vegetação, os diários do botânico carioca, Freire Alemão (1861), em expedição oficial ao Ceará, descrevem a peculiaridade do relevo e clima do Maciço de Baturité que, apesar de situar-se em meio à região semiárida do seu entorno, apresentava vegetação densa e análoga a de Petrópolis-RJ (Mata Atlântica), com clima mediano de 18° Celsius e relevo acidentado. Este autor retrata - sobre o relevo - que seu deslocamento do sopé da serra de Baturité até o povoado de Conceição (atual Guaramiranga) exigira cinco horas e meia de sua equipe, no lombo de um animal através de "(...) ladeira áspera, com passos difíceis, ou por íngreme, ou por pedregosos, ou por alagadiços e escorregadiços" (1861,p. 445); trajeto este que se faz atualmente em aproximadamente trinta minutos em veículo de passeio.

São vários os registros historiográficos que, como esses, evidenciam as razões que dificultaram a ocupação do alto da Serra de Baturité durante o século XIX. Apontam sempre o frio incomum para a população e a dificuldade do transporte de pessoas e mercadorias - fossem suprimentos, ferramentas, utensílios ou escoamento de alguma produção. Não bastando, ainda, a dificuldade natural de adaptação dos animais destinados ao transporte e a produção de carne e leite, registrou-se a proibição, por parte da Coroa Portuguesa, da criação e comércio de mulas na colônia no século XVIII, o que teria causado, segundo Leal (1981 p.91) um "*prejuízo incalculável*" no progresso da economia local. afirmando ser a mula o único

animal forte o suficiente para adaptação ao clima peculiar e relevo íngreme daquelas terras.

Além das dificuldades impostas pelo frio, Capistrano de Abreu (1975 *apud* LIMA, 2000, p.39⁵) aponta que o trato agrícola nesta região de altitude e irregularidade quanto ao relevo, iniciava-se com a derrubada laboriosa das matas, com queimadas e remoção de tocos ou raízes de árvores no terreno, para só então cultivar a terra e, tempos depois, colher os frutos. Diferenciando-a do sertão que, por sua natureza árida, já dispunha de largas porções de terra facilmente desnudas de vegetação, cujo relevo apresenta-se geralmente com largas extensões quase planas, aguardando apenas a semente e o inverno para mostrar resultados. Mesmo com a possibilidade de uma colheita certa - graças à regularidade de chuvas na serra, as restrições naturais foram apontadas por outros autores como responsáveis por tornar estas terras “*sem préstimos*” (LEAL, 1981, p. 80), sem valor comercial, despertando pouco interesse em sua aquisição.

Seu uso mais relevante, apontado por Lima (1946, p. 209), ocorria em períodos de calamidades nos sertões, em decorrência de estiagens ou secas, que inclinavam fazendeiros de outras regiões a adquirir terras altas da serra para deslocamento provisório de suas famílias e alguns empregados, levando consigo animais para provisão alimentar e rebanhos para salvá-los da estiagem. Segundo Lima (2000, p. 76), dos 454 inventariados de proprietários rurais nesta serra de Baturité, no período de 1850 a 1900, pelo menos 37,2% tinham terra no sertão e na serra simultaneamente, e 62,7% tinham terras apenas na Serra de Baturité.

Consolidara-se à época essa forma de ocupação provisória, durante estiagens nas circunvizinhanças, como uma das principais razões da aquisição das terras do alto do Maciço de Baturité. Entretanto, esta valorização era apenas momentânea, havendo alta rotatividade da posse dos sítios, conforme retrata Lima (1946):

Tomando posse de suas terras (no alto da serra), os sertanejos derribavam na mata um roçado, que plantavam de tudo, e construíam casas provisórias, de paredes de taipa e cobertas com palhas de “palmeira” (...) Aí passavam a seca terrível. Mas, voltando o inverno, regressavam quase todos para seus sertões que, havendo boas chuvas, lhes dariam cereais em abundância e mais o algodão, de venda franca e lucrativa, sendo, além disso, a única terra própria para a criação do gado, que lhes constituía a

⁵Obra de Capistrano de Abreu *Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

ocupação predileta e a riqueza de mais fácil comércio e exportação. (LIMA, 1946, p. 209)

O cenário das secas no século XVIII já se consolidara numa lembrança muito presente na memória dos cearenses. Brasil (1859, p. 29) relaciona sucessivas e significativas calamidades no estado do Ceará nos anos 1724, 1778, 1792, 1809, 1807, 1825, 1827, 1837, 1841, 1845 e 1858. As secas são também retratadas por Lima (1946), Lima (2000) e Ferreira (1989), revelando que dos séculos XVIII a XIX, e com certa freqüência, as secas pronunciavam-se devastando plantações e ceifando vidas, impondo aos sertanejos cearenses a busca de alternativas que, normalmente, resultavam no êxodo de fazendeiros com seus escravos ou homens livres para os centros urbanos ou serras úmidas das proximidades.

O autor Lima (2000) revela ainda que em período de calamidades dessa natureza, havia em muitos casos a ocorrência de saques e tumultos nas cidades-destino dos retirantes. Tentando evitar tais desordens, o Governo direcionava verbas para a construção de obras públicas usando a mão-de-obra destes retirantes, para fornecer-lhes uma ocupação e renda enquanto não se normalizava o período de chuvas nos sertões. O autor afirma, também, que teria sido esta uma mão de obra notavelmente barata e frequentemente utilizada também por contratantes particulares; como sitiantes ou Igreja Católica, na construção de casas, prédios, capelas, ou para manejo agrícola nas culturas locais, como o café, por exemplo, durante ou após sua implantação.

Entretanto, enquanto não se alicerçava uma atividade econômica compensadora no alto da Serra de Baturité, as terras de altitude do Maciço de Baturité, mais frias, sofriam breve valorização apenas durante as secas, para em seguida perderem seu valor comercial, ocasionando frequente mudança dos proprietários dos sítios locais que - satisfeitos com a volta das chuvas nas suas fazendas dos sertões - desfaziam-se de seus sítios serranos.

A introdução do café na serra, no início do século XIX, no entanto, produziu mudanças mais sólidas e intensas na sociedade local, gerando uma renda sem precedentes para a região. A cultura cafeeira atraiu altos investimentos públicos, como investimento nas estradas e transportes para aprimorar o fluxo dos comércios, colaborando para a fixação de populações em toda a serra – privilegiando-se o alto da serra, antiga área “desprezada”, como área mais cobiçada. Foi apenas a partir do progresso da cultura cafeeira que a Vila de Baturité foi

elevada a cidade, em 1858 e sua população, que apresentava apenas 84 casas no início do século XIX, rapidamente elevava-se para 400 casas nos anos 60 do mesmo século (LIMA, 2000, p. 54).

4.1 - O café e a ocupação do povoado de Conceição (Guaramiranga)

O café foi introduzido no Brasil no início do Século XVIII, mas apenas no século XIX alcançou relevância na economia brasileira e, em 1830, já ocupava o primeiro lugar nas exportações nacionais. Este crescimento, segundo Saes (1997, p.47-9), foi ocasionado principalmente pelo aumento do consumo nos Estados Unidos, que a partir da década de 1880 absorvia quase metade das exportações brasileiras. No final do século XIX, o café representava cerca de 60% das exportações nacionais e já no início do século XX, chegou a representar cerca de 80% do volume total das exportações do país.

Sobre a implantação deste cultivo no Maciço de Baturité, Prata (1973, p.172) aponta duas rotas como as mais relevantes da introdução do café naquela região. A primeira, em 1822, aponta o café sendo introduzido no Sítio Munguaípe, situado na localidade de Conceição (posteriormente denominada Guaramiranga) pelo produtor Antonio Pereira de Queiroz Sobrinho através de matrizes geradas em Pernambuco, que por sua vez geraram os cafezais do Cariri, de onde se trouxera mudas para o Sítio Munguaípe. A segunda rota datada de 1824 (LIMA, 2000) seria de mudas trazidas do Pará por Felipe Castello Branco, para cultivo no Sítio Bagaço, posteriormente denominado Sítio Correntes, igualmente na então localidade de Conceição.

Apesar desta inserção de mudas locais datar do início do século XIX; considerando o ciclo de maturação do cafeeiro (MOREIRA, 1873, p. 95) para produção dos frutos geradores de novas mudas, replantio e produção em larga escala; a lavoura cafeeira local só obteria vulto após 1845. Além deste tempo de implantação e desenvolvimento das lavouras cafeeiras, e além da influência da demanda externa pelo produto, a ocorrência nesta época da grande seca de 1845 no Ceará também colaboraria para a consolidação da implantação cafeeira serrana, ao proporcionar mão-de-obra farta e barata para a derrubada de matas, limpeza dos terrenos, plantio, manejo e colheita manual nos cafezais (LIMA, 1946,p. 224-5).

O historiador Lima (2000; p. 143), por sua vez, acrescenta que o custo dessa mão de obra dos retirantes era extremamente acessível aos produtores da

Serra de Baturité e, em alguns casos, resumia-se a um prato de comida. Conforme aponta Leal (1981, p. 87), a abundância de populações indígenas na serra fez desta a mão de obra principal da região. Lima (2000, p. 143) observa, a este respeito, que ao contrário do padrão histórico nacional que utilizava nos cafezais a mão-de-obra escrava e, posteriormente, a imigrante; a mão-de-obra fundamental para o cultivo do café no Maciço de Baturité, desde o início, era predominantemente a mão-de-obra livre, facilitada pelos êxodos rurais tangidos para as serras úmidas por ocasião das secas. Esta mão de obra teria sido, segundo o autor, fundamental num primeiro momento da cultura cafeeira – momento este, o mais oneroso da cultura - de instalação desses cafezais; com derrubada de matas e limpeza dos terrenos.

Este historiador destaca, igualmente, que a mão de obra escrava nesta região possuía tão pouca representatividade, dada as circunstâncias sociais (intensa presença de descendentes indígenas), econômicas (baixa produção local não favorecia aquisição de escravos) e políticas diversas (influências políticas internas e externas); que foi a partir de movimentos abolicionistas na Vila de Acarape (atual cidade de Redenção), situada há pouco mais de 50 km da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição (atual Guaramiranga), que o Ceará tornou-se em 1884 a primeira província a abolir a escravatura no Brasil. Antes, portanto, da Lei Áurea em 1888.

A partir do estabelecimento da produção cafeeira na Serra de Baturité, portanto, as terras mais altas e frias deste Maciço, anteriormente consideradas “*sem préstimo*” (LEAL, 1981, p.80) rapidamente se valorizaram. A confluência de diversos fatores - como as secas no entorno da serra, a qualidade do solo recém-desnudado de suas matas, a altitude e pluviometria favoráveis ao cafeeiro -, rapidamente resultaram na produção bem sucedida de um café de ótima cotação no mercado internacional, além de baixo custo relativo na mão de obra para sua produção. Tais fatores foram determinantes para que os altos custos de escoamento das safras até o porto de exportação na capital da província, ainda assim, compensasse aos produtores.

Sobre o escoamento da produção, Lima (1946, p. 223) relata que a safra de café era deslocada para a capital no lombo de mulas. O trajeto demandava seis dias de viagem - ida e volta. Esta precariedade das vias e meios de transporte na primeira metade do século XIX, em relação aos crescentes fluxos comerciais entre capital e interior da província, estimularia a administração pública a desenvolver o projeto de uma estrada de tração animal interligando as principais cidades

produtoras, do interior à capital. Fatores como as secas no estado e o crescimento do mercado do café, no entanto, foram extremamente relevantes para conversão deste projeto inicial no projeto de uma estrada de ferro (FERREIRA, 1989).

A este respeito, Ferreira (1989, p.22) apresenta que em 1868 foi assinado o primeiro contrato para construção de um trecho desta ferrovia, motivado pelos interesses comerciais de escoamento da produção cafeeira – que viria a ser a principal fonte de renda da estrada de ferro do Ceará naquele século XX. Considerou-se fundamental ainda, para construção da ferrovia, a utilização da mão-de-obra dos retirantes de mais uma seca nos serviços da sua construção, alegando-se, oportunamente, “*minimizar os efeitos de mais uma calamidade pública*”. O trecho Pacatuba-Baturité, segundo o autor, viria a empregar 10 mil operários, que com suas famílias somariam aproximadamente 50 mil pessoas (1989, p. 30).

4.2- O café local no contexto nacional e internacional

No final do século XIX e início do século XX, segundo Saes (1997), o café brasileiro mostrava-se mais rentável aos produtores do que o algodão, que predominara na pauta de exportação por um longo tempo. A demanda e cotação internacionais que o café adquiria, aliado aos incentivos por parte do Governo brasileiro, estimulavam cada vez mais produtores nacionais a trocar investimentos em suas plantações anteriores (algodão, milho, feijão, etc.) pelo cultivo do café.

Este, contudo, não foi o caso de Guaramiranga, que tinha a grande maioria de suas terras ainda virgens, conservando a vegetação original, antes da implantação do café. Na Freguesia de Conceição (Guaramiranga), diversos autores (LIMA,1946; LIMA, 2000; BRASIL,1861; ALEMÃO, 1861) relatam que a terra de matas recém descobertas apresentavam um solo extremamente fértil e estimulava a alta procura pela aquisição de sítios com mata nativa para derrubada das mesmas visando a produção cafeeira em sistema de monocultura. O café produzido em Conceição, entretanto, não estaria imune às oscilações internas e externas das políticas cambiais - apontadas por Saes (1997) -, influenciadas pela oferta e demandas internacionais, e susceptíveis às inconstâncias (botânicas e climáticas ou políticas) que incidiam sobre as plantações nacionais ou estrangeiras.

Em se tratando da questão botânica, a espécie *Coffea Arábica* - predominante em Conceição em todo o Maciço de Baturité - possuía um ciclo de desenvolvimento comercial de até nove anos, sendo os quatro primeiros anos

voltados para o crescimento da planta (MOREIRA, 1873; SAES, 1997, p. 50), e os outros cinco anos até que esta lavoura atingisse a maturidade produtiva (SAES, 1997, p. 50-51). Com a lentidão neste desenvolvimento, conforme a autora, o mercado que em um ano obtivesse altos valores de cotação, estimularia a migração de vários produtores nacionais e estrangeiros a se inserir no mercado cafeeiro através de novas plantações, que viriam mostrar seus resultados de forma retardada, ocasionando inusitados anos de superprodução, derrubando cotações, impregnando o comércio cafeeiro de constantes crises e especulações no mercado cafeeiro mundial.

A autora apresenta-nos, ainda, que no século XIX, as dez maiores firmas exportadoras de café respondiam por 60% das transações mundiais, o que lhes permitia um alto volume de estocagem de produtos em épocas de superprodução e baixo valor, visando, um alto lucro com a venda a preços melhores em anos seguintes, de baixa oferta e muita procura. Em 1906, o governo brasileiro interferiria nesta mecânica dos exportadores internacionais, e passaria a comprar o excedente produzido por agricultores brasileiros criando os próprios estoques e se beneficiando com a mesma estratégia anteriormente praticada pelas firmas exportadoras.

Esta garantia de aquisição do excedente nacional pelo governo brasileiro, ainda segundo a autora, estimularia mais ainda uma adesão de produtores nacionais, que deixariam suas culturas anteriores e passariam a cultivar café, por um lado e, por outro, o governo brasileiro promoveria a insatisfação das firmas exportadoras que passariam a investir na produção de café em outros países que não só o Brasil, fragilizando as estruturas do mercado nacional.

Nesta mesma virada dos séculos XIX-XX, Lima (1946, p. 226) relata que o café produzido em Conceição sofre uma estagnação provocada pelo empobrecimento do solo após meio século de cultivo intensivo e sem adubação para reposição de seus nutrientes. As terras desmatadas que, num primeiro momento tiveram mais valor em virtude do menor investimento para plantio agrícola, se viram com sua cotação depreciada em comparação às terras virgens. O preço das terras que ainda estavam com sua mata preservada, elevar-se-iam rapidamente promovendo uma investida dos produtores locais pela derrubada das matas restantes que se tornavam cada vez mais escassas.

Entretanto, este autor aponta, ainda, outra solução que foi encontrada pelos produtores locais após a busca incessante de alternativa para revigorar a produção em Guaramiranga: a introdução da árvore Ingazeira (*Ingá Edulis Mart*) em

plântio consorciado com o cafeeiro. Esta medida, bem sucedida, ocasionou praticamente um reflorestamento de boa parte do topo da serra protegendo os cafezais do sol intenso ao mesmo tempo que a ingazeira promovia, através de suas folhas secas, uma adubação biológica no solo pauperizado das plantações. Esta estratégia conseguiu revigorar a produção cafeeira local sem novas devastações ou replântio de cafezais exauridos e os cafezais antigos, após sombreados, mostraram vigor por mais décadas ainda.

Segundo Farias⁶, este ciclo cafeeiro, desde o início de sua implantação, proporcionou diversas mudanças do status político e econômico da localidade de Conceição, sendo a primeira delas, a elevação deste povoado à categoria de Vila em 1890. Em 1899, entretanto, um decreto do Governador Pinto Acioli, atendendo as normativas que qualificaria de “vila” apenas os povoados com mais de dez mil habitantes, anexou a Vila de Conceição ao município de Baturité.

Devido ao prestígio cafeeiro, contudo, este autor informa outras mudanças sucessivas do status político local. No Governo de Justiniano de Serpa, por exemplo, seria criado o município de Guaramiranga – não mais se chamando Conceição -, através da Lei nº 1887 de 25.10.1921. A Revolução de 1930, porém, promoveria intervenções diretas na política nacional e em 25.05.1931, em razão de uma reforma administrativa que anulava as eleições municipais, seria também extinto o município de Guaramiranga (entre muitos outros), reanexando-o ao município de Baturité. Decisão esta que não durou muito, sendo Guaramiranga desmembrada de Baturité para ser anexada na condição de distrito do município de Pacoti, pelo Decreto Estadual nº 1.156 de 04 de dezembro de 1931.

Em 1945, com a queda do Estado Novo, o então ministro José Linhares, natural de Guaramiranga, assume a Presidência da República de forma interina, mas apenas em 11.07.1957 seria restaurado definitivamente o município de Guaramiranga.

⁶Obra não impressa, de autoria de Francisco Marcélio de Almeida Farias, intitulada “Nossa história de conceição a Guaramiranga disponibilizada em meio virtual pelo site <http://www.iaulas.com.br/site/arquivo/14645/livros-e-apostilas-digitais/literatura/nossa-historia-de-conceicao-a-guaramiranga.html>.

5 - A ORGANIZAÇÃO SOCIAL AGRÍCOLA-CAFEEIRA: RELAÇÕES PRIMÁRIAS E DE RECIPROCIDADE DIRETA

A partir da compreensão da conformação histórica e cultural agrícola local, apresentadas no capítulo anterior, retrataremos adiante as características socioculturais comumente identificadas nos estudos de comunidades rurais do país, igualmente observadas nas populações rurais de Guaramiranga.

5.1 - Acesso a terra: morada, roçado de subsistência e sujeição

Conforme nos aponta a literatura nacional acerca das características das comunidades agrícolas⁷ - encontradas igualmente em Guaramiranga, era comum estabelecerem-se vínculos entre proprietários e agricultores livres, cuja concessão de uma morada e de uma parcela de terra para cultivo de um roçado de subsistência, por parte do proprietário, acarretava em um retorno na forma de diárias de trabalho por parte do seu morador. Diárias estas denominadas “sujeição” e exercidas nas lavouras do proprietário de terras, mas que poderiam incluir, também, o desempenho do agricultor em farinhadas, engenhos, colheitas e demandas diversas dentro da propriedade.

A este respeito, o Sr *Arnaldo*⁸, 71 anos, agricultor aposentado em Guaramiranga, retrata que:

Com 12 anos eu (...) comecei a trabalhar lá na parte da agricultura. Eu trabalhava com [subordinado a] patrão, era **sujeição** de três dias por semana. Três dias por semana e nos outros três dias trabalhava na agricultura [para subsistência familiar], plantando milho, feijão, mandioca [...](ENTREVISTA nº 09)

Quanto à mão-de-obra feminina, a sua sobrinha *Ana*⁹, 34 anos acrescenta: “Antigamente todo morador tinha que trabalhar na fazenda, tinha que servir a casa grande, tinha que ir pra cozinha, tinha que lavar os prato”.

Esta relação hierárquica entre patrão e morador pautava-se não em vínculos formais ou formalizados; mas em relações de reciprocidade hierárquica (ou

⁷Principais autores consultados: Durhan (1973); Woortmann e Woortmann (1997); Queiros (1978); Cândido (1964); Heredia (1979); Lanna (1995)

⁸Irmão de D. *Emília*

⁹Filha de D. *Emília*

dáviva, cf. Mauss¹⁰) que é um modelo observado por Lanna (1995) como sendo não apenas pertinente à relação patrão-morador, mas, também, um elemento predominante na organização social das populações rurais, perpassando as relações econômicas, sociais, religiosas e culturais destas populações, em diversas instâncias.

No caso de Guraramiranga, a lavoura cafeeira exigia um vasto suporte de mão-de-obra. Suas terras íngremes inviabilizavam o uso de maquinário, tanto para limpeza e plantio dos cafezais, quanto na apanha do fruto. Sua apanha, por exemplo, demandava intensa mão-de-obra manual, mobilizando homens, mulheres e crianças nesta colheita, para conclusão da tarefa em tempo hábil – pois a colheita tardia repercutiria numa queda de qualidade e respectiva queda na cotação comercial do fruto.

Dessa forma, os cafeicultores precisavam desenvolver estratégias de mobilização desse contingente humano, sendo a concessão de morada um dos mais comuns. Segundo relatos, um dos maiores cafeicultores de Guaramiranga possuía aproximadamente quarenta casas de moradores, todas ocupadas por agricultores. Cada família de morador era composta pelo casal e, em média, seis filhos – em alguns casos, chegando a doze filhos. Isto representaria um aporte mínimo de aproximadamente 320 pessoas à disposição deste cafeicultor. Incluía-se nesta tarefa de apanha as crianças a partir de sete ou oito anos de idade. Não bastando este contingente, conforme relatos, também eram mobilizadas pessoas da zona urbana do município para a apanha do café, bem como parentes ou conhecidos de moradores residentes em outras cidades. Estes, conforme relatos durante entrevistas, se estabeleciam em Guaramiranga por um período de até três meses para realizar a colheita nos cafezais.

Mas embora o elo inicial entre patrão e morador fosse uma reciprocidade nos elementos *morada+roçado* → *sujeição de 3 dias*; o morador era condicionado a dedicar-se prioritariamente às demandas dos sítios do patrão, mesmo encontrando oportunidade de renda em outras circunstâncias e/ou propriedades. Por exemplo, na apanha do café - que gerava pagamento em espécie por cada balaiado colhido – o morador deveria priorizar o cafezal de seu patrão e só se disponibilizar a colher em

¹⁰Conforme Mauss (1950), o presente dado traz em seu bojo a obrigatoriedade da reciprocidade. Esta forma de interação social foi também denominada por ele de *prestações e contraprestações*

outro cafezal quando encerrada a colheita e quaisquer outras demandas – mesmo não remuneradas - de seu patrão.

Segundo Lanna (1995):

A noção de dádiva de Mauss é bem mais ampla do que aquela de 'presente', com a qual ela é muitas vezes confundida. A noção de dádiva engloba aquelas de convite, visita, festa, favor, sacrifício, promessa e mesmo a noção de tributo. (LANNA, 1995, p. 19)

A morada, o roçado e a sujeição configuram-se, dessa forma, como *prestações e contraprestações* de uma relação de reciprocidade entre patrão e morador; na qual o primeiro concede elementos de sua posse e gera imediata obrigação de retribuição por parte do agricultor, na forma de trabalho obrigatório e prioritário às demandas – diversas - do patrão.

Aprofundando melhor esta relação, e considerando a semana produtiva de um agricultor como tendo cinco diárias e meia (segunda a sexta, manhã e tarde, e sábado apenas pela manhã); no modelo de vínculo patrão/morador praticado em Guaramiranga, mais de 50% desta sua produtividade – ou seja, três dias semanais – eram aplicadas nas demandas do sítio do patrão.

As demais diárias eram aplicadas no cultivo de roçados para subsistência familiar, com ajuda do grupo familiar. Segundo os irmãos *Jorge*, 64 anos e *Arnaldo*¹¹, 71, já a partir dos oito anos, eles trabalhavam em roçados da família durante os cinco dias da semana, conciliando com atividades escolares, visto que as crianças não eram obrigadas a servir ao patrão do pai. Trabalhar “para patrão” teria sido uma atividade normalmente iniciada aos doze anos. Segundo o Sr. *Jorge*, 64, sobre o trabalho para a família:

Aí nós ia estudar de manhã, pegá o rumo de Guaramiranga, quando terminar, do mei pro fim do pasto véi do grupo, chegava em casa enchia o buxo de feijão com pão e vamo pros mato até cinco e meia da tarde. Se eu estudasse de tarde, seis horas tava todo mundo no roçado trabalhando, dez e meia vinha pra casa, tomava banho e ia pro colégio em Guaramiranga. E outra coisa também, óia, quem quiser botar um tostão no bolso vá trabalhar no sábado porque segunda a sexta é pra família. A gente num passava bem não, mas também não passava fome, porque a minha mãe criava porco, criava galinha, criava bode, criava carneiro...quase num gastava. (ENTREVISTA nº 02)

Se por um lado a principal atividade produtiva dedicava-se a honrar a reciprocidade para com o patrão – sem direito a remuneração e, em segundo lugar,

¹¹ Ambos, irmãos de D. Emília

a atividade nos roçados familiares para produção da subsistência familiar, poucas ocasiões existiam para desempenhar alguma atividade remunerada. Dona *Hilda*, 62 anos, quando consultada sobre as oportunidades de obter renda – obtenção de dinheiro – a partir do trabalho na roça, afirmou que “Não, a gente só tinha a renda na apanha do café. Ninguém tinha outra renda fora a apanha do café. Roçado era só pra manutenção. No outro verão e no inverno seguinte” (ENTREVISTA nº 41).

Essa atividade de apanha do café acontecia uma única vez no ano, em um período que poderia compreender dois a três meses, abrangendo os meses de junho até setembro - coincidindo com a entressafra dos roçados e demais cultivos domésticos. No início da safra, a apanha era do próprio cafeeiro – denominada “apanha de cima”. As “ruas” de café eram destinadas a cada pessoa ou grupo familiar que se esmerava em preencher a maior quantidade de balaios com os frutos, em menor tempo; pois corresponderia a uma maior renda. Nas últimas semanas da safra, a apanha era de grãos que tinham caído no chão, o “café de baixo”, que tinham valor comercial inferior ao do “café de cima”, e que eram parte do pagamento do próprio apanhador, que levava sua remuneração apenas em grãos, para consumo doméstico durante o ano – ou venda nas mercearias, se preferissem.

A apanha do café configurava, portanto, a única ocasião segura e periódica, capaz de proporcionar alguma provisão financeira para o grupo doméstico. Essa ocasião, segundo as narrativas, era ansiosamente esperada por todos; tanto moradores, quanto população urbana e populações circunvizinhas ao município. Segundo nos conta Dona *Mirtes*¹², 79 anos, agricultora aposentada, e seu esposo, Sr. *João*, 77 anos; assim como eles, todos alternavam atividades domésticas, atividades no roçado do patrão, no roçado familiar e a apanha do café durante o ano:

Sr. João– Ela se criou-se aqui, aqui no lugar chamado Salva Vida, do dono desse [sítio] aqui. Aí no inverno ela trabalhava no roçado e no verão ia apanhar o café do patrão. Terminava de apanhar o de cima, aí ia arrastar o do chão né.

D. Mirtes – Ia me embora pra casa na segunda semana de Novembro é que eu ia. Aí quando chegava Dezembro é que eu começava as pranta [cultivar roçado familiar] lá pra nós. (ENTREVISTA nº 34)

A dona de restaurante em Guaramiranga e ex-moradora de sítio, Dona *Alice*, 74 anos, quando discorre sobre a apanha do café afirma que: “Eu trabalhava

¹² Irmã mais velha de D. *Emília*

três meses, que era justamente na apanha de café que eu ganhava muito dinheiro que era pra comprar minhas roupa e pra comprar meus livros [escolares] e as minhas coisa”. Se haveria boa renda na apanha, ela afirma que:

Dava! O de cima a gente num ganhava muito não. A gente num ganhava muito não. A gente ganhava mais na apanha do chão porque era de meia. A gente num ganhava dinheiro não, mas era a metade. (...) Aí a gente ganhava dinheiro com isso. Agora, na de cima a gente apanhava era por balaio, num sabe? Um balaio era meia quarta. Dois balaio era uma quarta. E a gente não recebia dinheiro. A gente recebia uns cartãozim. Ai quando chegava no final da semana a gente ia e trocava com o patrão por dinheiro. Agora, por exemplo, se você na semana tivesse precisando de alguma coisa, aí você não trocava lá no patrão, você vinha no comércio e trocava por mercadoria. (...) A gente trocava nas mercearia, a gente trocava o cartão pela... pelos gênero. (ENTREVISTA nº 29)

Tal modelo era caracterizado, portanto, por uma significativa escassez de recursos monetários. Por esta razão, quando consultados sobre as ocasiões em que se deslocavam para as cidades, a resposta sempre foi “raramente”. As circunstâncias desse deslocamento frequentemente se resumiam a três: busca de tratamento para algum doente, “Festa de Santo” ou, última das ocasiões, quando de posse de alguma renda, para comprar algum produto industrializado – tecidos, ferramentas, etc. -, pois as demais provisões eram feitas nas próprias bodegas dos sítios que, em alguns casos, pertenciam aos próprios patrões, que tinham na concessão de fiado mais um elo de reciprocidade hierárquica que fazia de seu morador um devedor de uma dívida de obediência ou sujeição, além do débito do próprio recurso material concedido.

5.2 - Isolamento de uma economia de mercado

Esta característica de reciprocidade como marca das relações das populações rurais também é apontada por Durham (1971, p. 92), indicando que: “de modo geral, são comunidades onde predominam as relações primárias e a reciprocidade direta”. A autora, ao estudar a migração de populações rurais para a grande São Paulo acrescenta, ainda, notas sobre o suposto isolamento destas comunidades, principalmente devido à baixa capacidade de monetarização. As baixas condições de capitalização relatadas faziam desses grupos agrícolas segmentos que se desenvolviam economicamente de forma marginal, produzindo grande parte do que consumiam, e gastando a maior parte do tempo produtivo de

cada indivíduo do grupo familiar tanto no cultivo como no processamento dos alimentos que eram consumidos, ao invés de adquiri-los já processados.

No entanto, a autora indica que há apenas um isolamento relativo¹³, e que o isolamento total das comunidades rurais inexistente, por se tratarem de economias desenvolvidas de forma marginal a uma economia de mercado mais abrangente e competitiva; estando, portanto, diretamente relacionada a esta. Observa-se esse fato na própria lavoura que historicamente possibilitou a ocupação do município em tela - a cafeicultura. Tratava-se de um produto econômico de alta competitividade, que proporcionava o intercâmbio local em âmbito nacional e internacional.

5.3 - Unidade produtiva familiar e sua capacidade produtiva

Durham (1973) aponta, ainda, a relevância do grupo familiar nestas comunidades rurais, destacando-a como sendo **a unidade produtiva fundamental**, cuja força produtiva volta-se, prioritariamente, à **produção da própria subsistência**.

Os dados levantados para esta pesquisa mostram que em Guaramiranga as estratégias produtivas apresentavam uniformidade de características com relação aos estudos clássicos sobre o campesinato na área da antropologia. O modelo de organização tinha na família conjugal o principal elemento ordenador do sistema situando-a também como a base da unidade produtiva (HEREDIA, 1979; DURHAM, 1973).

A consolidação efetiva desta unidade produtiva, contudo, somente se concretizava mediante o acesso a terra. Normalmente, tratava-se de famílias descapitalizadas de recursos, tendo a própria mão-de-obra como principal elemento “capitalizador”, gerador dos suprimentos e manutenção deste grupo familiar, através da atividade agrícola. O acesso a terra advinha, então, dos laços de reciprocidade firmados com fazendeiros ou sitiantes detentores de terra, e poderiam incluir a concessão de moradia¹⁴, sendo este o caso do grupo familiar apresentado nesta pesquisa. Quanto a estes laços, segundo Lanna:

(...) o morador assumia como condição da oferta de morada, trabalhar dois dias da semana sem qualquer remuneração monetária. Essa seria a sua

¹³Também apontado em Cândido (1964)

¹⁴Quando não incluía moradia, normalmente o roçado familiar se dava por meio de arrendamento de um lote agricultável, proporcionando algumas formas de divisão das rendas ou dos produtos obtidos, entre agricultor e arrendante.

forma de manifestar reconhecimento pelo direito à casa. Esse direito era, então, concebido como uma prestação do proprietário que deveria ser retribuído com trabalho. (LANNA, 1985, p. 68)

Este direito à casa geralmente incluía o direito ao uso de uma porção de terras denominada “roçado”, sobre o qual a família aplicava sua mão-de-obra para obter os alimentos de sua subsistência. Esta era a alimentação essencial de um agricultor que, segundo o Sr. *Arnaldo*, 71, relata, sobre a obtenção de alimento: “(...) a gente trabalhava e tinha... fazia tapioca, né? Aí tinha goma que a gente trabalhava na agricultura e fazia”.

Esta afirmativa ressalta a obtenção de alimento como resultado de uma relação direta com o manejo da terra e da vegetação, sendo reconhecido como mérito de quem “sabe trabalhar, trabalha e produz”. Tratava-se de uma relação direta que não se limitava a produzir por meio da atividade na terra, mas também no pós-colheita, no processamento do alimento doméstico, fazendo deste sistema um modelo onde todos os processos de obtenção das demandas alimentares eram “tecnicamente” dominados e conhecidos por todos, repassados de pai para filho.

Dona *Mirtes*¹⁵, 79 anos, retrata, por exemplo, que o café da manhã de todos, advindo do milho que cultivavam, era um pão de milho – hoje conhecido por cuzcuz – e que começava a ser preparado no dia anterior: “Lá em casa o pão lá de casa era seis litro de milho de molho. Da noite pra outra de molho na panela. Ia moer pra fazer o pão, no moinho. Peneirava, aí fazia a massa e ia cozinhar o pão” (ENTREVISTA nº 34). Sua irmã Dona *Emília*, 67, ex-agricultora, em outra entrevista, acrescenta:

(...) porque num era as facilidade que tem hoje; a massa do milho já feita! Tinha era que moer mesmo o pão e moía, e peneirar, e tudo, e fazer o... fazer o pão. Pão de milho que a gente chama. Tudo moído em casa. Tem isso não.. (ENTREVISTA nº 8)

A dinâmica laboral desta unidade produtiva familiar caracterizava-se pela perpetuação de técnicas artesanais, com pouca possibilidade de intercâmbio e absorção de melhores tecnologias produtivas - no campo ou na residência - que lhes propiciasse uma maior agilidade ou produtividade com menor dispêndio de tempo e energia humana. Parte desta realidade era atribuída exatamente ao acesso limitado a recursos financeiros, que condicionava e equilibrava a subsistência destes grupos

¹⁵ Irmã mais velha de D. Emília.

familiares num patamar de consumo elementar, consumo dos bens essenciais e provisões mínimas.

Com respeito à produção dos pequenos agricultores, Durham afirma que:

A produção do sitiante ou ocupante que conte apenas com a mão-de-obra familiar e a técnica tradicional é apenas suficiente para prover a subsistência da família e produzir um excedente muito pequeno. Por isso, o equilíbrio econômico depende da compressão máxima de todas as necessidades que precisem ser satisfeitas pela compra. Qualquer alteração nessa relação excedente - necessidades trazidas quer pela elevação do foro, quer pela ampliação das necessidades - torna automaticamente a produção insuficiente. (DURHAM, 1973, p. 104-5)

Economicamente, esta condição repercutia em alto custo produtivo na produção de alimentos, que ao ser revertido em dinheiro – quando se fazia necessário vender alguma porção de seus mantimentos – não proporcionava uma renda à altura do esforço empregado. A relação desta produtividade com a qualidade de vida do agricultor rudimentar é relatada por Mazoyer e Roudart (2010), conforme segue:

Podemos medir a produtividade bruta do trabalho agrícola pela produção de cereais ou de equivalente-cereal por trabalhador agrícola e por ano. Em pouco mais de meio século, a relação entre a produtividade da agricultura menos produtiva do mundo, praticada exclusivamente com ferramentas manuais (enxada, pá, cajado, facão, faca ceifadeira, foice...) e a agricultura mais bem equipada e produtiva do momento realmente se acentuou: passou de 1 contra 10 no período do entre-guerras, para 1 contra 2.000 no final do século XX. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 29)

Com base nestes autores, é possível compreender, igualmente, a precariedade e fragilidade do sistema no qual os moradores de sítios cafeicultores de Guaramiranga se inserem. Não obstante a própria precariedade de sua capacidade produtiva, a própria inconstância natural do cafeeiro, ou de seu mercado, ou inconstância dos invernos sobre seus roçados repercutiam imediatamente na qualidade de vida destes grupos familiares, podendo vulnerabilizá-los economicamente frente aos mercados com os quais se confrontavam direta ou indiretamente.

5.4 - Grupo familiar: relações hierárquicas, resultados produtivos coletivizados e socialização do indivíduo a partir da prática coletiva.

Tais demandas produtivas, citadas no tópico anterior, faziam do grupo familiar um grupo unido em prol da subsistência do próprio alimento e preenchimento

de demandas internas diversas. Acerca do envolvimento do grupo familiar na produção da subsistência - incluindo mulheres e crianças – D. *Mirtes*, 79, recorda sobre sua infância que: “[era] Os pais trabaiando, os [filhos] que já puxava enxada ia pra enxada, os que já dava pra apanhá meia corda de café ia pro café no tempo da apanha. Era assim. Ninguém vivia malandrando e ninguém tinha tempo de estudar”. (ENTREVISTA nº 34)

A organização familiar reproduzia relações diretas e hierárquicas, tal qual a relação anteriormente descrita entre patrão e morador. Neste caso, a autoridade paterna era fundamental na centralização das demandas e responsabilidades, pois a partir da competência de seu “governo” é que se poderia prover o lar com maior ou menor abundância. Por meio da orientação dos pais ou dos mais idosos os filhos eram introduzidos não apenas no trabalho agrícola. O acesso à escola, extremamente limitado à época, por exemplo, fazia dos genitores os primeiros responsáveis também pela educação escolar de seus filhos. A este respeito Dona *Hilda*¹⁶, 62 anos, cita:

Pra ser sincera, eu digo que eu aprendi a matemática no roçado. Porque o papai dizia assim, eu pequena véia, num sabia de nada, papai dizia assim, “vai pra roçado mais os menino”; Aí eu “ah pai eu num sei contar!”; “Aqui num é dois dedo?”; “é”; “pois é dois caroço de fava. Bote na cova que as outra vem botando milho e plantando”. Aí eu botava 2 caroço de fava. “Aprendeu? Pois agora você vai plantar feijão que é três caroço”. Aí eu fui plantar o feijão que era três caroço. “Aprendeu?” “Aprendi”. “Agora você vai plantar milho que é cinco”. (ENTREVISTA nº 41)

O irmão de D. *Hilda*, o Sr. *Arnaldo*, 71, ao ser consultado sobre seu trabalho e seu aprendizado de agricultor, relata que o ofício era ensinado pelos pais ou pelos mais velhos e que a partir deles todos aprendiam a sua lida no campo, sendo esta a única forma de aprendizado, afirmando que:

A gente tinha que prestar atenção, ele dizia como era pra fazer e a gente aprendia a fazer. Naquele tempo todo mundo aprendia a fazer, do jeito que o pai ensinava a gente; a gente fazia. (...) Porque já vinha dos antiiiiigo! (ENTREVISTA nº 32)

A coesão do grupo familiar, sob a coordenação do seu patriarca, era diretamente responsável pela subsistência de todos. Trata-se de um modelo de organização produtiva que não respondia apenas pela nutrição familiar; eram responsáveis também pela socialização do indivíduo, pela transmissão do

¹⁶Irmã de d. Emília, residente em fortaleza desde os 21 anos.

conhecimento em várias instâncias (laboral, religioso, moral, etc.) e pelos demais afazeres para manutenção familiar, dentre os quais destacamos: ajustes das ferramentas de trabalho; produção de vestimentas a partir de costuras e bordados e também a criação e manutenção de alguns utensílios diversos que, dada a precariedade econômica e de deslocamentos, condicionava o grupo familiar a desempenhar as próprias transformações “industriais”, dependendo minimamente da intermediação monetarizada de terceiros para consecução de seus objetivos.

O combustível de seus fogões, por exemplo, advinha da lenha retirada nas matas pelos homens; os cabos de enxada e outras ferramentas, idem; as bacias normalmente utilizadas pelas donas de casa no trato diário da casa eram cuias curtidas a partir do fruto da planta cuieira (*Crescentia Cujete*), e muitos artefatos domésticos eram produzidos de forma artesanal, por meio do extrativismo. Observa-se, portanto, que as diversas relações existentes na formação de um indivíduo e na interação deste com o meio ambiente ou a produção alimentar eram sempre pautadas em relações diretas, em constante prática, hierarquizadas entre familiares ou pessoas mais velhas, e não em relações impessoalizadas e intermediadas por órgãos e instituições como escola, conselhos tutelares, prestadores de serviços, instituições legislativas ou executivas em geral.

5.5 - Compadrio e reciprocidades

As práticas focadas na manutenção familiar, ressaltadas no tópico anterior, apesar da relativa autonomia produtiva eram, no entanto, permeadas de estratégias sociais de solidariedade e vizinhança que lhes agregava maior capacidade de desempenho nesta multiplicidade de demandas. Ana, 34, relata que nas lembranças de sua infância era comum que os pais deixassem seus filhos menores com vizinhos ou parentes, enquanto realizavam suas atividades laborais fora de casa. O mesmo auxílio era prestado quando alguém se deslocava à cidade e lhes era solicitado trazer algo, para aquele que não podia se deslocar, por exemplo. Segundo Durham:

As comunidades rurais, sem mercado para seus produtos, tornam-se cada vez mais auto-suficientes e isoladas. Predominam as pequenas propriedades e, na falta de capitais e numerário, a organização do trabalho se baseia na solidariedade vicinal, expressa na troca de dias, para a

produção quase exclusiva de 'mantimento'. A vida urbana se atrofia. (DURHAM, 1971, p. 55-6)

O Sr. *Arnaldo*, 71 anos, destaca, como estratégia produtiva, a troca de diárias de serviços que se realizavam entre moradores do mesmo sítio – reforçando suas relações de vizinhança – no trato de suas lavouras. Eles se organizavam em um grupo que trabalhava junto no roçado de um dos agricultores, depois no roçado de um segundo membro deste grupo, e depois no roçado de outro, para agilizar as atividades de plantio, limpeza ou brocados em cada uma das roças. A atividade era uma permuta simples, sem compensações financeiras, e se dava apenas entre agricultores com alguma proximidade/vizinhança e laços estreitos de confiança ou mesmo de compadrio, que eram reforçados a cada empreitada.

Estes laços de confiança e compadrio são ressaltados por diversos autores (DURHAM, 1973; HEREDIA, 1979; LANNA, 1995; WOORTMANN e WOORTMANN, 1997) como tendo importância central na dinâmica dessas populações. São, novamente, relações sociais pautadas na reciprocidade (ou dádiva) intensos e que permitem firmar e criar “laços preferenciais”. Relações estas que não necessitavam de remuneração ou de uma intermediação (institucional, por exemplo) para se efetivarem.

A relação direta, portanto, caracteriza toda a cadeia de relações nas quais se envolviam as populações rurais do município em tela; os elos profissionais – fosse a moradia, a parceria ou a contratação de diárias - não precisavam de intermediação de um contrato formal ou aval de uma instituição de classe para se concretizar. Da mesma forma que a troca de diárias entre os próprios moradores; a *palavra empenhada* era o próprio contrato. E o valor desta palavra empenhada, por sua vez, era resultado da forte coesão moral desenvolvida nestes grupos, fortalecidos pela coerção decorrente, também, destas relações diretas intensas.

Até mesmo a “profissionalização” dos jovens, igualmente, se dava pela tradição oral – com ensinamentos repassados pelos mais velhos, bem como pela inserção na prática agrícola desde a infância, sob tutela dos pais. Modelo este, freqüentemente, ressaltado e enfatizado pelos entrevistados mais antigos (idades acima de 60 anos), como sendo o modelo ideal de educação dos jovens para o trabalho, para a religião, costumes e conduta moral. A esse respeito, Dona *Emília*, 67 anos, comenta a educação recebida dos pais, na infância:

Nosso horário é cedo. Num tinha negócio de ta dormindo até meia noite nam. (...) Uma coisa que papai dizia; “bota esse menino pra trabalhar...serviço de menino é poco mas quem perde é loco” (...) Na verdade... hoje a gente vê que a criação certa era essa, num é a de hoje. (...) Porque você num garante que a pessoa tenha a mentalidade equilibrada; aí a liberdade que você dá, ele transforma em libertinagem... porque hoje, Brasil que tanto brigou pela liberdade... na verdade encheu foi o jovem de libertinagem; pouca gente tem a noção do que seja liberdade. (ENTREVISTA nº 09)

Sobre a experiência profissional e a ciência agrícola, o Sr. *Arnaldo*, 71, revela que era comum os agricultores se encontrarem na casa de algum vizinho para comentar as experiências e previsões para o inverno. As especulações eram calcadas na observação da natureza, fosse a partir do comportamento de animais, fosse a partir da observação da vegetação ou das constelações. Quanto aos animais, ele aponta que era comum observarem, por exemplo, o sabiá e a intensidade com que este se acasalava nos períodos de outubro a dezembro. Dizia-se que sabiá era uma ave que gostava de fruta, e uma maior incidência de seu acasalamento significaria bom inverno, pois o animal estaria indicando que teria muitos frutos que, por sua vez, só brotam em decorrência de boas chuvas. Igualmente eram observadas algumas árvores frutíferas e a intensidade com a qual a mesma formava seus cachos de flores, como a mangueira, que também indicaria fartura de água e clima favorável ao plantio.

Este conhecimento era trocado entre agricultores adultos e repassados aos jovens mais atentos, sendo capazes de, com outras instruções, preparar o jovem para a própria autonomia e desempenho profissional que, por sua vez, significava preparar o *homem* para gerir um lar. Estes ensinamentos tinham nos agricultores mais bem sucedidos – aqueles que acertavam a data apropriada de plantio e conseguiam obter melhores safras, mesmo com esforço semelhante aos dos companheiros-, os principais instrutores ou transmissores do conhecimento sobre as lavouras.

Observo, em síntese, que na formação social agrícola-cafeeira da cidade de Guaramiranga, o saber necessário para a execução do trabalho era um saber obtido das relações diretas, reforçadas diariamente por meio de um aprendizado prático, pautado na observação direta da natureza para apreensão de seus ciclos e padrões. Saber este sempre desenvolvido com o auxílio dos parentes ou das relações preferenciais.

As relações sociais, por sua vez, mantinham uma forte coesão e pautavam-se, primordialmente, na reciprocidade hierárquica mantida nestas relações entre agricultores e seus patrões, agricultores e seus familiares, e agricultores com a sociedade em geral. Tanto a forte coesão quanto a reciprocidade hierárquica eram favorecidos pelo relativo isolamento que estas comunidades tinham nas relações com centros urbanos mais dinâmicos.

6 – AS FESTIVIDADES EMQUANTO SÍNTESE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL AGRÍCOLA LOCAL

Conforme anunciado na metodologia deste trabalho, utilizo-me adiante da observação das *festividades* que se realizavam em Guaramiranga na época cafeeira, para ilustrar sob outro prisma a mesma estrutura social vigente.

A partir dos estudos desenvolvidos por Van Gennep (1977), os rituais passam a ser vistos como manifestações cuja relevância ultrapassa o horizonte dicotômico entre sagrado e profano, sendo capaz de sintetizar aquilo que já se encontra estabelecido no mundo social. E mesmo quando o ritual expressa uma manifestação do sagrado ou profano nestas comunidades, tais representações – sagrado ou profano – não são necessariamente dicotomias estáticas, mas sim, como elementos dinâmicos, inerentemente ligados à própria atualização das estruturas sociais – espacial, cultural e temporalmente situados.

Na sociedade agrícola-cafeeira apresentada nos capítulos anteriores, tais características de relações diretas ou reciprocidade hierárquica não se configuram, por exemplo, como relações isoladas de um contexto social mais amplo; elas são – exatamente - a base na qual se pautaram todas as relações sociais desta população rural local, e que são percebidas também nas demais instâncias sociais; sejam econômicas, morais, religiosas ou culturais. Como exemplo mais claro dessa organização, utilizo-me da observação das diversas festividades existentes, que eram eventos onde se fortaleciam tais laços de solidariedade, reciprocidade e relevâncias das relações diretas, expressando este modelo próprio de coesão social.

Observo, inicialmente, que a agricultura cafeeira praticada em Guaramiranga, apesar de impor um cotidiano intenso de atividades produtivas desde a infância, trazia em si uma prática cadenciada por ciclos produtivos que revezam períodos de intensa atividade com períodos de pouca atividade. Inverno-verão cadenciavam os ritmos produtivos – e os produtos produzidos - tanto quanto o dia-noite cadenciavam a hora de atuar ou a hora de se recolher para o lar ou para aplicar-se em atividades diversas e “não-agrícolas”.

Estas atividades diversas, em Guaramiranga, eram constantemente permeadas de festejos, manifestações culturais populares, visitas entre conhecidos ou organização de festas dançantes onde se podiam dançar forró, conhecer pessoas e reforçar os laços preferenciais. E em um período em que não

existia acesso a televisão, telefone, cinema, internet, rádio, casas de shows, etc.; tais eventos representavam as ocasiões em que a comunidade local poderia dedicar-se ao lazer e interações sociais diversas.

Porém este lazer expressa muito mais que um mero divertimento; tais festividades manifestam-se sob um padrão culturalmente consolidado no seio desta comunidade, podendo inserir-se na categoria antropológica do estudo de rituais, e como tal, sendo capaz de revelar as múltiplas dimensões da vida social, de acordo com autores como Genep (1977), Lanna (1995), Damatta (1997), Schwarcz (2001), inclusive elementos de ordem estrutural, referindo-me, neste caso, especialmente à estrutura social.

Este lazer era, portanto, expressão incontestada da organização sociocultural vigente: as relações de reciprocidade, relações hierárquicas e relações solidárias estavam presentes e em evidência em todas estas ocasiões, conforme apresento adiante ao detalhar algumas destas ocasiões “cerimoniais” ou agregadoras das interações sociais no período agrícola-cafeeiro em Guaramiranga.

6.1 - As “Brincadeiras” na Colheita do Café

Nos períodos de apanha do café, o município agregava trabalhadores tanto da zona urbana local, como de outras cidades. Eram ocasiões nas quais se poderiam ver novos rostos, fazer novos amigos, rever os antigos vizinhos, amigos distantes, etc. Também eram situações em que muitos se enamoravam e, não raro, novos laços matrimoniais se faziam e novos compromissos de trabalho também se firmavam.

A colheita, assim como a lida nos roçados, iniciava com o raiar do sol e encerrava quase ao pôr sol, devido principalmente à falta de energia elétrica que permitisse o prolongamento da colheita por mais horas. A jornada estendia-se normalmente das 7h da manhã até as 17h da tarde, perfazendo dez horas de serviço com intervalo menor que uma hora para a refeição – que era feita na própria lavoura. No entanto, não configurava uma atividade realizada com pesar pela jornada exaustiva. Apesar do cansaço que causava, sempre citado, a apanha nos cafezais é rememorada por diversos moradores com saudosas recordações, relembando as diversões que eram comuns durante os três meses em que esta atividade se estendia no município.

Dentre estas diversões, foram citadas as “brincadeiras” que eles faziam ao final do dia de serviço, reunindo tocadores locais ou entre os apanhadores visitantes, que se organizavam para tocar e promover a dança entre os apanhadores locais, dos sertões ou da cidade, após a atividade para confraternizar.

Segundo Dona *Hilda*, 61 anos: “na época da colheita do café a gente dançava segunda, quarta, as vez na sexta, as vez no sábado, era muito bom!” (Entrevista nº 41). O seu irmão, Sr. *Arnaldo*, 71, acrescenta: “quando chegava o tempo da apanha de café, vinha aquele pessoal que vinha do sertão, (...), aí aqueles moço, vinha aqueles moço de lá pra trabalhar, né, aí quando eles começava a farra, toda quarta feira a gente fazia uma festa. Uma brincadeira. Chamava brincadeira” (ENTREVISTA nº 14). Tais *brincadeiras* realizavam-se das 19h até meia noite. Ou, em dias de sábado, começavam mais cedo e varavam a madrugada, confraternizando estes trabalhadores.

6.2 - A encenação dos Dramas

Durante as apanhas de café realizava-se também outro tipo de *brincadeira*; denominada de *Dramas*. Segundo a ex-Secretária de Cultura do município, Nilde Ferreira, 39 anos: “Dramas são [...] uma expressão [...] cênica musical que se assemelha a uma ópera, só que é uma ópera de curta duração; é uma opereta popular. É o teatro popular de Guaramiranga”. Eram cantigas encenadas – às vezes pré-concebidas, às vezes de improviso - que as apanhadoras entoavam entre si, dando “a deixa” ou o desafio pra outra apanhadora seguir a rima, cada qual em suas ruas de cafeeiros. Tais “operetas” versavam sobre temas diversos; desde a exaltação de características populares locais ou da cidade, como mensagens de sabedoria cabocla, ou também gracejos com conhecidos, e divertindo a todos.

Não foi possível encontrar registros sobre a origem exata deste modelo de divertimento local, mas depoimentos afirmam que mesmo após a queda da produção cafeeira, e devido ao deslocamento de alguns agricultores e mestres de *Dramas* para a zona urbana, estas operetas continuaram se realizando aos domingos, após a missa, na própria praça central da cidade.

Esta manifestação da cultura popular, quando realizada no centro urbano, tanto significava para os participantes uma opção de lazer, quanto lhes

proporcionava rememorar os momentos felizes e já idos, da cultura cafeeira local. Segundo relatos, era muito comum que os agricultores e mesmo ex-agricultores, já morando na sede do município, se interessassem em levar seus filhos para interagir com estas manifestações, inserindo-os em grupos de dramistas – que eram vários. Para estas crianças, encenar *Dramas* representava também um divertimento e a reafirmação de laços de solidariedade, sempre promovendo maciça participação popular, voluntariamente, na platéia, ou atuando voluntariamente na organização das apresentações (cf. ENTREVISTA nº 38).

Enfim, os *Dramas* permitiam uma exaltação aos símbolos e signos da cultura agrícola local, através da difusão por meio cênico-musical das personalidades locais, da história, dos hábitos e costumes, etc.

6.3 - Casamentos

Também foi colhido entre os depoimentos, que os meses de colheita cafeeira, eram conhecidos como período dos casamentos.

Relatos apontam que as festas de casamento normalmente tinham as missas marcadas para o sábado pela manhã, mas que desde a sexta-feira anterior já se iniciavam as comemorações na casa de algum conhecido. Após a missa, que ocorria na sede de Guaramiranga, todos os convidados e noivos com seus familiares deslocavam-se a pé para a casa dos pais dos noivos onde o almoço era servido e a festa propriamente dita começava.

Conforme narrado em algumas entrevistas, os convidados seguiam da missa em um cortejo a pé, em companhia dos noivos. Enquanto se gritava “vivam os noivos”, diversos moradores ou passantes do caminho se familiarizavam com os conhecidos que acabavam de firmar matrimônio, aderindo à caminhada e às comemorações.

A festa, propriamente dita, era regida por um tocador contratado pela família dos noivos e durava do sábado à tarde até o domingo pela manhã, varando a madrugada, com cavalheiros e damas dançando na sala e terraços da residência que servira de sede para a festa.

Depoimentos ressaltaram que, não raro, durante um casamento, as pessoas eram convidadas para outro, e no casamento seguinte recebiam convite para mais um; sendo sucessivas estas festas e forró promovidos nos meses que

antecediam a colheita do café, e prolongando-se em número de realizações, exatamente neste período de safra cafeeira.

Os laços matrimoniais eram firmados, portanto, em conformidade com o período em que havia maior fluxo de visitantes no município, bem como maior aporte de divisas para estes agricultores, advindos da principal atividade econômica local – a cafeicultura.

Assim, a principal atividade econômica era também influenciadora do reforço ou criação de novos laços: “preferenciais”, através do parentesco advindo do matrimônio; ou “sociais”, por meio dos convites e presentes. Mas, sobretudo, a colheita cafeeira, também era responsável pela geração de divisas que supriam estas populações de recursos para intensas trocas que não se mostravam apenas comerciais, mas também sociais e culturais, pois favorecia desde a mais nuclear das formações sociais – o casamento -, até as interações comerciais em virtude do aquecimento da economia local; e sociais, com favorecimento de intercâmbio entre populações de diversas localidades, visitantes, desconhecidos ou parentes distantes.

6.4- Festas Dançantes

Outro tipo de festividade comum na cidade eram as chamadas *Festas Dançantes*, geralmente ocasiões em que um morador, anfitrião, resolvia convidar um tocador ou conjunto para sua casa, quando estão moradores das diversas localidades¹⁷ eram avisados e compareciam maciçamente para dançar, namorar ou apenas rever conhecidos e divertir-se, saindo da rotina de trabalho.

Estes anfitriões normalmente eram pessoas consideradas “de respeito”, com bom respaldo junto à comunidade local e possuidores, inclusive, de salas ou terraços mais espaçosos onde normalmente se dançava.

Ao contrário dos casamentos, quando os anfitriões convidavam diretamente os participantes preferenciais, no caso das *Festas Dançantes* o convite

¹⁷ “localidade” é o termo empregado pela população para designar áreas não urbanas e tanto poderia se referir ao nome de um sítio, quanto ao nome de um distrito já instituído; também poderia referir-se a uma característica da flora ou relevo local ou, ainda, ao nome de algum morador de reconhecida popularidade, habitante das imediações. Ex: Bananal, Quebradas, Caracas, etc.

era, desde o início, aberto ao público, e conseguia atrair frequentadores tanto do mesmo sítio quanto de localidades distantes. Segundo o Sr. *Arnaldo*, 71 anos:

Porque a nossa região aqui sempre o sanfoneiro que tocava era do Bananal [localidade]. Aí do Bananal ele já trazia um bocado de gente da Butija [localidade]. E Bananal, ali [tem a localidade]...a Batalha, aí o pessoal de lá as vez acompanhava. O Vicente era o sanfoneiro, ele vinha do Bananal. Aí daqui da região, aqui tava todo mundo. Aí fazia aquelas festa, festa, festa medonha mesmo!!! Aí o que é que a gente fazia, se divertia durante a noite. [...] Era forró. Agora tinha que era assim; no forró você dançava xote, dançava baião, dançava marcha, dançava frevo, choro, valsa, mazuca, samba... tudo isso a gente dançava naquela festa. Mudava de ritmo, num era só aquele ritmo do jeito que começa de noite amanhece o dia só naquele jeito.(ENTREVISTA nº 32)

Nestas mesmas festividades observa-se a capacidade de reafirmar autoridades locais pelo respeito que alguns cidadãos impunham aos demais participantes. Respeito este que se pautava, não em uma ação coercitiva física, como hoje vemos na ação das autoridades policiais, mas numa ação coercitiva moral, dado o prestígio de determinados agricultores junto aos demais que transformavam sua presença na “autoridade” capaz de agregar prestígio ou não a uma festa.

Por exemplo, conforme relatos, o Sr. *Ventura* (já falecido), pai de *D. Emília*, era uma destas personalidades de notória respeitabilidade entre os moradores locais. Vários relatos apontaram que muitos pais só deixavam suas filhas irem às festas em que o Senhor Ventura estaria, sendo ele próprio o responsável pelas mesmas, assegurando o respeito dos homens às moças em sua companhia bem como a obediências destas a este acompanhante, como se fora seu próprio pai.

6.5 – Brincadeiras dançantes espontâneas

Outra modalidade de *festa dançante* ocorria comumente nos sítios e nas localidades. Não se tratava de evento previamente planejado, mas um encontro espontâneo entre agricultores que sabiam tocar algum instrumento e resolviam “se visitar”, conforme afirma o Sr. *Arnaldo*, 71. Sobre seu aprendizado com música e a realização dessas *brincadeiras*, na condição de tocador, ele afirma:

A gente tocava em casa, dentro de casa; às vez..quando foi depois comecei a.. o pessoal a gostar, aí tocava nas brincadeirinha e tocava nas casa (...) naquele tempo a música num era assim, né? Ninguém nem intedia quase de música..aí todo mundo tocava, tanto que já tinha... quase

toda casa tinha uma pessoa que comprava um violão aí fazia aquela festa... aí daqui era assim... naquele nosso tempo era animado! Tinha aqui nessa Barra [distrito] tinha um que tocava o violão bem, esses era o que tocava comigo. Eu tocava em casa tinha um que tocava sanfona lá na casa do minino, tinha um que tocava lá em baixo na Betânia [localidade], e assim a gente ficava se visitando. Juntava aquela turma, “vamo pra fulano de tal?”; “vamo!”. A gente ia pra lá e dançava até umas hora. Ia pra Chico Martin. Ia pro Nonato Betume, ia pro sítio Betume.. e assim ficava era o tempo assim nessas diversão. (ENTREVISTA nº 13)

Estas ocasiões configuravam-se, portanto, como reuniões na casa de amigos e conhecidos, agregando a vizinhança local para o festejo guiado pelas músicas. Eram visitas combinada pelos músicos, que após animarem uma residência por algumas horas, saíam para a casa de outro conhecido e, dessa forma, atraíam e promoviam o reencontro entre moradores, amigos ou parentes em torno de cada domicílio.

Promoviam, igualmente, o fortalecimento das vizinhanças, da socialização e das reciprocidades; pois os mesmo *donos da casa*, contemplados pelos tocadores, por força da gratidão estreitavam laços de compadrio, de trabalho ou de solidariedade com estes *artistas da roça* que, por sua vez, quando escolhiam uma residência, escolhiam-na também em virtude dos laços preferenciais que mantinham ou desejavam reforçar com seus moradores.

6.6 - Festas de Santo

As principais *Festividades* do município, entretanto, eram de cunho religioso, e com ocorrência de novenários, missas, quermesses e leilões. Eram as chamadas *Festa de Santo*, que tanto ocorriam por ocasião da festa de padroeiro da sede do município quanto por ocasião do padroeiro de cada localidade. As mobilizações, quando pertinentes à zona rural, se davam por iniciativa e organização da população de seu entorno; e quando na zona urbana, se davam geralmente por iniciativa e encabeçadas na sua organização pelos colégios religiosos sediados no município (cf. ENTREVISTA nº 36).

Destacam-se entre essas festividades, a Festa de São Francisco, patrono do antigo convento dos Capuchinhos (atualmente transformado em pousada); a festa de Nossa Senhora de Loudes e Nossa Senhora da Conceição. Nestas ocasiões, eram realizados leilões, novenários e quermesses cuja produção iniciava-se até quatro semanas antes da data festiva, como no caso da Festa de São

Francisco, que durava uma semana inteira e tanto promovia festejos locais quanto levava muitos devotos a deslocarem-se a pé para a cidade de Canindé¹⁹, em romaria.

O Sr. *Arnaldo* relata que, por iniciativa da própria comunidade, na ocasião de uma *Festa de Santo*, era comum dividirem as pessoas em dois grupos denominado *partidos* – o partido azul e o partido vermelho – para arrecadação de prendas a serem leiloadas nestas festas de padroeiros. Os donativos eram buscados tanto nas localidades (e distritos) do próprio município, quanto em cidades circunvizinhas, por devotos conhecidos, comerciantes ou amigos e parentes. Segundo ele: “a gente fazia aquelas festas [reuniões, novenas e quermesses] lá em casa, saía pedindo esmola e ia até perto da Caridade, pedindo, tirando prenda” (ENTREVISTA nº 14). Estas prendas eram leiloadas e o dinheiro arrecadado era revertido para a própria festividade e benefícios na paróquia.

Segundo Lanna (1995, p. 29), “A festa [de santo] é também uma brincadeira intercomunitária, já que envolve visitas de parentes e amigos de cidades, povoados e distritos vizinhos.” O autor discorre sobre esta manifestação popular em seu estudo sobre as formas de reciprocidade e a patronagem no nordeste brasileiro como sendo mais uma síntese das diversas alianças, dissensões e representações da dádiva (MAUSS) em diversas instâncias, conforme segue:

Dado que as comissões recebem da população **dádivas** [Mauss] de animais, frutos e dinheiro para a compra de frangos para o leilão, elas devem ser entendidas como parte fundamental não só da organização da festa, mas também dos próprios leilões. (...) Esse é um espaço que pode se expandir indefinidamente, (...) englobando o município como um todo e os distritos de outros municípios vizinhos com os quais se mantém relações, especialmente de amizade na “vida diária”. (...) Vimos que os leilões recriam normas da vida diária. (LANNA, 1995; p. 184)

Tais “normas da vida diária”, citadas por Lanna são, igualmente, a reafirmação de laços preferenciais, reciprocidades hierárquicas, dinâmicas culturais, costumes, coercitividade moral, laços de solidariedade, etc., encontradas em Guaramiranga.

Em Guaramiranga, por exemplo, embora se organizasse uma atividade competitiva, uma disputa sobre qual partido (vermelho ou azul) arrecadaria maior

¹⁹Cidade situada no sertão central cearense, a aproximadamente 63km de Guaramiranga, que figura ao lado de Juazeiro do Norte, no sul do estado, como principais manifestações religiosas do Ceará, atraindo caravanas de romeiros de vários estados do país, principalmente do norte e nordeste do Brasil.

quantidade de prendas, essa competição era amigável. Tratava-se de uma articulação social, de engajamento popular, cujas afinidades e laços preferenciais (de vizinhança, parentesco e compadrio, etc.) eram reforçados desde o instante da divisão dos participantes entre os partidos; passando pela adesão e doação de comerciantes ou moradores que cediam as prendas; e, culminando no anúncio do vencedor do lance. Isto, gerava uma cadeia de relações de reciprocidade que eram acionadas a cada evento, fortalecendo as relações de vizinhança e amizade pré-existentes, bem como criando novos laços preferenciais e de reciprocidade.

A esse respeito, Valeri (*apud* Lanna, 1995, p. 18) também se expressa: “As festas podem se opor a sociedade ‘normal’, ou ao contrário, representá-la numa forma sintética e ideal, fazendo-a mais facilmente perceptível como uma totalidade”. Em Guaramiranga, observo que tais festividades ilustravam claramente a estrutura social vigente.

6.7 - Síntese da dinâmica cultural expressa nas *Festividades*

Apresento aqui apenas algumas das principais características observadas nestas festividades e que servirão para comparar, em capítulos posteriores, com as atuais características que os *Festivais* turísticos vem inserindo na sociedade atual de Guaramiranga.

6.7.1 - *Espacialidades*

As Festas de Santo são lembradas como sendo ocasiões em que muita gente deslocava-se dos sítios e distritos – e de outros municípios – para a igreja matriz do município de Guaramiranga a fim de participar do evento. O período de colheita cafeeira, igualmente, promovia a interação ou reaproximação de populações originalmente distantes espacialmente.

Nestas ocasiões foi observado, conforme depoimentos, que não havia entre estes frequentadores ou entre os organizadores do espaço festivo uma delimitação - física ou social - quanto ao grupo que acessava os diversos espaços da cidade (bares, restaurantes, quitandas, quiosques, ruas, praças, etc.). Todo o espaço de convívio social era ocupado pela multidão de devotos ou visitantes trabalhadores, que usufruíam dos mesmos sem quaisquer formas de limitação ao

acesso desejado. Tratava-se de espacialidades abertas ao uso comum, voltada exatamente para estes participantes – nativos ou não da cidade de Guaramiranga, promovendo forte interação social entre a população local e os visitantes.

As residências dos habitantes, por sua vez, podiam ou não abrigar visitantes, mas quando isso se dava, geralmente tratava-se de conhecidos distantes ou indicação de conhecidos. Nas Festas de Santo, ruas eram lotadas pela população e por visitantes. Na colheita cafeeira, visitantes alocados em residências, sítios ou pousos, bem como os apanhadores locais, faziam a alegria de comerciantes de Guaramiranga com o aquecimento do comércio advindo da entrada de divisas com a exportação do café local. Mas, sobretudo, o espaço público era o espaço de socialização de todos os segmentos populacionais que ali se encontravam por devoção ao santo ou por trabalho.

Já a espacialidade dos eventos denominados como Festas Dançantes, estava regida nos moldes do ambiente em que as mesmas se realizavam: um ambiente doméstico. Este ambiente estava moralmente “administrado”, um ambiente com “lei”. “Lei” esta determinada pelo caráter pessoal do patriarca da casa, bem como, dos demais visitantes detentores de maior prestígio moral²⁰.

O ambiente reservado à dança, nestas festividades, foi apontado em entrevistas como um ambiente exclusivamente para dançar; reservado a casais – cavalheiro e dama; sendo estes cavalheiros responsáveis por suas damas, e suas damas subordinadas a estes. Para usufruir melhor da brincadeira de dança, tinham por sua vez que moderar o consumo de bebida, não sendo permitido levar ao salão de dança qualquer garrafa, ou mesmo, não trazendo à pista de dança os “efeitos” colaterais do excesso de bebida – pois seriam constrangidos pelo simples fato de serem, mesmo educadamente, convidados a se retirar pelo dono da casa ou outra autoridade presente.

6.7.2 - Relações Hierárquicas

As Festas Dançantes, nas Brincadeiras, nos casamentos ou nas Festas de Santo; eram ocasiões rituais onde se reforçava a coesão social que fora dada pela estrutura social predominante e marcada pela reciprocidade hierárquica.

²⁰ Conforme exemplificado anteriormente, sobre o Sr. *Ventura*, pai de D. *Emília*

No caso das festividades em espaço doméstico, a autoridade dos mais velhos sobre os jovens que participavam destas festas foi retratada por todos os depoimentos colhidos, evidenciando o valor moral adquirido pela capacidade centrífuga e centrípeta de gerar dádivas (MAUSS) entre determinados grupos familiares ou indivíduos, especialmente centrados na figura paterna.

Os pais de D. *Emília*, 67, por exemplo, foram personalidades destacadas junto à população local justamente por reproduzirem em suas relações pessoais, laços de generosidade, solidariedade, autoridade patriarcal, caráter moral respeitável, religiosidade, competência na produção da subsistência, entre outras características; que tanto lhes eram atributos difusores quanto receptores de dádivas. Nas festividades relatadas, a presença do pai de D. *Emília*, o Sr. *Ventura*, – assim como a presença de outros poucos – era notória na imposição do respeito aos demais participantes. A sua decisão de acabar uma festa, ou mandar um jovem que se comportasse inconvenientemente para casa, assim como proibir filhos – mesmo quando já adultos e pais de família – a participar deste ou daquele evento, eram seguidas sem contestação (cf. depoimentos).

6.7.3 - Relações Preferenciais e de Vizinhança

Diante das circunstâncias de relativo isolamento, as relações preferenciais e de reciprocidade desenvolviam-se a partir de convívio intenso. Os indivíduos destas populações conheciam-se uns aos outros, frequentemente a partir de referências como “são filhos dos Carminha” ou “morador do Major Hugo”. O conhecimento se firmava e criava signos, portanto, de caráter pessoal e as referências remetiam sempre a personalidades familiares, que eram a unidade referencial também, para convivência e conhecimento da moral, da responsabilidade, das habilidades, da competência profissional ou não do indivíduo.

Foi notado que mesmo quando ocorria a mudança de um desses compadres, vizinhos ou outro indivíduo expoente de suas relações preferenciais para outro sítio, ou até outra cidade, estes laços de confiança e reciprocidade mantinham-se, bastando apenas se reencontrarem – nas festas, por exemplo – para reafirmá-los, sob diversas formas de dádiva, como convites, apadrinhamentos, presentes, demonstrações de respeito hierárquico, etc.

Notadamente quanto às vizinhanças nos sítios, estas se encontravam normalmente consolidadas por anos de moradia a serviço de um sitiante, oportunizando uma convivência intensa e duradoura com seus vizinhos. No centro urbano, igualmente, as vizinhanças encontravam-se instituídas de forma duradoura, oportunizando uma convivência pautada na convivência, confiança, reciprocidade e familiaridade entre os vizinhos.

Em depoimentos, foi constatado que durante as festividades (bem como em situações diversas), estas vizinhanças encontravam oportunidade de se reaproximarem para trocas de favores (dádivas) tais como; cuidar dos filhos de vizinhos enquanto alguém se dispunha a trabalhar na organização das festividades ou festas de santos; receber encomendas na ausência de alguém; unirem-se para seguir e voltar a pé de determinada festividade, mandar recado a algum conhecido no caminho da festividade, entre outros.

6.7.4 - Relação homem/natureza

A relação homem/natureza no período agrícola é mais uma expressão da lógica reproduzida nas relações socioculturais destas populações. Trata-se de um conjunto de elementos que se organizaram de maneira específica naquele momento histórico e naquela conjuntura sociocultural.. E o que se observa é que o manejo da natureza demanda uma categoria de saberes que são transmitidos hierarquicamente e oralmente entre as gerações, fazendo deste aprendizado, não apenas um saber intelectual, mas também um saber prático.

A este respeito Woortmann e Woortmann (1997) revelam em seus estudos sobre a lógica da lavoura camponesa no interior nordestino, que:

A transmissão dos meios intelectuais de abordar a natureza é, ela mesma, um instrumento de trabalho – o trabalho do saber – com um método pedagógico que acompanha o iniciando e sobre ele opera, criando ao mesmo tempo um trabalhador pelo saber “técnico”, capaz de produzir, e criando idade e gênero, pois é simultaneamente saber simbólico. No campesinato que aqui estudamos, a transmissão do saber para o trabalho faz-se no próprio trabalho – pois o saber é um saber-fazer, parte da hierarquia familiar – subordinado ao chefe da família, via de regra o pai. Se é este quem *governa* o trabalho, como dizem os sitiantes, é ele também quem governa o fazer-aprender. A transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores, construção de papéis, etc.(WOORTMANN; WOORTMANN, 1997 p. 11)

Dessa forma, a atuação do homem sobre a natureza, além de implicar na aplicação da força produtiva do grupo familiar, transformando-a em alimento, também é capaz de reproduzir simbolicamente a lógica inerente a este grupo cultural, social e historicamente delimitado.

O mesmo é observado no caso estudado em Guaramiranga, onde esta relação homem/natureza reproduz a reciprocidade hierárquica ao conferir a autoridade da experiência dos mais velhos sobre os mais novos. Ainda reproduz a dimensão de gênero ao priorizar para homens e mulheres atuações distintas de sua força de trabalho e reproduz, ainda, dentre outras coisas, a construção de saberes que estes grupos camponeses precisam ter para *domesticar*, compreender e transformar a natureza para obter sua subsistência. Saberes estes que são transmitidos diretamente entre os indivíduos, a partir da vivência prática, do incentivo à observação e apreensão dos “códigos” da natureza e do contato direto dos indivíduos entre si e em interação direta com a natureza.

Em outras palavras, o saber técnico deste modelo é atrelado ao saber prático, e ambos são indissociáveis na obtenção da subsistência e no provimento dos bens materiais.

6.7.5 - Realizadores e o público alvo das festividades

Conforme relatos, a *Festa Dançante* não era promovida para proporcionar lucro aos seus realizadores. O tocador convidado recebia seu cachê, mas este advinha de uma cota feita entre os casais da sala de dança, que pagavam de acordo com sua satisfação e usufruto da arte musical da banda.

As relações com os tocadores também eram relações próximas, fossem os tocadores das festas dançantes, ou os agricultores que tocavam *brincadeiras* na casa de amigos, todos se encontravam em semelhante condição: a de serem agricultores, moradores ou não, e que tinham padrões similares nas relações pessoais, consumo, trabalho, vizinhança, valores morais, religiosos, etc.

As *Festas de Santo*, os *Dramas*, as *Brincadeiras*, igualmente, não objetivavam primordialmente a obtenção de renda para seus principais “agentes”, mas, sim, realizavam-se pela colaboração, frequentemente desprendida de interesses materiais, da própria população. Os depoimentos ilustram que as festividades em questão não tinham como fator primordial elevar a capitalização do

comércio local. Os depoimentos apontam como principais resultados²¹ destas festas: a promoção de encontros, brincadeiras, divertimento, interações e engajamento popular, não apenas no usufruto, mas também na organização e realização das mesmas.

A população local era, conforme depoimentos, a grande realizadora e beneficiada destas festividades, com a participação secundária ou nula de órgãos públicos ou empresas que, geralmente, quando apoiavam estas ocasiões festivas, o faziam na forma de doação de prendas, aporte material para consecução de alguma estrutura necessária, etc. Todo o custo de realização, contudo, advinha do esforço voluntário.

Quanto aos leilões, a principal participação no arremate de prendas era feito pela população e suas rendas serviam para os custos da própria festividade e também eram revertidos para a paróquia.

As competições dos partidos azul e vermelho, para arrecadar prendas, era a única ocasião em que havia disputas em prol de conquistas, e como tal, oportunamente recriando dissensões ou dissidências explícitas entre os grupos participantes. Seus competidores atuavam em função de um prêmio e esse prêmio para o partido vencedor era ter uma moça do seu partido eleita *Rainha da Festa*. Consultados sobre a participação dos sitiantes mais abastados, os relatos dos entrevistados apontam que pelo menos dois deles, cafeicultores muito bem sucedidos, participavam frequentemente das festividades com suas esposas; presentes nos leilões, festas religiosas e missas locais.

As festividades locais, portanto, manifestavam a síntese da organização social de Guaramiranga; uma imensa população rural, com modesto padrão de consumo, relações diretas de transformação da natureza em meios de sobrevivência, fortes elos familiares e relações sociais pautadas e enriquecidas a partir de laços de reciprocidades, incluindo, contudo relações de alianças ou dissensões comuns em qualquer organização social extensa.

²¹ Não se trata aqui de um resultado vislumbrado, mas sim, de um resultado vivenciado e consolidado na memória de seus participantes.

7 – DECADÊNCIA AGRÍCOLA CAFEIEIRA E NOVAS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES RURAIS

As características do mercado cafeeiro sempre foram calcadas numa instabilidade inerente a este cultivo. Seus produtores sempre se viram diante de uma lavoura de altos investimentos e altos lucros potenciais, porém, com altos riscos. A este respeito, Moreira nos indica que:

Segundo observação dos nossos mais inteligentes lavradores, dentro de cada quatriênio, tem-se uma colheita grande, uma pequena e duas ordinárias. A razão desse facto está na marcha e evolução do cafeeiro e na absorpção de seus succos.

A grande perda produzida pela abundante colheita faz com que no ano seguinte a safra seja pobre por falta de desenvolvimento dos ramos e folhas dos cafeeiros, que por estas absorvem os elementos atmosféricos e por aqueles deixam brotar as flores. (MOREIRA, 1873, p.6)

Conforme Saes (1997), tais inconstâncias naturais da espécie *Coffea Arábica* proporcionavam altas especulações no comércio do café, ora gerando rendas favoráveis, ora levando seus produtores ao endividamento e dependência dos comerciantes, financiadores ou especuladores. No caso de Guaramiranga, há registros de constantes falências dos donos das propriedades de café com a liquidação de hipotecas assumidas para os investimentos na produção.

A este respeito, e mais especificamente sobre o lucro dos cafezais, Alemão (1861) ao visitar a produção cafeeira ainda nascente na localidade de Conceição (Guaramiranga), já apontava que os comerciantes eram os maiores beneficiados, e não os seus produtores. Lima (1946), por sua vez, relata este aspecto de Conceição conforme segue:

A vila não era grande: apenas duas ruas perpendiculares (...) Tinha, porém, a vida alegre e intensa de terra bela e próspera. Em frente à farmácia, numa calçada alta, perto dos cruzamentos das ruas, costumava parar, para cumprimentar os mais ricos proprietários da Serra, habitualmente reunidos para tratar um pouco de política e muito de negócios, pois que o ponto representava uma espécie de “bolsa comercial” da zona, visto ser ali que geralmente se combinavam as grandes transações de empréstimos e, com mais frequência, as liquidações sumárias das hipotecas, feitas pela lei da usura cognominada “de reto fechado”, pois que o instrumento de hipoteca não satisfeito no dia do vencimento podia ser registrado como título de transmissão de propriedade, sem mais recursos. (LIMA, 1946, p.253)

A autora Saes (1997), explicita quanto à produção cafeeira nacional, que houve constantes crises de especulação, superprodução ou baixa produção, que

levaram o governo brasileiro – pressionado pelos produtores nacionais - a desenvolver estratégias para controle da produção e da comercialização, através do Conselho Nacional do Café-CNC, entre os anos 1930 a 1950. As medidas mostraram-se insuficientes ou infrutíferas, e o mercado continuou com oscilações intensas, inclusive reagindo drasticamente à queda da Bolsa de Nova York em 1930 e à 2ª Guerra Mundial na década de 1940.

Em 1952, o governo criou o Instituto Brasileiro do Café-IBC que trouxe, entre suas diretrizes principais, a meta de renovação dos cafezais e a extinção dos cafezais improdutivos. No período 1958-1959, antes da implementação deste programa, o Brasil colheu uma super safra de 36 milhões de sacas que, juntamente com os estoques governamentais somaram mais de 43 milhões de sacas no momento em que a demanda mundial era de apenas 24 milhões (SAES, 1997).

Em Guaramiranga, relatos apontaram que a última “grande colheita” com bom preço de venda do café local e, conseqüentemente, bons resultados para toda a cadeia produtiva de agricultores e população direta e indiretamente ligados ao café na economia local, ocorrera em 1960 e, daí em diante, a produção foi declinando. O período citado coincide com o período desta superprodução nacional.

Após esta super-safra, o governo instituiu novas diretrizes, deixando de adquirir e estocar os excedentes dos cafeicultores e, nas décadas de 1960 e 1970, muitos produtores locais atenderam às orientações do IBC que promoveram a erradicação de boa parte dos cafezais tidos como “envelhecidos”, voltando-se à produção e plantio de novas mudas com espécies determinadas pelo IBC e sob a recomendação de plantio a céu aberto – derrubando, portanto, as ingazeiras e vegetação nativa remanescente que estavam consorciadas aos cafezais desde os anos 1900.

Este período, para Guaramiranga, segundo relatos, significou um estrangulamento da produção devido à exterminação de cafezais. Contudo, não atingiu imediatamente a cadeia produtiva de cafeicultores, moradores e comerciantes, pois havia bastante demanda de mão-de-obra para os moradores e a população local, visto que novas mudas eram produzidas (por mulheres e crianças, principalmente) enquanto os homens ocupavam-se de limpar os terrenos arrancando os cafeeiros um a um – para que houvesse a indenização prevista pelo IBC aos proprietários – e brocavam os terrenos, retirando a vegetação, para receber novas mudas.

Esta diretriz do IBC, entretanto, parece ter ignorado as especificidades geográficas e climáticas das regiões Norte e Nordeste do país, incluindo as serras úmidas cearenses, e implantou nestas regiões espécies que eram mais adequadas às condições geográficas do sul e sudeste, impondo para as mesmas o cultivo em plantio solteiro (monocultura, sem sombreamento) e requerendo intensa adubação química no solo²².

As novas espécies, ao serem implantadas no Maciço de Baturité, conforme relato colhido de um funcionário da EMATER-CE local, se mostraram inadequadas, resultando na baixa adaptação e provocando uma estagnação da produção cafeeira em toda a região. Esta queda produtiva, bem como a queda da qualidade do produto colhido, resultou na consequente exclusão desta serra úmida cearense das áreas atendidas pelos programas de incentivo e fomento à cultura cafeeira, desenvolvidos pelo IBC²³.

Depoimentos colhidos em campo recordam que os produtores locais de café que atenderam fielmente ao plano de Erradicação de Cafezais Improdutivos do IBC foram à falência em breve espaço de tempo. O Sr Draulio Holanda, 69 anos, filho de um dos mais destacados produtores locais nesta época, retratou-nos que seu pai atendeu parcialmente esta normativa do IBC, e arrancou apenas cafeeiros de determinados pontos da propriedade, que se mostraram exauridos, deixando praticamente 80% de seus cafezais intocados - e ainda produtivos - apesar de centenários. Esta medida, calcada na experiência e vivência agrícola de seu pai, Sr. Paulo Cornélio de Holanda, segundo ele, assegurou- a ele, ainda por algum tempo, o título de maior produtor de café local enquanto que a maioria de seus concorrentes diretos viu-se falida. .

A partir dos anos 1960, portanto, o principal produto desta organização econômica e social de Guaramiranga, o café, rapidamente, foi perdendo o vigor. Com o passar dos anos toda uma cadeia produtiva de sitiantes produtores, seus moradores, comerciantes, a população urbana local ou de outros municípios circunvizinhos que eram direta e indiretamente interdependentes desta cadeia produtiva cafeeira, começou a buscar outros mecanismos para sobressair-se, incidindo igualmente na estrutura social local como um todo. A dependência

²²Cf. Saes, Souza; Otani [2005?] e Jaramillo-Botero; Prieto; Santos (2007)

²³ Cf. Saes, Souza; Otani [2005?]

econômica de pequenos agricultores, ligados a um sistema agrícola voltado para grandes mercados, é comentada por Durham (1973):

Apesar da pobreza que o caracteriza, esse sistema apresenta um equilíbrio viável entre a produção e as necessidades socialmente definidas e é capaz de se manter estável por períodos relativamente longos. As condições para a estabilidade do sistema são a disponibilidade de terras e a manutenção das necessidades dentro das possibilidades de produção locais, isto é, a redução ao mínimo do consumo de bens obtíveis apenas pela compra. Para a realização dessas condições é preciso que o sistema (ou subsistema) estabeleça um tipo particular de relação com os outros sistemas (ou o sistema mais amplo no qual se insere) que possuam economia monetária relativamente desenvolvida, isto é, que se coloque como comunidade marginal, mas não completamente independente. (DURHAM, 1971, p. 96)

O ténue equilíbrio na manutenção das necessidades básicas das famílias de moradores foi, portanto, severamente abalada com a queda do café. A cultura cafeeira, que absorvia o agricultor em uma atividade produtiva durante os quase seis meses de estiagem da produção de seus roçados – três meses destinados à apanha, e outros três meses destinados à limpa e poda dos cafezais – deixou de gerar a renda necessária à estabilidade familiar desses grupos. Sem a atividade cafeeira, as famílias de moradores de Guaramiranga perderam também sua única renda do ano, o que provocou um êxodo de moradores²⁴, abandonando estes os sítios por falta de condições de sobrevivência, apesar de ainda poderem desenvolver os seus roçados de subsistência.

Segundo depoimento de Nilde Ferreira, 39 anos, ex-Secretaria de Cultura municipal:

Quando esse café morre, a atividade econômica ligada a ele, toda pára. Então, é quando começa a pobreza relacionada ao fim da agricultura; as pessoas começam a sair do sítio, começam a perder emprego, começam a perder trabalho, os donos dos sítios que viviam ricos começam a ter dificuldade financeira, os filhos começam a ter dificuldade de estudar em colégios particulares, tem uma crise econômica, até que eles restabelecem. Isso porque eles [re]plantaram café .. (...) Então foi todo um processo até esse café voltar a produzir com a força que tinha. Quando volta a produzir com a força que tinha [década de 1970, após erradicação], o cenário econômico nacional já não era mais o mesmo; eles já não são competitivos, né?(...) aí todas as dificuldades realmente econômicas, políticas, no Ceará, por não ter dado incentivos, eles tentaram se organizar em cooperativas, mas existia uma dificuldade. (ENTREVISTA nº 37)

²⁴ Este êxodo foi apontado em relatos, mas não foi possível encontrar estatísticas específicas em fontes institucionais.

Toda a configuração social local se modificou, e não apenas na zona rural. Segundo Dona Alice, 74 anos, as escolas tradicionais de Guaramiranga que eram internatos tanto para homens quanto para mulheres - onde estudavam os filhos de grandes produtores ou de famílias abastadas, não apenas locais como também de outros estados (cita Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco), fecharam as portas. Relata, ainda, que com a decadência cafeeira as famílias abastadas teriam se mudado e grande parte da estrutura comercial de outrora caíra em declínio vertiginoso já nos anos 1970.

Na organização produtiva e social de então - onde, segundo relatos, os sitianteiros produtores de café somavam 15, 20 e até 40 famílias de moradores instaladas em suas propriedades para atender às demandas dos seus cafezais - o que se via eram propriedades mudando de donos ou os donos deixando a atividade agrícola para aplicarem-se a atividades comerciais, abandonando suas terras, sem que houvesse maiores perspectivas de subsistência para os agricultores que nestas terras permaneciam.

Surgem, contudo, estratégias destas comunidades agrícolas para adequar-se a uma nova organização social local ou em outros municípios, conforme detalhado a seguir.

7.1 - Êxodo rural local para outro município

No grupo familiar estudado, formado por dez irmãos nascidos na primeira metade do século XX, identificamos 2/5 de adesão ao êxodo rural-urbano que foi motivado pela decadência cafeeira. Trata-se de três irmãs e um irmão que partiram para a capital, Fortaleza, para dedicar-se a atividades não agrícolas.

A Sra. *Hilda*, 62 anos, afirma que saiu do município em 1970, aos vinte anos, para trabalhar como doméstica em casa de família. Esta saída, desde o início, teria sido com a intenção de não mais voltar. Sua inserção em um novo aparato social teria sido facilitada pela intermediação do próprio patrão, em Guaramiranga, que a levava para a casa de conhecidos em Fortaleza.

Seguindo seus passos, outras duas irmãs também partiram para este grande centro urbano, inserindo-se em atividades domésticas e, posteriormente, trabalhando de forma autônoma como costureiras enquanto constituíram suas próprias famílias. Além delas, um irmão também se mudou para a capital, atuando

como empregado da construção civil e, posteriormente, aposentando-se como servente de escola.

7.2 - Êxodo rural local para zona urbana local

Na segunda estratégia de ação frente à nova realidade socioeconômica, igualmente abandonando a zona rural, colhemos relatos de Dona *Emília*, 67, que saiu da zona rural local para a zona urbana do próprio município. Data de 1977 o ano em que um grupo de agricultores sem condições de subsistência nos sítios, e incentivados por um pároco local, invadiram o Conjunto Habitacional Manuel de Castro (CHMC), recém construído pela prefeitura em um terreno doado pelo ex-cafeicultor Major Hugo, um dos produtores prejudicados pelas medidas do IPC nos anos 1970, conforme nos foi relatado

Dona *Emília* apresenta-se como um membro dessas famílias que invadiram o CHMC, e que à época tinha quatro filhos pequenos e o marido que não possuía renda fixa. Migraram da zona rural para a zona urbana local, retirando-se da situação precária e tensa em que se encontravam para outra semelhante - visto que o Conjunto Habitacional invadido, apesar de finalizado em sua estrutura física, não dispunha de energia e nem água encanada, além de estarem eles submetidos a constantes tensões e conflitos com a prefeitura, com o banco financiador desse empreendimento e com a polícia.

Esta moradora relatou que todas as setenta casas foram ocupadas durante a madrugada por famílias oriundas da zona rural, após rendição do vigia. Faltavam alguns meses para as eleições municipais e a situação eleitoral os favoreceu, de modo que o prefeito em exercício nada pode fazer, pois não teve tempo para tal. O prefeito que assumiu, vendo-se incapaz de reaver os imóveis, apenas consentiu – por força das circunstâncias – uma intermediação entre os ocupantes e a Caixa Econômica Federal, para que estes invasores fossem legalizados a partir do pagamento facilitado de um financiamento dos respectivos imóveis.

Mesmo contornada a situação e legitimada a moradia das famílias ocupantes, muitos destes não puderam arcar com o pagamento das prestações para a quitação do imóvel. Segundo os relatos, a decadência agrícola-cafeeira local era a causa de severas limitações e falta de oportunidades de trabalho para muitos grupos

familiares, que foram vendendo estes imóveis a preços tão irrisórios como, por exemplo, o de um bujão de gás - fato narrado e conhecido pelos remanescentes da invasão.

Ao se deslocarem da zona rural para a zona urbana, as práticas de reciprocidade e vizinhança, desenvolvidas anteriormente na zona rural, ainda se faziam presentes. Estas práticas incluíam atividades solidárias como cuidar dos filhos de terceiros enquanto os pais saíam para procurar ou realizar algum trabalho (serviço); ajudar nos afazeres domésticos dos parentes; compartilhar alimentos quando faltasse a alguém; levar filhos para banho em nascente ou deslocamentos em grupo para lavar roupa nestes mananciais; valer-se dos filhos para a companhia aos idosos ou filhos menores de outra família, e, inclusive, abrigar outra família em seu imóvel, como relata Dona *Emília*, 67, sobre uma família composta por casal e cinco filhos, expulsos de um sítio e que ela abrigou em sua residência por alguns meses enquanto ela própria, casada, já tinha oito filhos pequenos. Sobre a permanência dos laços de vizinhança em situação de migração da vida rural para a urbana, ou para outras zonas rurais, afirma Durham que:

É importante notar que, estando associada em geral a uma incorporação maior à economia monetária, ela (mobilidade) se dá paralelamente à destruição dos grupos de vizinhança com a destruição da auto-suficiência econômica. Persistem entretanto agrupamentos de parentes e amigos, pois as mudanças de fazenda para fazenda acompanham a direção dos laços pessoais que unem famílias diferentes. (DURHAM, 1971, p.121)

A reciprocidade desenvolvida nesta nova ordem social, portanto, criou e reforçou laços tão ou mais intensos quanto os já existentes nos sítios, dada a proximidade de vizinhanças e a situação de vulnerabilidade, a qual, apenas a partir da união do grupo, poderia ser enfrentada. Estas práticas incluíam, ainda, a vigilância constante sobre as “visitas” estranhas que chegavam ao CHMC, e que, segundo eles contam, levavam os vizinhos a mandarem recados para que todos retornassem e defendessem suas instalações, com receio de uma possível expulsão.

Contam, ainda, que nos primeiros meses era comum a vigília de alguns moradores, enquanto outros dormiam, para que pudessem resguardar-se de surpresas. Estes momentos mais tensos foram vivenciados durante cerca de dois anos após a ocupação. Nesse período, constantes visitas de autoridades locais, polícia, prefeito e gerente do banco financiador da obra conseguiam, por um lado,

reforçar alguns elos de vizinhança e reciprocidade. Mas, por outro lado, também chegaram a minar a resistência de alguns moradores, que se sentiram intimidados e abandonaram os imóveis. A legalização da moradia só foi alcançada com a intermediação de um pároco local, após estes dois anos de tensão.

A invasão do CHMC em 1977, na mesma década da erradicação dos cafezais, é apenas um dos acontecimentos emblemáticos do primeiro abalo na estrutura agrícola tradicional local. Diversos agricultores, ano a ano, viam sua subsistência nos sítios esgotar-se, assim como as possibilidades de sua permanência na moradia do patrão.

O município seguia sem muitas perspectivas, exceto pela inserção da horticultura que trouxe uma promessa de prosperidade experimentada nos primeiros anos da decadência cafeeira. O café, contudo, não fora plenamente erradicado, apenas foi reduzida drasticamente a sua relevância econômica local, visto que não mais recebia reconhecimento de sua qualidade para assistência ou subsídios especiais dos órgãos governamentais que o qualificavam para a exportação, atribuindo-lhe excelente cotação comercial. No caso de Dona *Emília*, a mudança para a cidade não implicou em imediato desligamento de atividades rurais, pois seu marido aplicara-se no cultivo de hortaliças a partir do arrendamento de uma porção de terra. Com este cultivo, ele abastecia a família e compunha alguma renda – ainda que muito inferior à demanda de manutenção doméstica. Além desta atividade, cafeeiros ainda produtivos alistavam moradores e ex-moradores para sua colheita; atividade em que Dona *Emília* sempre se inseria.

A respeito da transformação do trabalhador rural em trabalhador assalariado, Durham afirma que:

[...] a incorporação do trabalhador [rural ao mercado comercial] não implica, até muito recentemente, o abandono da economia de subsistência (e das formas de organização social que lhe são próprias), mas, ao contrário, exige a sua conservação. Isso se dá porque o pagamento da força de trabalho é insuficiente para a sua manutenção e reprodução; a sobrevivência do trabalhador depende da produção direta dos bens de consumo. A participação do trabalhador nesse sistema é assegurada tanto pela limitação do acesso à terra quanto pela criação de novas necessidades que só podem ser satisfeitas pela compra, isto é, com dinheiro. (DURHAM, 1971, p. 10)

Semelhante ao apontado pela autora em seu estudo sobre deslocamento de populações rurais para os centros urbanos, a inserção destas populações rurais

de Guaramiranga em uma nova espacialidade, a urbana, lhes impôs a constante apreensão de novos mecanismos culturais, sociais e de subsistência. No caso dos três irmãos deslocados para Fortaleza, não havia acesso a terras para cultivo da subsistência, o que levou todos a uma mudança drástica de costumes e interação com o novo meio cultural em que se inseriam. Já no caso da D. *Emília*, única dos irmãos a conseguir deslocar-se para área urbana do próprio município de origem, e permanecer com acesso às áreas rurais por arrendamento, seu vínculo com a produção de subsistência persistiu ainda durante o longo tempo em que o esposo pode produzir.

Dessa forma, esta ex-agricultora pode desdobrar-se em múltiplas atividades, tanto “rurais” quanto “urbanas”, ao longo dos anos, sendo dentre os irmãos, a detentora de uma visão singular sobre ambas as conjunturas sociais – agrícola e turística.

7.3 – Horticultura: uma breve prosperidade em Guaramiranga

Em um cenário mais amplo, o êxodo campo/cidade cresce anualmente, não apenas a nível local, mas nacional e internacional. Conforme Mazoyer e Roudart (2010), a concorrência internacional de preços de produtos agrícolas produzidos com altos investimentos em tecnologia biológica e equipamentos de produção em larga escala, limita a perpetuação no mercado de agricultores subequipados cuja capacidade produtiva limita-se ao esforço braçal, familiar, manipulando ferramentas tradicionais. Estes autores apontam que:

Essa concorrência desencadeia o bloqueio do desenvolvimento e o empobrecimento deles, chegando a levá-los à pobreza extrema e à fome. (...) Na realidade, com esse preço, ele não pode nem renovar completamente suas ferramentas, contudo irrisórias, nem alimentar-se satisfatoriamente e renovar sua força de trabalho: ele está condenado, portanto, ao endividamento e ao êxodo rumo às favelas subequipadas e subindustrializadas em que reinam o desemprego e os baixos salários.(MAZOYER; ROUDART, 2010; p. 31-2)

A produção de alimentos mundial, tecnicamente exige uma escala sempre crescente de produção para suprir a demanda populacional, e tornar-se competitiva no mercado frente a grandes produtores. No caso de Guaramiranga, os dados apontam, ainda, os seguintes aspectos: 1) exaustão dos solos –fragilizados, também, pela medida do IBC que estimulou a remoção da cobertura vegetal e

expôs sua matéria orgânica às intempéries. A correção desta pauperização do solo geralmente se faz a partir de aditivos, insumos ou tecnologias que foram inviáveis localmente devido ao seu alto custo (como adubação química, por exemplo); 2) Os reflexos da urbanização, que ora atrai o agricultor, tirando-o da zona rural, ora traz a urbanização para antigos imóveis e arredores agrícolas; e, 3) a inserção de medidas de preservação ambiental que, a partir de 1990, promoveram cada vez mais diretrizes restritivas e, geralmente, sem compensação tecnológica para os agricultores; fossem eles médios e grandes produtores, ou pequenos agricultores ou moradores, providos apenas da mão-de-obra familiar.

Conforme indicado no parágrafo introdutório desta monografia, havia limitada disponibilidade de terras para cultivos diversos e de subsistência, notadamente concentrados em 25% do território de Guaramiranga, na chamada “mata seca”, pois as terras características de matas úmidas, ao longo dos anos, foram sendo ocupadas pelos cafezais sombreados. As famílias de moradores – que eram numerosas – concentravam esforços na produção de subsistência nestas matas secas, quando tinham acesso a essas terras.

Segundo Durham (1973), as perspectivas vislumbradas por este segmento agrícola para ampliar seu acesso a mercados e sua remuneração estariam diretamente ligadas à possibilidade de acesso a maiores parcelas de terra para aplicar a sua mão-de-obra familiar. E é esta a circunstância favorecida pela decadência cafeeira, em se tratando da horticultura e fruticultura como novas inserções agrícolas.

As terras anteriormente ocupadas por cafezais, e mesmo por roçados, foram parcialmente disponibilizadas para cultivos diversos e esta foi a alternativa que permitiu a permanência, ainda por algumas décadas, de uma grande parcela de moradores nos sítios, persistindo ainda o modelo de organização social centrado na dádiva e na reciprocidade hierárquica predominante do período cafeeiro.

A ampliação de espaços produtivos para plantio de cana-de-açúcar e banana, por exemplo, eram culturas em que o morador se aplicava, mas, no primeiro caso, este tinha direito à metade da produção (em rapaduras), de onde poderia vender diretamente ao comércio para obter uma renda doméstica. E, no segundo caso, banana, a produção era inteiramente do patrão, tendo o morador a obrigação de prestar diárias que, dependendo do caso, tanto poderiam ser pagas em dinheiro como consideradas ainda como a dívida de reciprocidade, por morar no sítio. Em

outro caso, o cultivo de mandioca, a colheita era inteiramente do morador que a plantasse, mas ao utilizar-se da casa de farinha do patrão, este o pagava com boa parte de sua produção. Conforme indica o Sr. *Jorge*²⁵, 64 anos:

Aí as rapadura, as cana de açúcar, tinha aquele baixio de cana, quando você ia moer pra fazer a rapadura, era de meia com o patrão. Você fazia duas carga de rapadura, que corresponde 200 rapadura, era uma do patrão e outra sua. Aquela sua era pra pagar aquelas despesa. No fim, só melhorava pro patrão. Mas vivia todo mundo satisfeito porque não faltava serviço pro agricultor, ele tinha direito de plantar e tinha os roçado dele de mandioca, milho, feijão e fava. (ENTREVISTA nº 03)

Nas terras erradicadas de cafezais, apesar de algumas experiências bem sucedidas como o plantio de flores, banana, horticultura, jamais se atingiu uma escala totalizante de absorção de mão-de-obra da população local que se comparasse à cafeicultura. Primeiro, porque grande parte da população rural já havia migrado. Segundo, porque dentre os remanescentes, muitos se viram obrigados a buscar outra atividade produtiva que não a agricultura, visto que a permanência nos sítios lhes era impeditiva – ora devido à expulsão que os reordenava na zona urbana–, ora devido à impossibilidade de encontrar roçados para aplicar sua mão-de-obra. Por último, o café local por muito tempo foi voltado para a exportação, o que lhe assegurava excelente cotação comercial (ampliando a margem de lucro), enquanto as culturas implantadas para substituí-lo eram escoadas para o mercado local-regional, sem qualquer cotação extraordinária que lhes assegurasse rendimentos.

Quanto à adaptação da mão-de-obra cafeeira à horticultura, o Sr. *Arnaldo*, 71, revelou que o cultivo de hortaliças era uma novidade pela singularidade no trato agrícola, exigindo mais cuidados do que o trato da cana, do café, do feijão, milho, fava e mandioca, com o qual estavam todos habituados:

A primeira vez que eu me lembro nós fomo fazer um canteiro de cenoura, era o *Lauro* meu irmão mais velho, ele trouxe lá do Mulungu pra mostrar pra gente, mas o jeito que ele veio fazer era uma coisa muito melindrosa, (...) era um negocio que num dava pra fazer, sabe? Do jeito que ele queria fazer...aí depois, quando a gente foi pegando a prática, aí a gente já fazia sem tudo isso. Por acaso, você vai semear a cenoura, se você num tiver base de calcular que medida ir pra semear, ela cai muito e se cair muito num dá, né? (ENTREVISTA nº 32)

²⁵ Irmão de D. *Emília*

Em sendo uma novidade “técnica”, por si só este produto já trazia em seu bojo uma nova forma limitação no desempenho dos agricultores remanescentes, que não aderiram ao êxodo provocado pela queda cafeeira e agora não conseguiam se adaptar à nova modalidade de cultivo.

As hortaliças, num primeiro momento, proporcionaram a obtenção de renda para essa categoria de moradores que antes não tinha um amplo acesso a mercados. Mas sobre este cultivo consta que, apesar de uma melhoria para os moradores remanescentes, foi um benefício de curta duração, perpetuando a condição de fragilidade econômica e social destes grupos agrícolas, notadamente desassistidos de políticas públicas em razão, sobretudo, de suas atividades de pequeno porte, em uma região acidentada e inadequada para os investimentos na produção de larga escala nos moldes tecnológicos emergentes naquela década, para cultivo agrícola.

A produção de hortas e legumes em Guaramiranga, no entanto, – assim como as produções já estabelecidas em cidades vizinhas – passou a depender do uso de defensivos agrícola e, em alguns casos, também de adubos. Apesar do excelente desempenho inicial, já no final da década de 1960 relatos apontam que uma retração nesse mercado horticultor local se deu em menos de vinte anos, em decorrência da competitividade com mercados tecnologicamente superiores que faziam com que o preço final destas produções locais não alcançasse o patamar necessário à continuidade produtiva e à subsistência dos agricultores envolvidos nesse cultivo. A esse respeito, o ex-agricultor e atual comerciante no setor de refeições, o Sr. Carlindo, 35 anos, retrata a decisão de seu pai em desistir da produção agrícola, na década de 1980, informando que:

(...) na época [1988] ele teve um prejuízo muito... teve um grande prejuízo na agricultura e resolveu abandonar (...). e partimos para panificadora e o comércio.(...) Foi devido a ...pra baixo .. o baixo preço das mercadorias, né? De legumes. (...) Na época foi tudo ..prejuízo. [produziam em sua propriedade e comercializavam] Banana, era...tomate, alface, cenoura, beterraba, plantava, tinha os cheiro verdes, coisa toda, milho verde...era bem rica a nossa terra, bem rica mesmo. (ENTREVISTA nº 07)

A adaptação a este mercado horticultor, no entanto, resultou em mais duas estratégias distintas desenvolvidas por estas populações rurais, para sua adaptação às novas realidades socioeconômicas, conforme segue.

7.4 - Permanência na agricultura local, porém em outra cultura agrícola

Nesta tentativa de inserir-se em nova modalidade agrícola, encontram-se outros dois irmãos homens, do grupo familiar estudado. O primeiro deles, *Arnaldo*, 71, desvinculou-se do sítio do antigo patrão de seus pais e passou a atuar como autônomo, arrendando terras e cultivando sua produção para negociar em outros municípios. O segundo, o Sr. *Jorge*, 64, permaneceu como morador, agricultor e feitor (responsável pelos demais moradores) no sítio onde nascera e vivera com os pais e os demais irmãos.

Na condição de autônomo, o Sr. *Arnaldo* conseguiu produzir e adquirir casa própria em uma comunidade rural a 12 km da sede do município. Sua adaptação à horticultura foi fundamental para sua continuidade nas atividades agrícolas e a mesma só se efetivou a partir da cooperação de parentes e amigos que, morando em outros municípios, já dominavam a técnica antes do declínio cafeeiro. Isto confirma as afirmações de Durham (1973) sobre a importância dos laços familiares para a inserção do agricultor em uma nova ordem social, referindo-se à adaptação à zona urbana. Neste caso, verificamos que mesmo dentro da organização social agrícola, houve uma ruptura e que esta foi superada, reinserindo o indivíduo na ordem social vigente, a partir da atuação de laços preferenciais e de solidariedade, estendidos a outras localidades.

Já o Sr. *Jorge*, 64, vive até hoje na condição de morador-feitor, e apesar de já aposentado, atua ainda como agricultor, cultivando roçados dos quais tira uma renda extra que parcialmente supre a manutenção doméstica e as despesas do sítio que administra.

7.5 - Êxodo rural local para a zona rural de outro município

Dois outros irmãos homens, e uma irmã, que se mantiveram na agricultura, adotaram, porém, estratégias diferentes e foram exercê-las em outro município. Um deles, o Sr. *Lauro*, sobre o qual não tivemos maiores referências, foi morar na cidade vizinha de Mulungu, cultivando hortaliças, anteriormente aos demais. Mas, segundo consta, antes de falecer já trabalhava como auxiliar em um estabelecimento comercial deste município. O outro irmão atuou com agricultura em

um município sertanejo do estado e ao se aposentar mudou-se para a região metropolitana de Fortaleza, onde reside atualmente.

Já a irmã destes, D. *Mirtes*, 79 anos, buscou estabelecer-se no trabalho agrícola em outros municípios com o marido. Consta que se mudaram a primeira vez em 1961, ao casarem, por não haver moradia local que os acolhesse. Foram para o sertão de Pentecostes (CE), onde morava a família de seu esposo, igualmente agricultores. Sem obter sucesso, em três anos retornaram a Guaramiranga, morando em vários sítios, trabalhando com roçados, hortas e cafezais.

No final da década de 1970, este casal mudou-se para o município vizinho de Pacoti, na condição de moradores, trabalhando na zona rural e no início dos anos 1980 receberam a proposta de aquisição da casa em que moravam, facilitada pelo próprio patrão. Nas palavras do Sr. *João*²⁶, 77 anos, “eu posso dizer que nasci depois que fui embora pro município de Pacoti” (Entrevista nº 34). Esta afirmativa é complementada, explicitando ele a dificuldade e as restrições de se viver como morador durante a cafeicultura em Guaramiranga, quando todos produziam seu alimento e o acesso a mercados ou a rendas monetárias era restrito, conforme segue;

Eu já trabalhava nos serviço era levantando [podas] o pé de café; tando tudo virado, eu ajudava a levantar o café, cortar um galho ruim. Já trabalhei aqui de todo jeito. Era limpando café, era tudo. Dentro de município de Guaramiranga eu trabalhei em muitos cantos. (...), mas era ruim. A época era ruim...Nesse tempo eu morava na Uruguaiana, eu ganhava 20 mil reis em [19]58, um quilo de feijão era 30. O que é que eu ia comer? Cadê a farinha, cadê o tempero? Nada! A gente escapou porque Deus era bom pai. (ENTREVISTA nº 34)

Entretanto, mesmo atuando em outro município, o vínculo com Guaramiranga permanecia durante a apanha de café – enquanto houve apanha –, pois sempre fora uma opção de renda também para agricultores de municípios próximos, durante a entressafra de seus roçados. Dona *Mirtes*, 79, sempre se deslocou para obter esta renda extra, enquanto o marido se mantinha em Pacoti, cuidando da casa e dos roçados próprios ou prestando serviço de agricultor para outros.

Dentre todos os irmãos que permaneceram na agricultura, Dona *Mirtes*, foi a que melhor capitalizou-se, podendo adquirir, além da casa própria, alguns

²⁶ Cunhado de D. *Emília*

hectares de terra onde passou a cultivar com a família (10 filhos) de forma autônoma, provendo a todos e proporcionando renda.

Contudo, apesar do melhor desempenho agrícola, D. *Mirtes* e seu esposo são os agricultores que melhor ilustram o impacto sofrido pela concorrência com os produtos advindos de propriedades tecnologicamente mais equipadas, pois, conforme afirmam: “A gente trabalhava muito. E se fazia muito legume, mas não tinha valor, num valia nada. A gente fazia uma safra grraaande e se acabava em nada. Num tinha valor.” (ENTREVISTA nº 34).

A baixa dos preços dos produtos agrícolas, devido à concorrência direta com outros mercados, em Guaramiranga e municípios vizinhos, foi mais um fator na fragilização da comunidade agrícola local, bem como de toda a cadeia produtiva e comércio deste município. No relato de Nilde Ferreira, 39, “no final da década de 80 pra década de 90 a atividade agrícola era uma coisa reduzida a roçados, plantio especificamente de milho, feijão, e essa agricultura se concentrava basicamente na região da serra mais próxima ao sertão”(ENTREVISTA nº 37).

Esta realidade impossibilitava a manutenção ou inserção das novas gerações na atividade agrícola local e, diante deste quadro, a vulnerabilidade social promovia constantes deslocamentos de populações rurais para centros urbanos, local ou de cidades próximas, em busca de trabalho, concorrendo para o aumento da favelização ou, em outro caso, uma rotatividade de trabalhadores que passavam a atender chamados profissionais provisórios e vulneráveis em outras cidades, para depois retornarem e novamente mobilizarem-se para nova partida, em atendimento a qualquer oportunidade que surgisse, independente do destino ou da função.

São fluxos migratórios que identificamos nesta pesquisa como um segundo grande êxodo rural: o da horticultura, influenciado tanto pela competição de mercados a partir dos anos 1970-80, quanto pela falta de uma política capaz de implantar estratégias para que as famílias tradicionalmente agrícolas pudessem exercer seu ofício com garantia de retorno financeiro satisfatório, além de assegurar melhoria das condições político-econômicas, sociais e infra-estruturais para estes segmentos rurais de pequeno porte – atualmente denominadas de agricultura familiar²⁷.

²⁷ Conforme conceituada na Lei 11.329 de 24 de julho de 2006

Cabe destacar que este segmento produtivo foi apontado em Estatísticas do Censo Agropecuário do IBGE, de 2006²⁸, como sendo o segmento responsável por 74% do alimento que chega à mesa das famílias brasileiras, enquanto os médios e grandes produtores agrícolas voltam-se notadamente para o mercado externo – como o caso do próprio café cultivado localmente.

Com a evasão do campo perpetuada após esta tentativa frustrada de reestruturação agrícola, sob a modalidade de hoticultura, os imóveis rurais de Guaramiranga estiveram ociosos de sua função produtiva agrícola tradicional, ficando passíveis de atender outras demandas que não as demandas de produção de alimentos, conforme veremos adiante.

²⁸Dados colhidos na cartilha “Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006”, disponibilizado no site <http://pt.scribd.com/doc/60147573/Cartilha-Ibge-Agricultura-Familiar>, pesquisada em julho/2012

PARTE 2:
INSERÇÃO DO TURISMO EM GUARAMIRANGA

8 - TURISMO ECOLÓGICO: ALGUNS ELEMENTOS NORTEADORES DE UM NOVO USO DA NATUREZA LOCAL

Conforme citado no capítulo anterior²⁹, estudiosos apontam, em nível não apenas local ou nacional, mas também internacional, um crescente êxodo de áreas rurais (MAZOYER; ROUDART, 2010), levando populações agrícolas a inserirem-se em zonas urbanas.

A urbanização destas populações rurais, porém, não se restringe à mudança destas famílias para um espaço geográfico fora da zona rural. Os membros de uma família, ao deixarem de produzir no campo, geralmente deixam para trás alguns imóveis rurais que, se não forem apropriados e trabalhados por outro agricultor, poderá ser alvo de empreendimento que os revertem para diversos fins. Tal situação vem favorecendo também a urbanização nestes antigos redutos rurais, descaracterizando a tradição agrícola daquela população e remodelando a vida destas famílias remanescentes, geralmente, de forma irreversível, conforme pude constatar empiricamente durante a pesquisa de campo.

Por exemplo, uma casa de farinha do sítio cafeicultor denominado Sítio Guaramiranga, conserva hoje a estrutura original do edifício, mas foi remodelada para a instalação de uma filial do restaurante Lautrec, cuja sede em Fortaleza é especializada em culinária francesa. Outra situação, é a de um pequeno morro que outrora fora inteiramente plantado de café, e onde construiu-se o Conjunto Habitacional Manoel de Castro (já citado) que, por sua vez, é um dos reflexos mais palpáveis de uma conjuntura agrícola que promoveu a migração de grupos familiares do campo para a zona urbana da cidade em tela. Trata-se, em ambos os casos, de antigas áreas agrícolas que já foram incorporadas à zona urbana deste município.

Assim como estes, vários outros exemplos são observados na cidade quanto à transformação destes espaços para adequá-los à cadeia produtiva do turismo, revelando a intensidade com que se investiu nesta nova inserção econômica. Tal transformação, contudo, não seria possível se não houvesse uma confluência de fatores capazes de incentivar e congregar instâncias públicas e privadas, locais, regionais, nacionais ou até internacionais para a transformação da realidade agrícola anterior.

²⁹ Vide item 7.1

Apresento adiante alguns pontos da conjuntura que proporcionou a inserção de um modelo econômico voltado para o turismo no município em tela.

8.1 – Governo das Mudanças (1986-2002): um novo paradigma desenvolvimentista no estado do Ceará

No final da década de 1980, Guaramiranga apresentava-se como uma cidade em franca decadência rural, conforme já apresentado. Face à desarticulação destas comunidades rurais, por ocasião das crises agrícolas, houve consequente redução de interesse no uso dessas terras para a atividade rural, o que desvalorizou esses imóveis.

Aliado a este fator, na segunda metade dessa mesma década, o então governador eleito, Tasso Jereissati, assumiu o cargo com propostas de mudança e modernidade para o Ceará. O setor de indústria e serviços tornou-se o principal foco de sua administração, ao invés do setor agrícola que, por muitos anos, fora a principal atividade econômica do estado.

Após o primeiro mandato, Tasso Jereissati foi reeleito, e fortaleceu ainda mais suas novas diretrizes para o desenvolvimento econômico cearense. Nesta época, a Lei Federal 8.181 de 28 de março de 1991, em seu parágrafo VIII, do artigo 3º; ao delimitar novas atribuições à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), revelava igualmente as áreas de interesse do desenvolvimento turístico nacional, focado em: “[...] ordenar o uso e a ocupação de áreas e locais de interesse turístico e estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico”; e, em seu parágrafo IX: “estimular as iniciativas destinadas a preservar o ambiente natural e a fisionomia social e cultural dos locais turísticos e das populações afetadas pelo seu desenvolvimento”.

A política estadual de turismo observa esta legislação federal, bem como as propostas internacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (BM) para o desenvolvimento econômico em países do terceiro mundo (cf. RODRIGUES, 2014) e, também, os movimentos de preservação ambiental - que ganharam destaque na década de 1990 com a Eco 92. Esta conjuntura influenciou nas diretrizes implementadas para o desenvolvimento turístico

em Guaramiranga³⁰, que apresentava, além de vegetação abundante e singular ao seu entorno semiárido, reservas e mananciais hídricos imprescindíveis ao abastecimento de diversas cidades de seu entorno, incluindo a capital do estado, Fortaleza.

Assim, medidas de preservação ambiental foram aliadas a estratégias de desenvolvimento do turismo ecológico local, conforme melhor explicitado adiante.

8.2 – Conscientização ambiental mundial e sua inserção na comunidade local

A autora Guanaes (2006) nos indica, em seu estudo sobre a gestão ambiental e criação de parques de preservação ambiental nacionais, que o desenvolvimento de discursos e ações ambientais, cada vez mais crescentes, tem colaborado muito significativamente para o desestímulo (direto e indireto) às atividades tradicionais em algumas regiões, dentre as quais, o extrativismo e a atividade agrícola.

A criação de áreas de preservação ambiental como Parques de Preservação (municipal, estadual ou nacional), Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Unidades de Conservação (UCs), que passam a ser instituídos cada vez com mais frequência a nível nacional e internacional (vide DIEGUES, 1996) - agem diretamente nesta realidade, promovendo, não raro, conflitos sociais e culturais no uso e ocupação destas áreas. Tais conflitos podem surgir quando os investimentos turísticos não são devidamente estudados e estrategicamente desenvolvidos com o planejamento da adequação das populações de seu entorno. A criação desses núcleos de preservação teve grande crescimento já entre as décadas de 1970 e 1980, conforme aponta Diegues (1996) no quadro adiante:

Tabela 2: Número de Áreas Protegidas Criadas por década no mundo e no Brasil

	No Mundo	No Brasil
Antes de 1900	37	0
1930-1939	251	3
1940-1949	119	0
1950-1959	319	3
1960-1969	573	8

³⁰ Não apenas Guaramiranga recebe atenção pública estadual para desenvolvimento do turismo, exaltando suas características territoriais e culturais no interior do estado. Trata-se de uma estratégia do Governo do Ceará voltada para a descentralização e interiorização do turismo, envolvendo diversos municípios.

1970-1979	1317	11
1980-1989	781	58

Fonte: Diegues (1996)

É em sintonia com o crescimento dos diálogos mundiais de preservação ambiental, sobretudo, que a guinada turística de Guaramiranga ocorreu, política e economicamente, atendendo prerrogativas preservacionistas. No Ceará, o então governador, por meio do Decreto 20.956 de 18 de setembro de 1990, criou a Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité (APA de Baturité). Este decreto abrange uma área de 32.690 ha (trinta e dois mil, seiscentos e noventa hectares) inseridos parcialmente nos municípios de: Aratuba, Baturité, Capistrano, Caridade, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Redenção.

Dentre estes, o município de Mulungu é o que possui o maior número de hectares inseridos na APA da Serra de Baturité, considerando ser este o município de maior extensão geográfica dentre os listados. Guaramiranga, contudo, em relação à sua dimensão geográfica, é o município com maior percentual de suas terras inseridas dentro da APA, correspondendo a 92% de seu território. Por esta razão o impacto deste Decreto junto às comunidades locais, tradicionalmente agrícolas, foi maior do que nos demais municípios desta Unidade de Conservação (denominada comumente de “UC”) da Serra de Baturité.

Segundo dados de um inventário das Áreas Protegidas do Estado do Ceará³¹, estas áreas de proteção ambiental saltaram de oito unidades delimitadas em 1990 (incluindo a APA da Serra de Baturité) para oitenta e duas unidades consolidadas ou em processo iniciado de preservação, até o ano de 2010, cujo manejo passou a ser objeto de fiscalização e controle por parte de órgãos ambientais.

Tais medidas ambientais visando a manutenção de territórios com biodiversidades de relevância singular para gerações futuras, no caso de Guaramiranga, se por um lado trouxeram a conscientização quanto à necessidade de uso sustentável da biodiversidade ambiental, por outro, trouxe consequências não tão favoráveis para a manutenção destas gerações presentes, no desempenho de suas atividades tradicionais. Em seu Artigo 3º, o Decreto da APA da Serra de Baturité proibiu a implantação ou ampliação de atividades capazes de afetar as

³¹ Vide Menzes; Araújo; Romero (2010)

formas do relevo, do solo ou do ar (cf. inciso I); proibiu a derrubada de floresta (cf. inciso III) e proibiu o uso de agrotóxicos. Já em seu artigo 4º, submeteu qualquer construção ou reforma de imóveis ao licenciamento prévio na Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará-SEMACE, após avaliação do projeto que precisaria atender às diretrizes de preservação desta Unidade de Conservação (UC).

Em entrevista, o Sr. Ricardo Loyola - Gerente da Unidade de Conservação da APA da Serra de Baturité, sob gestão do Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente-CONPAM (órgão da SEMACE) – esclareceu que a criação desta APA não teria impedido a atuação de agricultores nas áreas já utilizadas pela agricultura. Entretanto, fez-se necessário fiscalizar, instruir e proibir o uso de técnicas agrícolas tidas como predatórias ou degradantes do ecossistema, tais como: queimadas, novos desmatamentos, o uso de agrotóxicos (indispensáveis à horticultura) e retirada de lenha – que implicava em cortes de árvores por parte das comunidades agrícolas, e não somente coleta de galhos já secos.

Contudo, ao instruir e impedir o uso de técnicas tradicionais - sem que estas comunidades dispusessem de qualquer outra orientação alternativa de manejo sustentável para coexistência equilibrada desta atividade agrícola com o manejo sustentável -, a criação da APA de Baturité parece ter colaborado indiretamente para desarticular não só a permanência de agricultores em suas atividades, como também para impactar e desarticular gradativamente a dinâmica sócio-cultural destas populações do município em tela.

Conforme relatos colhidos, por exemplo, nesta cidade em que a temperatura média anual é de 18º C e em uma época em que o poder aquisitivo destas famílias frequentemente não lhes permitia comprar um fogão a gás e, muito menos, o gás periodicamente, a proibição de retirada de lenha da mata causou um impacto doméstico - tanto financeiro quanto emocional -, desestruturando severamente a manutenção destas famílias já empobrecidas pelas crises agrícolas.

Assim como esta, outras medidas surgidas com a criação da APA de Baturité, indiretamente, dificultaram o uso das terras agricultáveis locais, estimulando a desocupação de imóveis devido à proibição do manejo/ acesso à terra por estas populações. Esta desocupação tanto se dava pela expulsão imposta pelo sitiante, alegando receio de multa por parte dos órgãos ambientais; quanto por iniciativa de moradores, que não mais encontravam meios para sobreviver, aplicando sua mão de obra familiar no local onde viviam.

No contexto de decadência agrícola, já apresentado em capítulos anteriores, a exploração agrícola tornara-se desestimulante para os proprietários, que também não tinham mais necessidade de agregar tantos moradores em suas terras. Entretanto, alguns agricultores, sem ter para onde ir, permaneciam nesses sítios, sobrevivendo precariamente, auxiliando na manutenção dos sítios, e tendo nestas propriedades a única possibilidade de moradia e manutenção familiar, pelo cultivo dos roçados e fruteiras da propriedade.

Sobre o desempenho agrícola, no final dos anos 1980 estes moradores dos sítios locais se voltavam ainda aos cultivos de subsistência com a venda do excedente. Mas, aparentemente, tais cultivos quando destinados à comercialização não proporcionavam a renda satisfatória, como um dia fora o café, a mandioca ou a cana. Seus filhos, as novas gerações que já não tinham agricultura como atividade, auxiliavam no sustento familiar a partir de algum trabalho exercido no município ou em municípios vizinhos ou, muito frequentemente, migravam para outras cidades em busca de trabalho. Segundo nos informa Nilde Ferreira;

(...) então na década de 1990, no final da década de 80 pra década de 90 a atividade agrícola era uma coisa reduzida a roçados, plantio especificamente de milho, feijão, e essa agricultura se concentrava basicamente na região da serra mais próxima ao sertão [local denominado “quebradas”]. (ENTREVISTA nº 37)

Tal conjuntura perpetuou uma migração populacional crescente, registrado pelo IBGE³², a partir do ano de 1991, apontando um decréscimo populacional recorrente. São dados que tudo indica terem relação direta com a criação da APA de Baturité e o desenvolvimento das atividades turísticas em Guaramiranga, a partir de 1990.

Entre os anos de 1996 e 2006, contudo, aparentemente devido ao aquecimento da economia local gerado pelo turismo, o crescimento demográfico voltou a se estabilizar e apresentou crescimento anual.

Tabela 3 – Evolução demográfica de Guaramiranga em duas décadas

Evolução demográfica de Guaramiranga									
Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
População	5293	5254	5222	5189	5158	5495	5573	5639	5705

³² Dados colhidos no site www.ibge.gov.br, em outubro de 2012

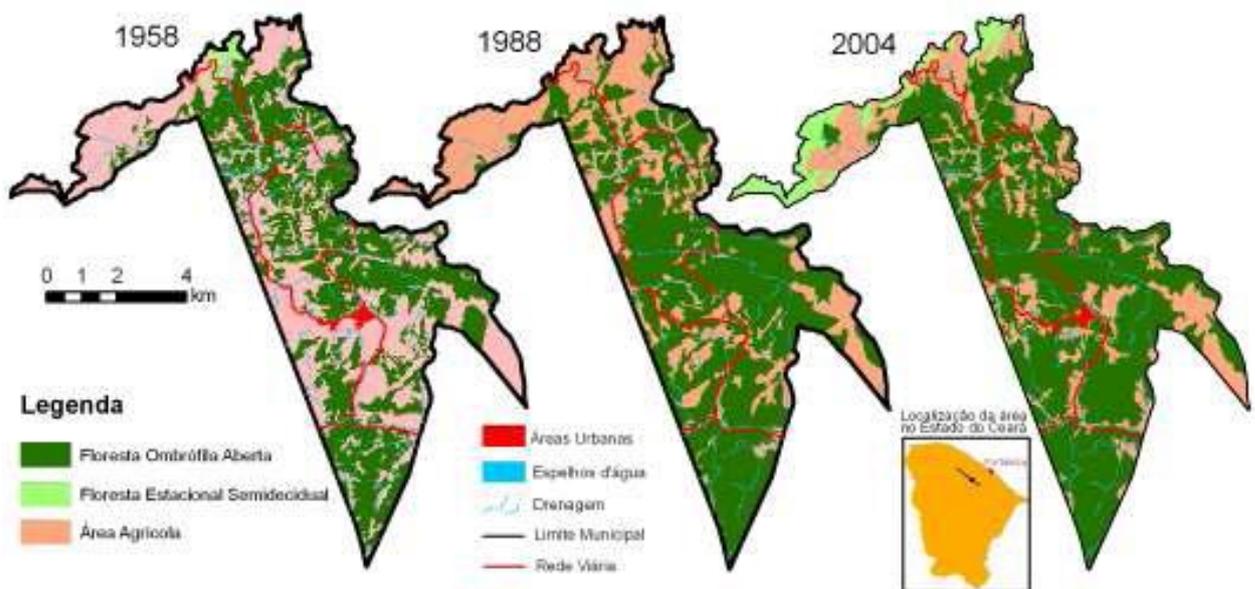
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População	5763	5803	5844	5930	5978	6025	4307	4227	4070

Fonte: www.ibge.gov.br

Observo, no entanto, ainda conforme esta tabela, que os dados do IBGE apontam uma redução de aproximadamente 30% da população local no período 2006-2007 e, desde então, a população de Guaramiranga cai a cada ano. Depoimentos colhidos em campo sugerem que este decréscimo populacional vertiginoso de 2007 pode ter sido ocasionado pelo aquecimento do mercado imobiliário que, crescendo de forma descontrolada, definitivamente, transformava antigas propriedades rurais em loteamentos para investidores veranistas, acarretando na desocupação imposta a diversas famílias de antigos moradores. O turismo – e o turista – portanto, passaram a ocupar um lugar definitivo na conjuntura social local, não só a partir das estadias em hotéis e pousadas, mas também a partir da aquisição de imóveis. Mas retrataremos este aspecto em tópico posterior.

O mapa a seguir ilustra essa situação de (re)composição da vegetação de Guaramiranga no espaço de algumas décadas, retratando áreas que eram utilizadas desde o período cafeeiro, em data anterior à erradicação dos cafezais (1958), em comparação com áreas de vegetação recuperada (2004), 14 anos após a criação da APA.

Figura 03 - Evolução da recomposição florestal do município de Guaramiranga-CE



Fonte: Freitas Filho; Silva (2011)

Observa-se, nesta figura, o crescimento da vegetação nativa em áreas anteriormente utilizadas pela agricultura cafeeira. Na década de 1950, predominava ainda a cultura cafeeira sombreada e parte das terras agricultáveis correspondiam aos roçados destinados à manutenção da força produtiva dos cafezais. Nos anos 1980, já com a inserção da horticultura, observou-se uma regeneração da vegetação, sendo menores as áreas desmatadas. Em 2004, já após 14 anos da criação da APA de Baturité, a recuperação das matas se faz notar mais fortemente em áreas anteriormente desmatadas para cultivo agrícola.

Na tabela abaixo, as imagens da figura 03 são revertidas em números e observa-se o crescimento ou decréscimo em hectares das áreas rurais, urbanas e de recuperação da vegetação para o mesmo período.

Tabela 04– Evolução percentual da cobertura e uso da terra no município de Guaramiranga nos períodos de 1958, 1988 e 2004

Classe mapeada	1958		1988		2004	
	Área (ha)	% em relação ao total	Área(ha)	% em relação ao total	Área(ha)	% em relação ao total
Cobertura florestal	2.930,52	49,28	3.616,10	60,81	4304,50	72,38
Uso da terra	2.990,35	50,28	2.292,00	38,54	1.593,08	26,79
Espelhos d'água	9,00	0,15	14,3	0,24	17,51	0,29
Áreas urbanas	17,12	0,29	24,6	0,41	31,90	0,54
Total	5.947,00	100,00	5.947,00	100,00	5.947,00	100,00

Fonte: Freitas Filho; Silva (2011)

Tais dados revelam de forma contundente a força da estratégia de preservação ambiental em contraposição à atividade rural no município em tela. A descaracterização da atividade rural, fortalecida sob a prerrogativa de uma conscientização preservacionista ambiental, contudo, trouxe consigo uma alternativa imediata de desenvolvimento econômico, o turismo.

8.3 – Comunidades rurais, preservação ambiental e turismo em Guaramiranga: uma conjuntura de frágil equilíbrio retórico e prático.

Diante de um quadro de conscientização quanto à preservação ambiental, incidindo direta e indiretamente sobre as comunidades rurais locais, busquei maiores informações junto às Secretarias municipais e observei que a Secretaria de

Agricultura do município era ocupada pelo mesmo Secretário que respondia pela Secretaria do Meio Ambiente, tendo este gestor assumido os dois postos em 2009, no início do mandato do então prefeito (mandato 2009-2012).

Sobre a agricultura, este Secretário afirmou categoricamente ser esta uma atividade inviável nas atuais conjunturas, tanto econômica, quanto política e social. O Sr. Getúlio Reis, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município de Guaramiranga, apontou a agricultura como sendo uma atividade que degradava o meio ambiente e indicou o turismo como um mercado em expansão e única alternativa para empregabilidade da população local. Apresentou algumas medidas e perspectivas desenvolvidas por sua gestão na cidade, tais como a conclusão de um empreendimento voltado para trilhas ecológicas, chamado “Campo da Batalha”; um Teleférico (bondinho) a ser instalado no Pico Alto, ponto turístico local (em tramitação para aprovação estadual); e a inserção de Guaramiranga numa associação Internacional denominada “Montanhas Mágicas do Mundo”, o que estaria conferindo à Guaramiranga uma visibilidade internacional, a partir do viés ecológico pautado no manejo sustentável.

Apesar de ser Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, portanto, este gestor demonstrou-nos uma atuação inerentemente ligada à gestão turística, possivelmente por não haver uma Secretaria de Turismo no município, e por ser esta uma atividade de relevância primordial na gestão pública municipal como um todo, atraindo esforços igualmente das demais Secretarias, tais como a Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Cultura, por exemplo.

Aparentemente, a população agrícola tradicional local, detentora de menor representatividade política, foi o público objetivado destas duas vertentes de políticas públicas³³ que, não raro, implantam-se em diversas localidades de forma verticalizada – sem diálogo mais abrangente com os demais atores sociais locais³⁴. Tais políticas aplicaram-se também sob perspectivas dicotômicas ou extremistas em suas prerrogativas para a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico local.

Em Guaramiranga temos, por exemplo, enfoques que inseriram tecnologias agrícolas ostensivas e caras, como foi o caso do modelo cafeicultor incentivado pelo IBC nos anos 1960, após promover a erradicação do café sombreado local e inserindo mudas que exigiam adubação química constante ou,

³³ Refiro-me a políticas para o desenvolvimento agrícola e políticas para o desenvolvimento turístico.

³⁴ Vide Guanaes (2006), Diegues (2004) e Holanda (2006).

ainda; a inserção da horticultura nos anos 1980, que demandava uso de agrotóxicos – caro para os produtores locais e altamente prejudiciais ao meio-ambiente. Tais medidas visando o desenvolvimento econômico, foram frustradas pela falta de maiores estudos quanto à sua viabilidade técnica, ou incentivos mais duradouros visando sua consolidação econômica em um longo prazo, além da carência de estudos junto às populações locais para acompanhar o grau de adequação e ajustes necessários à estas modalidades econômicas e sua capacidade de atender as populações locais promovendo a comercialização e renda para seus produtos.

Em seguida, a partir do apelo ambientalista ou preservacionista, a urgência na promoção do desenvolvimento econômico preconizou a inserção do turismo como uma possibilidade de desenvolvimento rápido e sustentável para diversas comunidades que não dispunham de maiores alternativas.

No caso em tela, é nesse bojo preservacionista, que surge a necessidade de um redirecionamento econômico de populações locais, cuja estratégia escolhida levou à adoção do turismo ecológico .

Curiosamente, no entanto, a cidade de Guaramiranga figura como um caso contraditório quanto à validação desta visão preservacionista cuja transição para o uso contemplativo da natureza (cf. discorre DIEGUES, 2004), a partir da atividade turística, ao invés de consentir o manejo agrícola para estas populações tradicionalmente estabelecidas; seria uma opção, por si só, sustentável. Presumia-se que o turismo, por não emitir poluentes tais como no caso das indústrias de transformação; seriam medidas capazes de promover o desenvolvimento econômico respeitarão mesmo tempo que alcançaria a preservação ecológica nas áreas na qual o eco-turismo se insere.

Conforme entrevista a um corretor de imóveis – que expressa sinteticamente o discurso preponderante encontrado na cidade -, quando questionado sobre a ocupação local por atividade agrícola e a atividade turística, este afirmou que “o agricultor é ruim porque agricultor degradava o meio ambiente, desmatava; enquanto o turista gosta é do mato entrando dentro de casa!”. Em diálogos reservados com o então Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, contudo, este afirmou que a incidência de algumas infrações graves à Legislação Ambiental registradas no município, motivadoras inclusive da assinatura de Termos de Ajuste de Conduta (TACs) impostas pelo Ministério Público à prefeitura municipal

e à SEMACE, são decorrentes da construção civil, da especulação imobiliária e de empreendimentos turísticos ou de veraneio - e não da atividade agrícola.

Consultado o então Gestor da Unidade de Conservação da APA de Baturité, Sr. Ricardo Loyola sobre as infrações ambientais autuadas no município de Guaramiranga, colhi o relato inusitado de que as infrações cometidas por empreendimentos turísticos (inclusive residências veranistas) são imensamente danosas à APA de Baturité e que praticamente inexistia registro naquele ano de infrações advindas de atividade rural em Guaramiranga, apesar de ainda existirem produtores rurais localmente situados. Trata-se, por exemplo, de infrações referentes ao assoreamento de rios e devastação de encostas para construção de condomínios fechados.

Quando consultado sobre uma opção de manejo local viável, que não degradasse o meio ambiente, Loyola apontou instantânea e convictamente - no ano de 2012, 22 anos após o Decreto que instituiu a APA de Baturité -, que o café sombreado, no modelo praticado até a década de 1950, seria a melhor de todas as alternativas preservacionistas. Loyola justifica sua afirmação, comentando a iniciativa da ONG CEPEMA³⁵ que articulou esta reinserção agrícola no Maciço de Baturité sob os selos comerciais de *café ecológico*³⁶ e *comércio justo*³⁷ para seus produtores, recriando um mercado internacional para o café local, obtendo excelente retorno econômico para os cafeicultores nesta região, por volta do ano 2005³⁸.

Décadas após a reversão econômica de toda a cultura agrícola do município em favor da preservação ambiental e do turismo, portanto, a gestão pública de política ambiental local reconheceu existir alternativas de manejo agrícola capazes de oferecer retorno econômico favorável a estas populações rurais locais, promovendo impacto favorável à biodiversidade da APA de Baturité. Contudo, são alternativas de desenvolvimento sustentáveis desenvolvidas por iniciativa de atores sociais locais ainda não são plenamente apoiados pelo poder público e econômico local.

³⁵ Naquele ano, denominava-se Centro de Educação Popular em Defesa do Meio Ambiente, mas atualmente denomina-se Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do meio Ambiente - CEPEMA®

³⁶ Café sem uso de agrotóxico.

³⁷ Denominado em inglês de *fair trade*, uma modalidade de comércio surgida na Holanda na década de 1960, que defende o estabelecimento de preço justo e promoção de modelos produtivos com respeito a padrões sociais e ambientais sustentáveis e éticos (sem uso de mão de obra infantil ou em condições insalubres, por exemplo). Tal modalidade motivou a criação do DECRETO Nº 7.358, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010, instituindo o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário na legislação brasileira.

³⁸ Maiores detalhes em Severino; Oliveira (2000)

8.4 – Desenvolvimento sustentável e turismo em Guaramiranga: uma breve exposição sobre os preceitos básicos conceituais e constatações empíricas

Acerca do *Desenvolvimento Sustentável*, Chacon (2007) recorre às idéias de Celso Furtado, Enrique Leff e Ignacy Sachs para esclarecer as origens da formação conceitual, que teria sido definitivamente lançada em 1987 pela World Commission on Environment and Development³⁹. Em síntese, a autora aponta que “A conquista da alteridade, o respeito às diferenças e o fortalecimento de identidades culturais devem ser elementos essenciais a um processo legítimo de desenvolvimento sustentável.” (CHACON, 2007, p. 118).

Muito mais do que uma atividade econômica, portanto, o desenvolvimento sustentável deveria levar em consideração, também, estratégias culturais, ambientais e sociais.

Sob este prisma, foi possível notar que o modelo agrícola da cultura cafeeira desenvolvida até a década de 1950 agregava valores não apenas monetários, mas também socioculturais em seu manejo. Além de não agredir o meio ambiente tanto quanto as novas vertentes que se propuseram posteriormente no município – como a eliminação do café sombreado para cultivo a céu aberto, a horticultura com utilização de agrotóxicos, ou a especulação imobiliária advinda de um investimento no turismo sem maiores estudos e prevenções quanto aos impactos locais -, a cultura cafeeira sombreada desenvolvia um produto de excelente qualidade comercial e conservava o homem no campo, envolvendo toda a amplitude produtiva dos membros dessas famílias, em interação equilibrada com o meio ambiente, com suas trajetórias culturais e históricas e sem acentuar os êxodos rurais.

Na cidade de Guaramiranga, entretanto, assim como em muitas áreas do país, a despeito de diversas alternativas já conhecidas de manejo agrícola capazes de promover a sustentabilidade, favorecer a biodiversidade e a preservação ambiental, a dicotomia agricultura/preservação ambiental existe e, não raro, desenvolve-se com o favorecimento político, econômico ou midiático da estratégia de criação de parques de preservação ambiental que, em muitos casos, precedem a implantação de uma atividade turística.

³⁹ Cf. Brutland (1987), *apud* Chacon (2007).

Conforme Rodrigues (2014), o grande crescimento da indústria do turismo no mundo, se deu a partir da década de 1970, por incentivo do Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como alternativas econômicas para desenvolvimento de países do terceiro mundo, sob a prerrogativa de criar postos de trabalho de forma rápida e com menores investimentos. No Brasil, em sintonia com este discurso e com o crescimento das preocupações com a sustentabilidade ambiental, a Lei Geral do Turismo, nº 11.771 de 17 de setembro de 2008 insere claramente em seus objetivos, no Art. 5º, inciso VIII, “propiciar a prática do turismo sustentável nas áreas naturais”.

A implantação turística como alternativa para o desenvolvimento econômico sustentável pode sim obter o sucesso pleiteado e favorecer as populações atendidas por estas medidas, porém, para alcançar tais objetivos, constatou-se que são necessários maiores aprofundamentos no estudo de estratégias e impactos destas inserções junto a estas populações. Aliado a esta preocupação elementar, faz-se necessário desenvolver mecanismos prioritários para aliar e reforçar a cultura, a história e as realidades naturais locais, por meio de diálogos, avaliações e ajustes constantes destes investimentos econômicos - e de acordo com os impactos observados – sempre em articulação com os atores locais, suas representatividades e movimentos sociais destas populações.

Rodrigues (2014) discorre, ainda, sobre o impacto do turismo em algumas populações de países em desenvolvimento, destacando que o desenvolvimento turístico, não raro, deixa de aportar investimentos em outras áreas, como a agricultura, educação e saúde, bem como acaba por gerar conflitos culturais e fundiários, sendo estes fatores igualmente evidenciados no município em tela.

Ressalto, neste contexto, que a coexistência de agricultores na atual conjuntura turística em Guaramiranga, apesar de ser uma atividade condenada pelo senso comum mediante os apelos ecológicos de preservação da biodiversidade, parece estar vinculada também à desvalorização imobiliária destas propriedades. Conforme depoimento do próprio Secretário de Infraestrutura local, o Sr. Draulio Holanda, a permanência de moradores nestas propriedades repercute diretamente na cotação deste imóvel para venda. Foi relatado, por exemplo, que um imóvel na zona rural, com área de um hectare, vendido por 50 mil reais naquela data (2012), caso estivesse ocupado por algum morador, teria seu preço caído vertiginosamente e, o que é frequente, não conseguiria comprador em curto prazo, pois demandaria

negociações ou custos extras, pertinentes à legislação federal⁴⁰ que aponta indenizações possíveis ao trabalhador rural alocado por tanto tempo em uma propriedade, mesmo não mais atuando na agricultura para estes proprietários - geralmente herdeiros de cafeicultores.

Apesar da presente constatação quanto à vulnerabilidade entre o discurso sustentável e o real desempenho sustentável da atividade turística local, foi possível constatar que a inserção do turismo em Guaramiranga foi acompanhada de iniciativas públicas que desenvolveram algumas estratégias de favorecimento à adaptação de sua população rural a esta modalidade econômica, conforme tópico a seguir.

8.5 - Hotel Escola: ferramenta de transição de populações rurais para o turismo

Proporcionar “inclusão social” da população de Guaramiranga à cadeia produtiva do turismo foi meta do governo do estado ainda na gestão de Tasso Jereissati. O então governador adaptou uma das residências oficiais do governo, situada em Guaramiranga, para implantação de um Hotel Escola voltada para a formação e qualificação de jovens e adultos em cursos da área turística ainda no final da década de 1980.

A escola era administrada pela Secretaria de Turismo (SETUR) e oferecia cursos para a área turística e hoteleira, tais como: garçom, cozinheiro, guia turístico, assistente administrativo, gestão em turismo, secretária, entre outros. Os cursos eram gratuitos para a população local, bastando apenas o deslocamento dos interessados para viabilizar sua participação. Com esta medida o governo do estado cumpria com suas ações estratégicas de fomento ao turismo local, focando na adaptação de populações agrícolas para seu desempenho turístico, atendendo a preceitos da própria legislação nacional do turismo em vigor, que previa medidas de “melhoria e aperfeiçoamento dos serviços oferecidos aos turistas”⁴¹. Esta escola funcionou sob a coordenação da SETUR até 2001, passando a ser administrada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) a partir do ano 2002.

⁴⁰Vide Lei 5.889 de 08 de junho de 1973, sobre direitos trabalhistas do trabalhador rural – quando este atua para o dono da propriedade; e Lei 6.969, de 10 de dezembro de 1981, que discorre sobre usucapião especial, em seu art. 1º, sobre direito de propriedade concedida ao ocupante que comprove moradia ininterrupta por mais de 5 anos, sem vínculo oficializado com o proprietário das terras.

⁴¹ Cf. Lei 8.181 de 28 de março de 1991, Art. 3º, inciso XI.

A estratégia parecia suficiente para dar suporte de adaptação da população à nova realidade local. Na entrevista concedida por sua última gestora, Magali Ribeiro, entretanto, foi possível colher relatos de que a população rural apresentou sérias dificuldades de enquadramento nestes cursos e, portanto, nesta nova modalidade econômica, mesmo tendo acesso gratuito a tais cursos profissionalizantes.

A primeira dificuldade consistia no próprio deslocamento das zonas rurais para a sede do município onde se situa o Hotel Escola. Estas populações rurais residiam, geralmente, a oito, dez, e até 16 quilômetros de distância desta escola, e a cidade não dispunha de linhas de ônibus ou outra forma de transporte regular, sendo privilégio de poucos disporem de um veículo ou moto para sua locomoção.

Foi relatada uma segunda – e significativa - limitação de transposição desta população, da atividade agrícola para a atividade turística; de acordo com esta gestora, mesmo os alunos que conseguiam vencer a dificuldade inicial de transporte da zona rural à escola, ao chegar à sala de aula evidenciava-se o baixo grau de escolaridade ou até mesmo a alfabetização apenas funcional - quando jovens e adultos frequentemente só tinham capacidade de assinar seus nomes - e apresentavam severas dificuldades de acompanhamento do conteúdo oferecido.

A maneira de conversar, a característica de vocabulário, ou sua “limitação” para a atividade proposta, a maneira de se comportar eram apenas algumas das bagagens culturais necessárias para a inserção dos habitantes nesta nova atividade turística. Tais dificuldades de adaptação de populações rurais a uma nova modalidade econômica e urbana foram apontadas por Durham (1973) em seu estudo sobre migração de agricultores em busca de trabalho na grande São Paulo, conforme segue:

Na verdade, a escola está longe de ser um instrumento perfeitamente adequado para promover a ascensão ocupacional, especialmente a que permite a passagem para o trabalho não-manual. Isto se dá não apenas por causa da inadequação do currículo escolar, que existe, mas, e talvez principalmente, porque as exigências para o preenchimento dessas ocupações não se limitam à escolarização, mas incluem requisitos que se prendem a estereótipos de classes associados a padrões urbanos de vida: trata-se de uma certa exigência na apresentação pessoal, no modo de falar e vestir, na utilização fácil de normas formais de polidez, que só são adquiridas no processo de socialização extra-escolar. (DURHAM, 1973, p. 173)

Neste sentido, ainda conforme a autora, trata-se de uma “inadequação do seu equipamento cultural para utilizar instituições impessoais” (DURHAM, 1973, p.

185), devido ao modelo cultural inerente a estas populações agrícolas , que distancia o (ex-)agricultor do dinamismo exigido em sociedades urbanas capitalistas para a ascensão e desenvolvimento econômico dos indivíduos. Em outras palavras, o baixo acesso ao *capital cultural* (BOURDIEU, 1994) de populações urbanas, adaptadas a relações sociais impessoalizadas e institucionalizadas, foi um fator retardatário e, em alguns casos, até mesmo impeditivo da transição das populações rurais locais para atividades voltadas para o turismo.

A respeito deste momento da transição econômica vivenciada pelas populações de moradores agrícolas em Guaramiranga, *D. Emília*, 67, relata:

Ali depois que turismo começou a entrar aqui, tem umas vantagem, mas tem umas desvantagem também. Porque aí, ele é o vilão do êxodo rural, num é? Aí eu fico..eu sou moradora de um sítio desse, aí.. já num tem mais o que fazer no sítio.. embora pelo sistema de “escravidão”.. mesmo assim eu tinha lá.. a minhas diária ... tinha o meu dinherim certo, né, pra no fim de semana fazer minhas compra. Mas, depois, já num tem mais o que fazer, só esperar por que? Num tem mais de que ganhar dinheiro. Eu me entreti [distraí, ocupei] direto na agricultura, sob pena de num ter onde morar, aí o que acontece, eu fiquei tão.. tão entretida, com o trabalho da agricultura, que num tive tempo de estudar, e agora? Agora o turismo chegou, eu vou fazer o que? Sabe? (...)..agora eu não tenho na minha mão nem a terra, nem cultura, nem estudo. E o Zé Ninguém vai pra onde agora? Sem rumo e sem, e sem lenço nem documento, né? (ENTREVISTA nº 09)

O Hotel Escola, portanto, mostrou-se como elemento facilitador da transição das populações rurais à cadeia produtiva do turismo, porém não poderia abarcar todas as especificidades de uma transformação por si só tão complexa. Tal transição deveria dispor de um suporte complementar das políticas públicas municipais, visando corrigir deficiências práticas dessa transição, sempre com a cooperação/participação da própria população local na elucidação das limitações surgidas. Não havendo mobilização local para correção das deficiências deste processo inserido pelo governo estadual, o Hotel Escola não pôde atuar competentemente junto à principal população para a qual se destinara - as populações rurais mais experientes e em idade produtiva e que não mais tinham a terra para trabalhar. As atividades desta instituição foram mais facilmente aproveitadas por populações que já haviam feito a transição para núcleos urbanos circunvizinhos ou por gerações de filhos de agricultores ou agricultores mais jovens, que entre outras coisas detinham maior formação escolar que os adultos com idade de 30 anos e acima – em plena idade produtiva, portanto - na década de 1980.

8.6 - Guaramiranga festeja o amor à natureza: o turismo de caráter ecológico implantado como alternativa econômica

Apesar das aparentes lacunas nas ações de incentivo ao turismo em Guaramiranga e de seu frágil planejamento e interação com as populações locais, de modo a fortalecer suas características histórico-culturais e sociais, o turismo foi apresentado como uma alternativa necessária, desejável e urgente. Tal urgência se devia, principalmente, à ausência de outras perspectivas ou alternativas favorecidas pela conjuntura brevemente pontuada no capítulo anterior.

Diante do exposto, no ano de 1990 foi realizado no município o evento “Guaramiranga: 100 anos de paz e amor à natureza” que veio ser um divisor de águas em se tratando de atividade econômica para Guaramiranga. Idealizado pelo arquiteto Fernando Zornnita e realizado por sua empresa com o apoio público municipal e estadual, além de mobilizar produtores locais que já atuavam na organização dos festejos ou manifestações populares locais, este evento realizou-se durante três meses, projetando a cidade como um imenso palco de manifestações artísticas e atraindo turistas para estas apresentações que se realizavam nos finais de semana. Conforme relatos;

(...) durante três meses ele tinha programações de finais de semana, então, tinha show, tinha festival de musica, festival de música de Guaramiranga, que premiou, que a final foi aqui em Fortaleza na AABB (...) música cearense, música brasileira, premiava compositores e interpretes, né? Ele tinha exposições de artes, espetáculos teatrais, então, era um espetáculo de artes integradas...(...) Guaramiranga se tornou em três meses um grande palco, uma grande vitrine assim, da produção cultural cearense daquele momento. Então, por exemplo, Isac Cândido, um cantor que na época era assim uma coisa, se revelando no Ceará, né, ele estava nesse festival, Aparecida Silvino, tanta gente importante da música, do teatro. (ENTREVISTA nº 36)

Se, por um lado, a conjuntura da política estadual na chamada “Era Jereissati”, no final da década de 1980 e década de 1990, passou a vislumbrar o segmento industrial e turístico como principais segmentos econômicos, deixando a agricultura aparentemente em posição secundária; por outro lado, a própria reformulação da política agrícola, implementada por este “Governo das Mudanças”, abraçava as novas tecnologias, privilegiando principalmente os grandes empreendimentos de irrigação dos sertões, fomento à adubação química e distribuição de sementes selecionadas em laboratório, ou a mecanização das

produções de grandes latifúndios, restando às produções dos sitiantes - e dos moradores a eles atrelados em Guaramiranga - uma posição de “esquecimento” no contexto agrícola estadual⁴².

Porém, muito mais do que uma aparente inadequação do município em tela às políticas agrícolas vigentes, o governo do estado, por meio de estudos para a viabilização do turismo em diversos pontos do estado do Ceará atribuiu a Guaramiranga um potencial turístico a ser desenvolvido. Nilde Ferreira, 39, ex-secretária de cultura do município, diz o seguinte sobre a gestão municipal a partir de 1990, e sobre a chamada “vocação turística” do município;

(...) empiricamente era clara a voca o; aí depois com o olhar do gestor, que era Humberto Cunha [técnico da Secretaria de Cultura do Estado naquela gestão], ele identificou que a voca o cultural patente de Guaramiranga era as artes c nicas, especialmente os Dramas, e as brincadeiras c nicas como reisado e etc. Então ele..., quando ele pensa Guaramiranga nessa época, pensa estrategicamente; pensa uma política para Guaramiranga e uma política que possa potencializar os valores de Guaramiranga e que possa também enfrentar as dificuldades sociais e econômicas, num  ? Então pensando isso, tudo era estratégia. (ENTREVISTA n  36)

A partir deste evento com apelo ecológico, que projetou o município de Guaramiranga como um “grande palco cultural”, foi se firmando no público externo a associa o do município a um local de contato com a natureza e de lazer artístico-cultural. O baixo custo dos imóveis, naquele momento inicial, e as perspectivas crescentes de lazer inclinavam o turista, além da visita o convencional, a adquirir imóveis para a constru o de casas de veraneio. A ambienta o oferecida por Guaramiranga, além de configurar um ambiente mais bucólico, em oposi o às badaladas praias cearenses, e ecológico, em sintonia com o crescente discurso ambiental mundial, crescia conceitualmente como um ambiente atrativo para públicos os mais diversos, dentre os quais se destacavam os segmentos de visitantes “ecotur sticos”, além de apreciadores e espectadores de arte, visto ser este o público alvo dos eventos que iniciaram a “chamada turística” deste município.

⁴² Para uma aprecia o maior sobre o período político denominado “Governo das Mudanças” pertinentes ao segmento agrícola, vide Holanda (2006).

9 – TURISMO CULTURAL: A CONSOLIDAÇÃO TURÍSTICA DE GUARAMIRANGA

Após a realização do festival “*Guaramiranga: 100 anos de paz e amor à natureza*”, no ano de 1990, em Guaramiranga, a prefeitura municipal despertou para a conjuntura política da chamada “Era Jereissati”, que vinha sendo responsável por projetar o estado do Ceará como um grande reduto turístico, tanto a nível nacional quanto internacional, no final dos anos 1980 e década de 1990.

Em nível local, a experiência com esse festival tinha sido tão bem sucedida que acabou transformando-o no modelo a ser seguido e reeditado para atração de visitantes. Até então, a cidade dispunha de um comércio predominantemente de cereais e gêneros alimentícios, além de um pequeno número de bares modestos, cuja freguesia era acionada exatamente nas *festividades* locais, tais como as já mencionadas no capítulo 6.

Em se tratando da tradição teatral local, uma vez que a cultura cafeeira provocara o êxodo dos principais realizadores para a sede municipal, concentrara-se na sede a prática dos *Dramas*, sendo regularmente encenados no salão paroquial após a missa de domingo. Declarações dadas por Nilde Ferreira, 39 anos, apontam que o envolvimento da população com os *Dramas* era maciça, razão pela qual a identidade cênica do município teria se destacado e conquistado apoio do Governo Federal num projeto do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) para fomento de atividades teatrais locais. Neste período fortaleceram-se grupos nascidos na tradição dos *Dramas* e que se aperfeiçoaram agregando técnicas e alçando vãos mais contemporâneos em seus espetáculos cênicos.

À época, os atores, produtores e realizadores eram essencialmente protagonistas sociais locais – e a população local, seus espectadores assíduos. Esta atividade teatral sobrevivia do apoio popular e voluntário, mesmo sem dispor de um teatro para ensaios e apresentações ou verba para compor figurinos e cenários. Ainda segundo Nilde Ferreira, os *Dramas*, foram responsáveis pela definição do gosto da população local pelo teatro, sendo esta uma das mais fortes expressões culturais da população naquela ocasião. Expressão cultural esta, diretamente ligada ao período cafeeiro e às vivências rurais destas populações agrícolas, mesmo quando já instaladas na zona urbana.

9.1–Festivais culturais: a origem deste segmento na atração de turistas

Diante da tradição cênica da população local e após a experiência com eventos turísticos obtida com o festival “Guaramiranga: 100 anos de amor e paz à natureza”, a prefeitura municipal, a partir da gestão iniciada em 1990, estruturou uma equipe de protagonistas do teatro local, sob coordenação do ex-técnico da Secretaria de Cultura do Governo do Estado, Humberto Cunha, para desenvolver um plano de ação turística focado na realização de eventos culturais.

Nos dois anos iniciais dessa gestão municipal foi construído o primeiro teatro, o Rachel de Queiroz⁴³. As principais realizações do período foram o *Festival Arte em Flor*, em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE), dispendo de apresentações musicais e princípios acústicos; e um mapeamento cultural local que serviu de base para o plano de cultura que durou toda a gestão deste prefeito (cf. ENTREVISTA nº 36).

Nesta mesma gestão também se realizou, também, a primeira edição do Festival Nordeste de Teatro (FNT), tendo o Governo do Estado como único apoiador financeiro, responsável por toda a dotação orçamentária deste evento, por meio de sua Secretaria de Cultura estadual (SECULT) e sob os auspícios da legislação estadual de incentivo à Cultura, a Lei 12.464, de 29 de junho de 1995 – ou Lei Jereissati, como é conhecida. A escolha da modalidade de artes cênicas para implementar o turismo cultural em Guaramiranga foi feita avaliando vários contextos, local, estadual e regional, conforme narrativa de Ferreira que na ocasião, já ocupava o posto de técnica do Departamento de Cultura municipal:

Então, por que o Festival de Teatro? No Ceará tinha um festival importante na época que era o Festival da Federação Estadual de Teatro Amador. Esse festival (...)tava acabando, né? No Nordeste não existia nenhum festival com o recorte nordestino. E Guaramiranga tinha uma vocação pulsante, efervescente e importante de teatro. Então juntamos esses elementos e fizemos a proposta de criar um Festival Nordeste de Teatro. Esse festival ele correspondia a uma vocação local porque ele colocava o Teatro num patamar importante, né? Ele respondia a uma demanda estadual, pois o Festival da FESTA tava acabando e ia ficar uma lacuna; e ele preenchia uma lacuna no nordeste que não existia que era esse encontro, esse recorte regional, de encontro da produção teatral, né? Então ele nasce ancorado nessas forças aí, encontra uma boa aceitação na cidade, tanto pela sua relação com o teatro, porque existe um hábito em Guaramiranga, né, pra teatro; como, no momento, ele enfrentava

⁴³ Existem dois teatros locais denominados Teatro Rachel de Queiroz, denominados comumente apenas por “o grande” ou “o novo” e “o pequeno” ou “o velho”.

dificuldades econômicas, né? Então ele nascia como um atrativo gerador de um novo fluxo turístico: pessoas interessadas na cultura. (ENTREVISTA nº 36)

Dessa forma, a expressão cênica local - os *Dramas* -, ganhou espaço nesse grande palco e foi inserida dentro das apresentações regulares do evento, ganhando visibilidade junto a públicos e platéias externas à cidade. No entanto, segundo *Ana*, 34 anos, poucos anos depois os *Dramas* deixam de ser inseridos na programação principal do FNT, que se voltou para apresentações de grupos competitivos, advindos de vários estados do Nordeste, como forma de projetar a cidade em um nicho turístico mais amplo, consolidando um público alvo regional. Apenas anos depois de ser excluída da programação do FNT, a apresentação de *Dramas* voltou a receber a atenção da política pública local novamente, que determinou outra data no ano para a realização da *Mostra de Dramas*, que desta vez só alcançaria espectadores junto à própria população local (cf. ENTREVISTA nº 39).

O Festival Nordestino de Teatro foi o primeiro festival a realizar-se com amplo suporte financeiro e estratégico, tanto da iniciativa pública quanto privada (patrocinadores), local, estadual e nacional, favorecendo a sua realização anualmente. Outros festivais foram surgindo dentro da política municipal de atração de turistas, alguns pontuais, de ocasião, outros, pretensamente anuais, mas que esbarraram na falta de suporte das políticas públicas ou patrocinadores particulares, como os festivais gastronômicos (Festival de Vinho, Festival de Fondue, Oktoberfest, etc.) que eram fomentados basicamente por donos de restaurantes e distribuidoras de bebidas. A este respeito, relata Nilde:

Os festivais foram chegando em Guaramiranga dentro dessa política da prefeitura, de um plano de atração de investimentos (...) Que pudesse movimentar a economia e que pudesse também promover a valorização da cultura local, mas que pudesse fazer Guaramiranga dialogar com outros parâmetros, e quebrar paradigmas, num é? E ser uma cidade contemporânea, com jovens que pudessem ter contato com outros conhecimentos pra tirar o atraso pela defasagem do ensino escolar difícil, então... é... todos os eventos que chegam em Guaramiranga, que tem o apoio da prefeitura, eles chegam porque dialogam com algum objetivo desse grande plano de cultura. Então chegou o Festival de Jazz em 2000, pra ser um festival diferenciado no carnaval, de música e etc., (...) Nasce o festival de Jazz em 2000, aí depois nasce o Festival de Gastronomia, vem o Festival de Vinhos, aí nesse percurso, os festivais que são mais... que cumprem melhor os papéis que o plano de cultura quer que cumpra, mas tem também aqueles que são festivais de ocasião. Como por exemplo o Festival de Vinho, ele era um festival de ocasião. Era levar um grande público, era dialogar com um público...o público "A" e essa coisa toda. Então também teve esse... essas estratégias. (ENTREVISTA nº 37)

Quanto aos dados sobre o desenvolvimento turístico local, a Secretaria de Cultura do município apresentou-me estatísticas pertinentes à evolução das ofertas de leitos formais (hotéis/pousadas), que teriam saltado de 652 unidades em 2001 para 1.158 leitos em 2007. É necessário agregar a esta oferta de leitos, entretanto, dados colhidos em 2003 acerca da oferta “informal” de leitos, que incluem tanto a locação de casas de veraneio – que segundo a prefeitura, representava 3.064 leitos extras naquele ano; e incluir também a oferta de cômodos em residência de habitantes, cujos quartos são ocupados por grupos de até cinco pessoas e, ainda, a ocupação de terrenos por grupos que fazem acampamento sem vínculo com qualquer estabelecimento hoteleiro local. Estes dois últimos modelos de ocupação, infelizmente, não puderam ser elencados nos levantamentos municipais, assim como não o são os dados referentes aos visitantes que se hospedam nas cidades vizinhas e vêm usufruir dos estabelecimentos gastronômicos de Guaramiranga ou os que chegam ao município, usufruem dos produtos turísticos e retornam no mesmo dia para suas cidades de origem.

Segundo Adalberto Alencar, então diretor da Fundação CEPEMA⁴⁴ que, conforme citado anteriormente, em 2006 realizava um relevante trabalho agroflorestal junto às comunidades rurais com a revitalização do café sombreado⁴⁵-a realização dos festivais vinham causando impactos ambientais e sociais irreversíveis às comunidades locais e do entorno. Alencar declarou em matéria do Jornal O POVO, de 28 de dezembro de 2006⁴⁶, que os maiores festivais da cidade estariam trazendo um contingente de 20 mil, 30 mil e até 40 mil turistas a cada evento. Vale ressaltar que, nesta data, a população local contava com aproximadamente seis mil habitantes, o que representaria três a seis vezes o número da população local, buscando espaço de convivência no período festivo.

⁴⁴ CEPEMA – Centro de Educação Popular em Defesa do Meio Ambiente

⁴⁵ Vide Severino; Oliveira, (2000)

⁴⁶ Vide Faheina (2006).

9.2 – Gastronomia, música e outros festivais

Os eventos culturais figuram, até o ano 2013, entre as ações de maior vulto para o turismo local, destacando-se o Festival Nordestino de Teatro (FNT) - realizado durante seis dias do mês de setembro, desde 1993; e o Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga (FJBG) - realizado anualmente durante o carnaval, desde o ano 2000. Estes dois empreendimentos realizam-se com apoio do poder público nas instâncias municipal, estadual e federal, sendo estas duas últimas sob os auspícios de leis de incentivo à cultura conhecidas como Lei Jereissati (Lei Estadual 12.464, de 29 de junho de 1995) e Lei Rouanet (Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991), respectivamente.

Mas, segundo a prefeitura local, o calendário de eventos⁴⁷ consolidado, apresenta 34 datas comemorativas permanentes, com realizações na sede ou na zona rural, incluindo as antigas datas de *festividades* de padroeiros dos distritos e localidades - que, no entanto, não têm mais a mesma capacidade agregadora junto à população local.

A segunda ocorrência turística de maior vulto em Guaramiranga, e que não faz parte do calendário permanente apresentado pela prefeitura municipal, são os festivais gastronômicos realizados por estabelecimento particulares como hotéis e restaurantes, com apoio direto de fornecedores de bebidas, prefeitura e comerciantes, principalmente. Normalmente realizados em finais de semana, estes eventos lotam os restaurantes que costumam iniciar suas atividades por volta das 11h da manhã e, em tais eventos, permanecem atendendo até o último cliente que, não raro, alcança as 5h, 6h da manhã seguinte.

Os dois principais festivais, o de Teatro e o de Jazz, e os festivais gastronômicos são, portanto, as principais atividades que aquecem a economia e o comércio local, gerando renda para parte da população que é contratada na forma de diárias de serviço em restaurantes, hotéis, casas ou, ainda, que têm nestas ocasiões a oportunidade de locar um cômodo de suas casas em final de semana, dentre outras rendas possíveis.

Em estatísticas realizadas pelos organizadores do Festival Jazz & Blues de Guaramiranga, e disponibilizada pela prefeitura municipal, Guaramiranga teria

⁴⁷ Vide anexo A

saltado de dois restaurantes e bares em 2000 para 24 estabelecimentos em 2007. Em pesquisa de campo constatei que os proprietários desses novos estabelecimentos são, em sua maioria, notadamente de Fortaleza - para onde se voltam os lucros de tais empreendimentos –, contando, ainda, com empreendedores estrangeiros – como italianos e alemães – também radicados na capital cearense.

Outros atrativos turísticos permanentes ainda incluem: um museu, um zoológico, dois parques de trilhas ecológicas, banhos em nascentes e cascatas, artesanato local (com pequena expressividade), elementos geográficos de alto teor paisagístico que permitem vislumbrar um nascer ou pôr do sol a mais de 1000m de altitude, como o Pico Alto e a Linha da Serra, e aquele que parece atrair a todos, independente de seu poder aquisitivo, escolaridade ou faixa etária: o frio.

9.3 – Reformulação dos espaços físicos e experiências sensoriais do turismo local

Para atender a estas novas demandas, a configuração espacial de Guaramiranga se reformulou, convertendo antigos redutos rurais e residenciais em estabelecimentos de gastronomia, hotelaria ou veraneio, como condomínios fechados ou casas particulares utilizadas apenas em fins de semana. Até mesmo o antigo Convento Nossa Senhora de Lourdes, inaugurado em 1935, formador do noviciado e estudantado teológico da ordem dos Capuchinhos, a partir de 1997 foi reestruturado e transformado em pousada, sendo um dos mais procurados estabelecimentos e o único – segundo seu gerente – a lotar em praticamente todos os finais de semana do ano, independente de alta ou baixa estação.

Assim como este Mosteiro, a antiga casa de farinha e engenho do Sítio Guaramiranga foi transformada em um restaurante (restaurante francês Lautrec, já citado). Este mesmo sítio também remodelou parte de sua propriedade para a instalação de um parque ecológico chamado Parque das Trilhas, com oferta de passeios pela mata, rapel, banhos de rio e cascata, entre outras atrações “ecoturísticas” e de aventura. Vários outros espaços continuam revertendo a sua função original, rural ou residencial, para acolhimento dos constantes fluxos turísticos em Guaramiranga. Como é o exemplo do Casarão dos Uchôa, situado ao pé da ladeira que leva à Pousada Capuchinhos, pertencente a uma antiga família de cafeicultores e que atualmente foi revertido em pousada.

Em diversos sítios, já se construíram aparatos turísticos ou condomínios veranistas. As residências – na sede ou na zona rural - se tornam pousadas, locando quartos, ou oferecendo serviços como alimentação, lanches artesanato; mas, não só isto. Estes novos empreendimentos, na medida da possibilidade financeira de seus proprietários (que não são necessariamente os donos dos imóveis), sejam hotéis, residências, restaurantes ou pousadas, facilmente tentam imprimir em suas fachadas um estilo de decoração que remete a ambientes sofisticados com apelo visual europeu, remodelando a paisagem e a referência cultural histórica deste município, para proporcionar ao visitante uma “quebra” do cotidiano e da identidade “nordestina”, imergindo-o em uma experiência “exótica” (vide Ribeiro, 1994). Quando não, se utilizam de decoração com alusão ao conforto ou despojamento no melhor estilo “rústico” ou “ecológico”. Em outros casos, preservam sua fachada de arquitetura histórica do período cafeeiro ou da época de seu povoamento, ressaltando o caráter bucólico dos antigos redutos rurais do interior do país. Segundo Ribeiro e Barros (1994): “Assim são entendidas a sensação de liberdade – ainda que temporária – que as viagens criam, e as recomendações de férias e mudança de ambiente para combater o stress” (1994, p. 7). Estaria nessa cuidadosa formulação de uma identidade turística local, portanto, uma das estratégias elementares dos investimentos turísticos de Guaramiranga.

Segundo o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, no início da gestão, houve a organização de uma comitiva do prefeito eleito (2009) com algumas pessoas fundamentais de seu governo e empresários dos estabelecimentos locais rumo a Gramado (RS) para conhecer iniciativas turísticas que pudessem inspirar as ações públicas e privadas a serem desenvolvidas na cidade de Guaramiranga. Provavelmente por esta razão, a cidade de Gramado foi citada por alguns empreendedores e gestores, públicos e privados, durante esta pesquisa, como sendo um modelo a ser seguido para desenvolvimento turístico local, citando inclusive o padrão de arquitetura europeu deste município. Aprofundando esta questão, Ribeiro e Barros (1994) revelam:

(...) Em última instância, exotismo também tem limite e isto se traduz na tendência à padronização dos estilos de serviço, da arquitetura e do design dos equipamentos colocados à disposição do turista. Por outro lado, estes espaços tem que ser diferentes e autênticos para justificar o traslado e a exposição, quem sabe, a um “outro” que, ainda que em grande medida fabricado, é real e não apenas virtual ou um simulacro tal qual oferece

confortavelmente a mídia. A combinação dessas necessidades estruturantes leva ao caráter circunscrito, de enclave turístico, onde o exótico assim o é enquanto possa ser controlado e consumido de acordo com os cânones determinados por agências de reprodução da sociedade de massas, como a televisão e os jornais.(RIBEIRO; BARROS, 1994; p. 7-8)

Cabe destacar que, acrescentando ao que é dito pelos autores acima, o exotismo construído na paisagem de Guaramiranga, em contraposição à cultura regional nordestina ou cearense, não se resume à decoração do espaço físico; inclui outras dimensões como o tato – por meio do frio; a experiência cultural/auditiva – por meio do Jazz, o apelo ao paladar – através da gastronomia com inspiração européia. São todas, manifestações de inserções exóticas e alheias à realidade histórica desse município, bem como da região nordestina e semiárida na qual se insere.

Esta reformulação das características históricas locais, para reconstruí-la dentro de uma padronização visual ou midiática, no entanto, não parte apenas de iniciativas empresariais particulares. O apoio das políticas públicas ao turismo local tem cooperado, igualmente, para esta reformulação do imaginário exótico que o turista venha a encontrar na cidade – e levar consigo (URRY, 2007). Esta cooperação do poder público está expressa, por exemplo, no prédio construído pelo Governo do Estado para sediar a unidade do Centro de Artesanato do Ceará-CEART. Trata-se de uma instituição que preceitua a valorização das manifestações do artesanato cearense como sendo uma manifestação autêntica da cultura local.; A CEART vem sendo responsável, em âmbito estadual, dentre outras funções, por coordenar ações de profissionalização e difusão dos artesãos cearenses, abrindo canais para a comercialização de seus produtos. A sede deste Centro de Artesanato local foi construída num terreno de localização privilegiada, no centro do município, ocupando uma praça inteira, numa esquina à esquerda de quem chega pela rodovia CE- 356, reproduzindo a arquitetura de um chalé suíço, conforme imagem adiante.

Figura 04: Sede da CEART em Guaramiranga



Fonte: Germana Lima

Esta caracterização de uma paisagem “européia”, contudo, não implica, nesta pesquisa, na sugestão de ser esta uma estratégia indevida. A composição de paisagens mostra-se algo imprescindível ao desenvolvimento da experiência turística e à dissociação provisória que o turista precisa fazer de seu local cotidiano para realmente vivenciar uma experiência que o liberte do stress corriqueiro (URRY, 2007). Promovendo a imersão do turista nesta experiência visual, táctil (frio) e gastronômica voltadas para a criação de uma experiência singular no visitante, destaca-se, sem dúvida, o Festival de Jazz & Blues. Todas estas caracterizações sensoriais imprimem uma experiência singular, inusitada e exótica ao visitante, dentro do contexto temporal, regional e cultural em que esta cidade se insere.

O sucesso destas estratégias pode ser retratado a partir de estatísticas elaboradas pelos organizadores do Festival Jazz & Blues de Guaramiranga⁴⁸, no tocante à sua realização, e disponibilizada pela prefeitura municipal. Tais dados apontam que existiria um acréscimo de 300% nas vendas do comércio local; um aumento de até 50% na renda da comunidade e a geração de 1.500 empregos fixos e temporários no comércio; além de terem diretamente influenciado na criação de

⁴⁸ Vide o Anexo A

oitocentos empregos permanentes no setor turístico local; seiscentos empregos indiretos no período do FJBG e outros mil empregos indiretos nas cidades vizinhas.

Comerciantes apontam que o faturamento médio deste festival – que dura cinco dias - supera em mais de quatro vezes o faturamento de um mês convencional, sendo este o principal evento do ano. Sobre o perfil do público que participa deste Festival, os organizadores apontam ainda que:

TABELA 05: Dados sobre o público do Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga

1	Os visitantes vindos de outros estados brasileiros, em 2007 somam 14,7%, o que denota o crescimento da visibilidade do Festival de Jazz e Blues.
2	35% viajaram exclusivamente para participar do Festival
3	89% dos entrevistados afirma que viajou em grupo.
4	76,6% dos visitantes se hospeda em Guaramiranga.
5	As demais localidades somam 17,6%.
6	41,7% do público do Festival de Jazz e Blues permanece sendo de faixas etárias mais adultas.
7	4,6% dos entrevistados possuem nível médio ou estão cursando nível superior.
8	40% dos entrevistados tem nível superior completo, sendo que destes 10,4% são pós-graduados.
9	30% afirma gastar entre R\$ 500,00 a R\$ 750,00.
10	Em 2004 a circulação de dinheiro no Festival foi equivalente a 10 meses de arrecadação municipal.
11	30% ganha de 3 a 8 salários mínimos
12	17% ganha de 8 a 14 salários mínimos
13	84,8% dos entrevistados lêem jornais
14	39% vai ao cinema frequentemente
15	38% vai freqüentemente a shows musicais

Fonte: Via de Comunicação (Anexo B)

Claramente voltado para a classe “A”, confirmando o que foi declarado pela ex-secretária de cultura local, Nilde Ferreira, 39 anos, este festival, contudo, é um dos poucos⁴⁹ que demonstram, em seus informativos e ações, uma preocupação com a inclusão social das populações locais e apresenta parte de sua programação de forma gratuita, visando amplo acesso do público interessado – público este, que inclui os turistas. Em outra ação, limitada ao público residente local, o Festival Jazz & Blues de Guaramiranga oferece a oportunidade para jovens da rede pública municipal, urbana ou rural, de participarem de oficinas com conceituados maestros

⁴⁹ Apenas o Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga e o Festival Nordeste de Teatro, dentre os festivais voltados para público visitante, dispõem em sua programação de oportunidades de acesso gratuitas para a população local.

nacionais, iniciando os ensaios semanas antes do FJBG, e qualificando-os a apresentarem-se no palco principal do evento em sua programação gratuita antes dos shows principais, fomentando o talento musical juvenil e o gosto por esta arte. O estilo musical preponderante nos ensaios: o Jazz e Blues.

Dentre os eventos gastronômicos, já se realizaram com bastante visibilidade midiática o Festival de Vinho e o Festival Gastronômico, ambos com duas edições cada. E ambos foram realizados em restaurantes da praça principal da cidade, estendendo-se para este espaço público, com a ocupação da praça e da rua principal para acomodação de mesas e circulação de pedestres – restringindo o trânsito de carros e motos. Esta forma de ocupação da praça e da rua principal, inclusive, repete-se a cada grande evento ou feriados prolongados, quando aumenta o número de visitantes à cidade.

O mais “popular” dos Festivais elencados pela gastronomia até o ano de 2012, foi o Festival da Cerveja ou “Oktoberfest”, realizado nos anos 2009 e 2010. A Oktoberfest, inspirada numa festividade alemã que também se reproduz na região sul do Brasil, foi inusitada e surpreendente para o comércio e população local. Embora não se encontre estatísticas do evento, comerciantes afirmam que na primeira edição da Oktoberfest todos os comércios esgotaram seus mantimentos, inclusive o estoque de água mineral para venda. Pessoas dormiam em praças e calçadas por não encontrarem mais hospedagem e, durante o evento, os carros ou caminhões de reposição de bebidas ou mantimentos, solicitados por estes comerciantes, não conseguiam atravessar a multidão para chegar aos estabelecimentos.

Teria sido o mais populoso de todos os festivais já realizados - sendo o único a superar o público do FJBG até hoje -, deixando de realizar uma 3ª edição no município por causa da evidente falta de estrutura para a *periferia do evento*⁵⁰.

A realização de festivais como atrativo de visitantes, sem dúvida, foi um marco eficiente na construção da cadeia produtiva turística que hoje se observa no município. O turismo é uma categoria econômica largamente defendida nas instâncias públicas por seu potencial de geração de emprego e renda. Segundo aponta Rodrigues (2011), a Legislação Nacional: “(...) considera o turismo como um

⁵⁰ Denominação dada por Nilde Ferreira a toda infra-estrutura que não está no centro da realização – no caso, o palco montado para shows -, mas que são utilizados pelos visitantes, frequentadores e público em geral; tais como praças, vias públicas, calçadas, acesso a pousadas, restaurantes e entorno do foco principal do evento.

instrumento de desenvolvimento econômico e social para o país, devendo gerar: movimentação econômica, geração de emprego, distribuição de renda, receitas públicas e divisas” (p. 65). Além deste preceito, a autora indica que a mesma legislação denomina que: “Inclusão social, é tanto referida ao crescimento da oferta de emprego, distribuição de renda e qualificação da mão-de-obra, como à democratização do turismo interno com o incentivo à promoção de condições diferenciadas para jovens, idosos e portadores de deficiências físicas.” (RODRIGUES, 2011, p. 66).

No entanto, conforme depoimentos sobre a repercussão local do turismo, tais realizações frequentemente causam tanto benefícios quanto transtornos à população tradicional de Guaramiranga e, quanto ao emprego e renda, embora haja oferta de postos de trabalho e oportunidades de renda, não seriam postos duradouros. Foi indicado, ainda, que o turismo favorece principalmente aqueles que já têm uma anterior capacidade monetária para investir no empreendimento turístico, sendo esta uma atividade com ganhos predominantemente sazonais e que necessita de capital de giro para investimento imediato, sendo o lucro cadenciado pelo ritmo da alta ou baixa estação.

O desempenho do turismo local, portanto, diante das prerrogativas largamente defendidas para sua implantação, revela uma ação desprovida de planejamento adequado, pois, conforme apresentado, sua implantação e crescimento ativa um processo que tanto exclui a população local de seu usufruto – pelo baixo poder aquisitivo local; quanto das possibilidades reais e duradouras de obtenção de renda – em face da sazonalidade e vulnerabilidade das oportunidades oferecidas.

10 – FESTIVAIS TURÍSTICO ENQUANTO SÍNTESE DE UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL REFORMULADA EM GUARAMIRANGA

Diante do exposto, e analisando mais detidamente as reformulações sócio culturais que os *festivais* turísticos provocaram em Guaramiranga, destaco que a inserção de uma modalidade econômica caracterizada pela dinâmica e competitividade de trocas (sociais, culturais e comerciais) decorrente da confluência de fluxos humanos os mais diversos para a cidade em tela, foi capaz de reformular a lógica e os signos das relações estruturais nesta comunidade, em diversos aspectos. A seguir, destaco alguns pontos.

10.1 – Espacialidades

Os eventos se dão principalmente em espaços coletivos, praças, calçadas e ruas, que são parcial ou totalmente preenchidos pelos estabelecimentos comerciais (notadamente restaurantes, com suas mesas), carros, ou turistas que maciçamente chegam para usufruir dos eventos. Considerando que a origem destas populações é rural, e que a constituição de seus domínios domésticos incluía, além da casa propriamente dita, o domínio sobre uma espacialidade de quintal de 1000m até 2000m, ou até mais (distância presumida entre uma casa e outra, na zona rural), e que esta territorialidade ficava sob tutela do morador mais próximo que ali cultivava fruteiras ou criava animais, o senso de domínio sobre sua calçada e sua rua persiste culturalmente, como uma extensão particular de seus domínios e de sua autoridade doméstica e moral, mas que hoje em dia é reconhecida apenas por seus habitantes mais antigos.

Em relatos, e até mesmo na convivência com estas populações, foi possível constatar o uso comum que eles atribuem à calçada própria ou próxima à residência como, por exemplo, acender uma fogueira em noite de frio e convidar os conhecidos passantes para se aquecerem um pouco, beber quando há bebida (geralmente refrigerante, suco ou bebida quente), comer quando há algo sendo feito na brasa (batata doce, cebola, linguiça, por exemplo) ocasião que dura exatamente o tempo da fogueira, quando então todos se recolhem depois de ter proporcionado um contato direto e cordial com a vizinhança e amigos, sem o uso de música e

amplificadores de som, sem a distração do falar alto, sem a indiferença aos passantes ou moradores do entorno.

O uso da calçada por parte do turista, no entanto, distingue-se desta prática cultural local. O turista estaciona, transita e faz uso pouco discreto deste espaço. Dentre as manifestações apontadas por alguns depoimentos, destacam-se a reunião de grupos para fumar ou consumir bebida alcoólica, diálogos exaltados – às vezes pela bebida – e que incomodam a vizinhança pela indiscrição, acúmulo de lixo depositado pelos turistas, estacionamento indevido em pontos estratégicos de circulação e até, conforme citado em entrevista, namoro indecoroso e consumo de drogas, sem maior discrição, por parte dos visitantes.

10.2 –Relações hierárquicas

Diferente da coercitividade moral que existia sobre o ambiente das festividades, que normalmente era um ambiente doméstico organizado e regido pela “lei”, pelo “governo” da autoridade moral presente, os festivais realizam-se sob organização principalmente de pessoas “de fora” da cidade, para usufruto de pessoas igualmente de fora, e em ambiente público que é apropriado e destituído de sua função social local, para servir aos festivais e seus frequentadores.

A “lei” hierárquica e moral de uma personalidade local descaracteriza-se diante da extinção de seu campo de ação – a festa em ambiente doméstico - frente à “lei” coercitiva ou burocrática da polícia ou dos próprios organizadores que “legisla” sobre os espaços que são apropriados pelo evento – o espaço público, praças, a rua. As autoridades reguladoras destes eventos deixam de ocupar-se, por sua vez, de minimizar os transtornos diversos ao cotidiano da população para ocupar-se da infraestrutura e fluidez necessários ao trânsito e usufruto do turista.

10.3 – Relações preferenciais e de vizinhança

A reconstrução das espacialidades incide, também, na alteração das relações preferenciais e de vizinhança. No Conjunto Habitacional Manuel de Castro, após a venda de várias casas aos investidores veranistas, a vizinhança nativa, que outrora deixava as casas abertas, sem muro ou grades, com filhos pequenos sozinhos ou sob a observação de vizinhos, não mais pôde prosseguir com seus

hábitos de solidariedade e confiança. Os vizinhos já não são os mesmos e, normalmente, os turistas que adquirem imóveis locais, como primeiras providências, levantam altos muros e reforçam cadeados, tornando quase inacessível o contato com a população do entorno de sua residência. Além deste aparato de distanciamento do convívio, estas casas, na verdade, estão, na maior parte do ano, completamente desocupadas, aguardando datas festivas ou feriados prolongados para abrigar os seus donos; ou encontram-se cedidas/alugadas a seus conhecidos, ou mesmo estranhos, interessados em ocupá-las numa ocasião veranista.

Tais distanciamentos sobre “quem é o vizinho” e quem sejam as vizinhanças ali instaladas durante os festivais, levam a população local a certo grau de apreensão, justificada pelas notícias de transtornos à convivência, seja pelas inconveniências com bêbados ou excesso de ocupantes no mesmo imóvel, seja pelo registro de arrombamento de carros que ficam nas ruas, dentre outras manifestações de violência registradas a cada aumento de fluxo turístico em tais eventos culturais. A este respeito, destaco o relato de *Ana*, 34 anos:

Eu nunca lembro de a mãe ter dito assim “olhe, volte pra casa porque tá perigoso”. Era sempre ‘volte pra casa porque é hora de voltar’. O discurso num era esse da violência. Hoje o discurso é “cuidado, tem drogado num sei aonde; tem bêbo num sei aonde; fulano assaltou num sei quem, num sei quem matou num sei quem; a hora de voltar é tal.” Então o discurso pra hora de voltar não é mais o que a gente vivia. Não era o escurecer. Hoje é a vulnerabilidade que você tem por tá fora [de casa]. (ENTREVISTA nº 39)

Constatarei, igualmente, que as relações sociais preferenciais e reciprocidades existentes na conjuntura agrícola, quando a troca de favores era predominante entre as vizinhanças, compadres e amigos, já não encontram a mesma forte ressonância no presente, face à preponderância das relações capitalistas que são geralmente pautadas na monetarização dos mesmos serviços que antes se prestavam na forma de favores. Cito, como por exemplo, contratar uma babá ao invés de pedir ajuda ao antigo vizinho pra tomar conta de um filho, ou comprar uma refeição que não se teve tempo de fazer em casa, ao invés de almoçar no vizinho, parente ou amigo.

10.4 –Relação homem/natureza

A relação entre homem e natureza se modifica, não mais incentivada pelas transformações diretas do homem sobre o meio ambiente. Constrói-se um novo significado para a terra e o manejo desta, desestimulando a prática agrícola e, dessa forma, reformulando todo um conjunto de elementos simbólicos ali estruturados.

O saber científico destes grupos agrícolas, que são atrelados ao *saber fazer* (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997), passam a não mais dispor da terra para praticar esse saber e reproduzir as lógicas inerentes às comunidades camponesas. Além deste fator limitante, o campo de domínio de saber sobre a natureza deixa de ser o próprio agricultor com sua experiência calcada na observação e prática acumulados por diversas gerações, passando a ser o campo científico acadêmico, intermediado (ou imposto) por organismos governamentais ou institucionais diversos.

10.5–Realizadores e público alvo dos *festivais*

Opondo-se diametralmente às antigas festividades, o público alvo dos *festivais* é o público externo, de médio e alto poder aquisitivo. Mas não apenas o público alvo é diferente do público das *festividades*, os próprios organizadores e patrocinadores são, em sua maioria, empresários da capital e de outras cidades, para onde normalmente se revertem as rendas dos turistas e espectadores dos eventos. Diante disto, a promoção e organização destes eventos por parte de grupos empresariais e investidores de outras cidades é focada primordialmente na renda possível de se obter através deles.

Nas antigas ocasiões de festividades, por sua vez, uma das principais características observadas é que tais brincadeiras e festejos criavam oportunidade para reprodução social de um sistema de dádivas, enquanto lógica predominante, em que, à medida que eram praticadas, doadas e recebidas, reforçavam os laços preferenciais e redes sociais locais, aprimorando ou multiplicando as relações de reciprocidade existentes. As reciprocidades, conforme já observado, eram de relevância fundamental para o desempenho econômico e sociocultural satisfatório destas comunidades.

Já os *festivais* têm como premissa o interesse de fomentar a circulação monetária dos estabelecimentos e, para tanto, utilizam-se de relações governadas por legislação trabalhistas, evocando prioritariamente as relações impessoais, regidas por preceitos burocráticos, em detrimento, geralmente, das relações diretas, os compromissos verbais e atuações solidárias que predominavam na estrutura sociocultural das festividades.

A este respeito, *Ana*, 34, comenta “Hoje não existem mais as trocas de favores. Existem as relações com dinheiro. As trocas com dinheiro. Não tem mais a troca por troca” (ENTREVISTA nº 40), revelando a decadência da prática da reciprocidade hierárquica que era a base da organização social de outrora, evidenciando relações monetariamente desinteressadas e que tão bem eram evidenciadas nas ocasiões festivas do período agrícola.

Convém ressaltar, que em uma conjuntura de baixa capacidade de monetarização e precarização das relações de trabalho, cujas reciprocidades funcionavam como elemento fundamental na consecução das demandas laborais ou sociais destas comunidades rurais, as relações mediadas pelo dinheiro eram extremamente raras.

Atualmente, contudo, é possível observar que ao mesmo tempo em que estas populações locais ressentem-se da ausência destas relações intensas de reciprocidade, buscam a todo instante o reconhecimento de sua força de trabalho – e, portanto, passível de remuneração - nestas mesmas atividades anteriormente prestadas na forma de favores, tais como cuidar dos filhos, ter ajuda de um compadre consertando um problema hidráulico em sua residência, participação na organização de um evento, etc.

Nota-se que a reciprocidade não se extinguiu por completo, mas tornou-se mais restrita aos parentes ou relações preferenciais de longa data, com quem se pode deixar um filho pequeno enquanto se trabalha, por exemplo, nos restaurantes locais durante os eventos. Este é o caso do jovem *Neto*, 28 anos, filho de D. *Emília*, 76, que deixa seu filho de 1 ano de idade com a sogra ou parentes enquanto trabalha com a esposa durante a madrugada nos restaurantes locais.

O objeto desta pesquisa, todavia, não é avaliar as relações de trabalho predominantes no período agrícola ou turístico, mas sim, a compreensão que esta população rural faz de suas relações sociais nestas duas conjunturas, a partir de uma significação e apreensão próprios, discerníveis mediante suas trajetórias

histórica e cultural, que os faz manifestar os significados mais pertinentes de suas vivências. Neste tópico específico, retrataram a força da reciprocidade e da satisfação de “trabalhar” voluntariamente em prol de um evento festivo, outrora; algo que atualmente só se desempenha em função de uma remuneração.

11. CONCLUSÃO

A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática. (SAHLINS, 1994, p. 07)

O município de Guaramiranga, conforme exposto, apresenta um significativo *processo de mudança social*, incidindo diretamente na organização sociocultural de sua população.

Lançando mão de uma intensa e sistemática pesquisa histórica e, igualmente, de relatos dos atores sociais locais, observo que tanto agricultores, ex-agricultores e seus descendentes, quanto comerciantes, turistas, empresários ou gestores públicos, expressam uma visão dicotômica(ou díspar) sobre as experiências de vida existentes, outrora na agricultura e, atualmente, no turismo. Isso ficou evidenciado, por exemplo, nas diversas narrativas colhidas e apresentadas nos capítulos anteriores, fortemente retratadas com dizeres como “naquela época...naquele tempo...” ou similares, sempre distinguindo *agricultura* do *turismo*.

Apesar da evidente transformação econômica e respectiva remodelação das características socioculturais no município de Guaramiranga, apoio em Sahlins (1985) a minha observação de que é possível abstrair desta trajetória retratada, alguns pontos fundamentais que evidenciam que a mudança histórica que incidiu sobre esta sociedade, não implicou, necessariamente, em mudança completa de suas estruturas mas, sim, na reformulação de seus signos e significados.

Sahlins (1985) defende a partir de seu conceito de “estrutura da conjuntura” que um conjunto de elementos “cristalizados a partir das categorias culturais” operantes pode reproduzir características culturais tradicionais, tanto quanto podem lhe proporcionar a atribuição de novos valores, de forma que toda alteração, para ele, é também uma reprodução dos esquemas culturais pré-existentes. Da mesma forma, a estrutura não é estática, mas modificada na ação.

No caso em tela, o valor cultural dado à natureza no período agrícola, manipulando-a para obtenção da renda e subsistência de suas populações locais e, posteriormente, na conjuntura turística, incentivando a obtenção de renda a partir,

exatamente, da não interferência no desenvolvimento da flora e fauna locais, foi o ponto fundamental de crise do signo anteriormente cristalizado quanto ao uso da terra e da relação homem/natureza. A partir deste ponto de crise conceitual, fecundaram-se atribuições de novos valores em toda a conjuntura sociocultural local, circunstância esta denominada conceitualmente por Sahlins de *atualização dos fenômenos*.

Observo, ainda, que a implementação do turismo, conforme observações empíricas, só conseguiu se concretizar, exatamente, por permitir a manutenção de alguns fenômenos desta cultura agrícola, valendo-se, justamente, de uma ressignificação destes, até como forma de sucesso na nova atividade econômica local.

Destaco, a seguir, como, de forma muito sutil, o turismo, que em nada é associado ao período cafeeiro pelos habitantes locais, promove a atualização de alguns fenômenos gerais da estrutura social campesina de Guaramiranga, em alguns pontos fundamentais do antigo cotidiano agrícola.

a) Espacialidades: Conforme observado, esta monografia ressaltou as mudanças de ocupação dos espaços públicos durante as festas, tendo espaços públicos abertos à convivência e usufruto dos diversos grupos sociais que, posteriormente, com o advento do turismo, foram delimitados e pré-destinados a públicos seletos e, notadamente, externos à cidade.

Tal reordenamento no uso dos espaços, aparentemente distinta nos dois momentos históricos, evidenciam, contudo, a manutenção de uma característica social pré-existente: o agricultor morador traz em si o estigma da não autonomia sobre o espaço físico que lhe é habitual. Na lavoura, morada e roçado não lhe pertenciam, sendo-lhe apenas concedido o uso. Consta em depoimentos que o sitiante frequentemente mudava o morador de casa por motivos diversos, ora por necessitar de seu trabalho em outra parte do sítio, ora pra promovê-lo, ora para puni-lo, destituindo-lhe a morada. A morada é, portanto, de uso momentâneo e a gerência sobre ela, em última instância, não lhe é definitivamente concedida. A praça, tomada de festividades, era a expressão e extensão deste senso de pertencimento sem posse. O uso é socializado e a realização do evento ou a gerência final sobre o espaço não é atribuída ao indivíduo singular, mas sim ao coletivo.

Com o advento do turismo, esta situação de não-autoridade do agricultor sobre o espaço permanece e, na maioria dos casos observados, até se agrava, pois

as populações agrícolas perdem duplamente sua oportunidade de usufruto do espaço: a morada de outrora lhe é destituída por força da especulação imobiliária, que promove a venda de tais imóveis na zona rural e, por outro lado, tanto a gestão pública quanto a gestão privada passam a delimitar a ocupação de praças, ruas e calçadas dos espaços urbanos em benefícios dos turistas. Ao ocupar estes espaços, o turismo destitui – privando ou restringindo - o habitante local não apenas do uso deste espaço enquanto instância **física** – a circulação de pedestres, no caso da concessão da ocupação das praças com mesas de estabelecimentos comerciais – mas, também, na instância **econômica** devido ao alto poder aquisitivo necessário para o usufruto destes estabelecimentos e, por último, em sua instância **moral**, já que não lhe é concedida, sequer parcialmente, a oportunidade de reconhecimento quanto à precedência do interesse das populações locais na gestão ou usufruto destes espaços. São os organizadores de eventos, a prefeitura, os empresários e polícia local que definem os espaços de circulação, de ocupação e de usufruto, sempre se voltando para a circulação do público externo.

b) Relações Hierárquicas: O vínculo entre morador e patrão (o sitiante) era calcado na reciprocidade hierárquica, estabelecida a partir da palavra firmada e do compromisso moral dos envolvidos. A reciprocidade hierárquica enquanto *dáviva* estendia-se indefinidamente entre prestações e contraprestações de subordinação do morador e favores ou favorecimentos concedidos por seu patrão – sendo este um modelo de construção de sociabilidades. Reconheço as tensões inerentes a este tipo de relação, frequentemente citada pelos agricultores como “sistema de sujeição”, mas restrinjo-me ao caráter de reciprocidade estabelecido enquanto lógica fomentadora dos elos sociais de então. E para retratar a co-existência deste modelo nos dias atuais, cito, por exemplo, o *Sr. Jorge, 64*, feitor de um sítio, que declarou trabalhar neste sítio firmando arrendamento e parcerias para ter acesso a terra, cultivando seus roçados para consumo ou venda, e cedendo parte da produção ao sitiante. Em reciprocidade, atende também às demandas diversas do patrão, na manutenção e gestão do sítio e gerencia sobre os demais moradores. Por tais atividades alega não ser remunerado nem ter maiores garantias quanto ao seu vínculo a este sítio (honorários, contrato registrado com direitos e obrigações de ambos, benefícios trabalhistas, etc.).

No caso de uma economia mais dinâmica, pontuada por relações impessoais e institucionalizadas, como é o caso do turismo e a contemporaneidade

das relações profissionalizadas do país, era de se presumir uma transformação que se espelhasse, ao menos minimamente, nas normas trabalhistas do país.

No entanto, o fenômeno de reciprocidade hierárquica se atualiza e passa a ser incorporado nestas relações dinâmicas do capitalismo, e utilizo-me desta mesma relação morador-sitiante para demonstrá-lo. O agricultor em questão, embora não receba remuneração pela sua atuação como feitor, recebeu de seu patrão um auxílio determinante junto às instituições federais e municipais para viabilizar sua aposentadoria agrícola – através de uma tramitação burocratizada que este agricultor não poderia conduzir sozinho por ser analfabeto -, além de conseguir emprego para sua esposa e filho na prefeitura, por força da influência de seu patrão junto aos políticos locais.

Com base na atualização do fenômeno (SAHLINS, 1985) da reciprocidade hierárquica, este agricultor respeita a autoridade e obedece as demandas do sitiante em parte por entender que este lhe proporcionou benefícios familiares (*dádiva*, reciprocidades) por outros meios. Tais meios dispensam as formalizações vigentes no modelo capitalista, nas relações empregado-empregador, e perpetuam as características “presumivelmente” do período agrícola, reproduzindo uma lógica de reciprocidade hierárquica que sobrevive à lógica competitiva do capitalismo, conforme também demonstra Sabourin [2008?], em seu artigo sobre a reciprocidade em comunidades camponesas de Massaroca-BA, apontando a coexistência destas duas lógicas nas populações camponesas de seu estudo.

c) Relações preferenciais e de vizinhança: O modelo agrícola lançava mão das relações preferenciais e o fortalecimento de suas reciprocidades para consecução de demandas produtivas, tais como a permuta de diárias de serviço nas lavouras. No modelo turístico, conforme apresentado, as relações de vizinhança estão sendo constantemente minimizadas já a partir da sua conformação espacial: casas e sítios vendidos a turistas impõem um novo modelo de relação com a vizinhança notadamente pautado no isolamento através de muros e a falta de convívio das populações locais com estes veranistas.

No entanto, as relações preferenciais estabelecidas antes do advento turístico continuam sendo fundamentais para a consecução de objetivos das populações locais, sendo este modelo atualizado de forma singular. Os parentes, a família extensa e os compadres que ainda residem na localidade são determinantes

para o auxílio grupal na consecução das tarefas ou manutenção destes grupos de indivíduos com suas relações preferenciais.

Como exemplo, apresento o caso do jovem *Neto*, 28 anos, filho de *D. Emília*, 67, que conta com auxílio de parentes para cuidar de seu filho de um ano de idade enquanto ele e esposa trabalham nos restaurantes locais em turnos de trabalho que atravessam a madrugada. Em outra situação, recorrente em vários relatos, idosos que obtiveram aposentadoria tornam-se – ou permanecem sendo – os mantenedores de seus grupos familiares, por sua aposentadoria consistir na principal renda de um grupo familiar de jovens e adultos (leia-se filhos e netos) que não encontram oportunidades estáveis de trabalho ou renda. E em um último exemplo, os vínculos de confiança, oportunizados por laços preferenciais – um amigo, um parente ou um conhecido - normalmente são determinantes na indicação e obtenção de um serviço. Tais relações fortalecem estes elos preferenciais já estabelecidos.

Além de tais características, esta pesquisa identificou outros aspectos que adquiriam significados distintos nos dois períodos econômicos, mas que, em suma, representam uma mesma característica conjuntural, historicamente cristalizada, mas culturalmente apreendida sob um novo aspecto de significantes socioculturais.

d) Vínculo de trabalho precarizado: No modelo agrícola, a necessidade de se ter famílias numerosas fazia com que a oportunidade de oferta de mão-de-obra (ou casas de moradores) chegasse à saturação facilmente. Dessa forma, a concorrência dessa mão-de-obra, embora qualificada para o trabalho agrícola, provocava um baixo poder de barganha para seu esforço laboral, repercutindo em baixa remuneração. Guaramiranga dispunha, no auge do período cafeeiro, de um contingente de trabalhadores agrícolas numerosos que, não raro, inclinava os recém casados a mudar de cidade por não mais encontrar moradia nos sítios locais, conforme narrado por *D. Mirtes*, 79 anos.

No modelo turístico, o panorama muda por força do êxodo agrícola retratado anteriormente. No entanto, o fenômeno se atualiza por ser o turismo, num primeiro momento, uma atividade em que os habitantes locais não conseguiram se inserir adequadamente por falta de qualificação e, num segundo momento, após alcançar a qualificação, já não mais havia estabelecimentos capazes de absorver o contingente qualificado localmente (cf. *Ana*, 34 anos, *Neto*, 28, *D. Emília*, 67, ambos

com vivência local, tanto na agricultura, quanto no turismo) – reproduzindo, dessa forma, a dificuldade de alocação da mão de obra nativa que repercute nesta mesma baixa capacidade de monetarização da mão-de-obra oferecida pelo trabalhador local.

Foi possível constatar, ainda, que o turismo em si, conforme observado em campo, não oportuniza, necessariamente, postos de trabalho com garantias sociais. O turismo oportuniza, normalmente, possibilidades de renda mediante vínculos “empregatícios” fragilizados. Entenda-se por “fragilizado”, por exemplo, oportunidades de prestar diárias de serviço apenas quando o fluxo turístico é intenso ou, ainda, contratação informal (sem garantias previdenciárias) em hotéis, restaurantes, pousadas, etc.

Mas não se trata de característica que aqui se deseje atribuir à modalidade ou característica da atividade turística local. Autores como Antunes e Alves (2004) e Castel (1998) discorrem sobre a precarização do trabalho proporcionada pelo mundo capitalista globalizado, capaz de promover um alto grau de concorrência da mão-de-obra entre os países do mundo, bem como motivado o capitalismo transnacional a ofertar postos de trabalho em mercados com menor custo desta mão de obra – sendo este menor custo, frequentemente, ligado a condições de subemprego ou empregos com baixa proteção social.

Cabe ressaltar, entretanto, que as oportunidades de trabalho estáveis e com proteção social em Guaramiranga, apontada pelos entrevistados – inclusive gestores públicos -, decorrem em sua maioria absoluta da ocupação de cargos públicos no município, através de concursos ou terceirização, e não do turismo.

Perpetua-se, desse modo, o fenômeno da fragilidade de vínculos laborais tão presentes na vida do morador de sítio cafeicultor. Os habitantes seguem, portanto, sem proteção social, com sua força produtiva subvalorizada por força do alto contingente em busca das restritas oportunidades de atuação e com o agravante de não mais produzirem parte de sua subsistência lavrando a terra.

Outro aspecto – o mais intrigante para mim, por parecer tão óbvio quanto não discernível pela maior parte da população – **e) Sazonalidade das oportunidades de renda**. No período agrícola, a economia obtinha melhores ou piores rendimentos de acordo com as estações - verão/inverno - incluindo a intensidade e adequação das chuvas sobre as plantações, que repercutiriam em fatura ou não de produtos, preços satisfatórios ou não no mercado competitivo,

resultando em boas ou insuficientes rendas para seus produtores. Em uma entrevista, a agricultora D. Lourdes declarou: “Naquele tempo (agricultura) era ruim porque **a gente tinha que esperar pela planta** e nunca tinha aquela certeza do quanto ia apurar.” O que se observa, no entanto, é que na economia turística vigente, esta mesma sazonalidade se perpetua e é atualizada pelo fenômeno conjuntural turístico de “alta estação” ou “baixa estação”. Esta é uma linha de raciocínio recorrente entre os entrevistados, alegando que nos tempos atuais a conjuntura proporcionaria uma tividade em que já se saberia a renda certa ao final da empreitada. As rendas, no entanto, permanecem sazonais, indefinidas e vulneráveis mas, desta vez, não em função dos ciclos da planta ou da natureza local, mas dos ciclos da economia regional, nacional ou mundial, que fazem do turismo uma oportunidade de renda centrada principalmente nos períodos de férias e, também, por ser o turismo um dos primeiros investimentos descartados pelo turista, em ocasiões de instabilidade econômica, em todo o mundo.

Desejo retratar com este último exemplo, portanto, mais uma atualização do fenômeno local pela conjuntura sociocultural turística, mas que, em suma, reproduz e reformula características cristalizadas ou historicamente estruturais e que estão sendo, agora, ressignificadas a partir das ações dos atores motivados pelo que Sahlins denomina *estrutura da conjuntura*, no caso, a configuração turística atual do município de Guaramiranga.

Diante do que foi proposto nesta monografia, apresento ainda, , que o fato de os depoimentos colhidos junto ao atores locais não ter evocado as similaridades dos elementos vivenciados e pontuados acima, enquanto *atualização dos fenômenos*, confirmam que: “(...) as circunstâncias contingentes da ação não se conformam necessariamente aos significados que lhes são atribuídos por grupos específicos, sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais (...)” e, ainda; “É nesses termos que a cultura é alterada historicamente na ação” (SAHLINS, 1985, pag. 07)

Ou, em outras palavras, é nesses termos que a ação humana transforma a estrutura, a partir da ressignificação dos valores, ainda que estes expressem a continuidade de elementos historicamente estabelecidos.

Destaco, finalmente, que toda essa ressignificação simbólica, como retratado no caso das mudanças ocorridas nas atividades econômicas de Guaramiranga, em dois momentos distintos, resulta da alteração da forma de socializar a natureza, ou seja, a forma de atuar sobre ela e interpretar seus signos. As políticas públicas, ao estabelecerem a prerrogativa de preservação ambiental, promoveram,

consequentemente, a interrupção da reprodução do saber local que, em suma, necessitava do *fazer*, da ação prática para a manutenção de sua lógica culturalmente estabelecida (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Sem a oportunidade de se reproduzirem esses *saberes*, ou esta apreensão cognitiva da natureza, e a conseqüente continuidade dos espaços sociais e simbólicos característicos desta comunidade agrícola, inicia-se toda a reformulação da apreensão do saber em si. Nesta reformulação, o agricultor local passou a absorver – por força da intensidade de interações dinâmicas com outros mercados capitalistas - uma lógica pautada no experimento técnico-científico, desabilitando em maior ou menor grau os *saberes* tradicionais, bem como sua forma de obtenção, reprodução e comprovação a partir da experiência local - historicamente acumulada por estas gerações.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975 (p. 137). *Apud* **LIMA**, Pedro Airton de Queiroz, **À sombra das ingazeiras: o café na Serra de Bautiré (1850 – 1990)**.2000.167p. Dissertação (Mestrado em História Social) -Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.p. 39.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**; Org. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho; Francisco Régis Lopes Ramos; Kênia Sousa Rios. – Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. 596p. – (coleção Biblioteca Básica Cearense).

ANTUNES, Ricardo; **ALVES**, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do ceará**. Edição Fac-similar da edição publicada em 1859 – Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. 36p. (Biblioteca Básica Cearense)

BRASIL. Lei Nº 5.889 de 08 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5889.htm> Acesso em: 17 jan 2012.

BRASIL. Lei Nº 6.505 de 13 de dezembro de 1977. Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6505.htm>. Acesso em : 08 mar.2012

BRASIL. Lei Nº 6.969 de 10 de dezembro de 1981. Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais. Disponível em:<<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1981/6969.htm>>. Acesso em: 10 mar.2012

BRASIL. Lei Nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991. Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm> Acesso em: 17 jan 2012.

BRASIL. Lei Nº 11.771 de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm> Acesso em 10 set 2012.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010. 11ª edição.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

CEARÁ. Decreto Nº 20.956 de 18 de setembro de 1990. Decreta a criação da APA de Baturité. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 24 set. 1990. Disponível em: <<http://antigo.semace.ce.gov.br/integracao/biblioteca/legislacao/conteudo/legislacao.asp?cd=56>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

CEARÁ. Lei Nº 12.464 de 29 de Junho de 1995 (Lei Jereissati). Dispõe sobre incentivos fiscais à cultura. Disponível em: <http://www2.secult.ce.gov.br/apoio/projetos/lei_estadual.asp> Acesso em: 12 jan 2012.

CHACON, Sueli Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. (Série BNB teses e dissertações, n. 08) 354 p.(2007)

DAMATTA, Roberto. **Apresentação**. In: GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2011 (3ª edição).

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Ed. Hucitec, 2004.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

FAHEINA, Rita Célia. **APA da Serra de Baturité: Favelização, violência e exclusão**. O Povo, Fortaleza, 28 dezembro 2006. Disponível em: <[**FARIAS**, Francisco Marcélio de Almeida. **Nossa história de concepção a Guaramiranga**. Disponível em: <<http://www.iaulas.com.br/site/arquivo/14645/livros-e-apostilas-digitais/literatura/nossa-historia-de-conceicao-a-guaramiranga.html>>. Acesso em 04 fev 2012.](http://www.gvces.com.br/index.php?r=noticias/view&id=66812&0%5Bidioma_id%5D=&0%5Bidnoticia%5D=&0%5Bidusuario%5D=&0%5Btitulo%5D=&0%5Btexto%5D=&0%5Bdatacad%5D=&0%5Bdatapub%5D=&0%5Bpublicado%5D=1&0%5Bfonte%5D=&0%5Bautor%5D=&0%5Bidfonte%5D=&0%5Bidtipo%5D=&0%5Bidioma%5D=&0%5Burl_referencia%5D=&0%5Bdestaque%5D=> Acesso em: 28 out 2011.</p>
</div>
<div data-bbox=)

FELDMAN-BIANCO, Bella (org). **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

FERREIRA, Benedito Genésio. **A estrada de ferro de Baturité: 1870-1930; Projeto História do Ceará, Política, Indústria e Trabalho 1930-1964.** Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/ Stylus Comunicações, 1989. 198p.

FREITAS FILHO, Manuel Rodrigues de; **SILVA**, Edson Vicente da. **Análise evolutiva da paisagem como subsídio para elaboração do zoneamento ambiental do município de Guaramiranga-CE.** In: SIMPOSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO – SBSR, 15.,2011. Curitiba-PR, **Anais**,Curitiba: INPE, 2011. p. 6.734-6.741. il. Color.

GENNEP,Arnold Van. **Os ritos de passagem.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2011 (3ª edição).

GUANAES, Senilde Alcântara. **Meu quintal não é parque!**:Populações locais e gestão ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) -Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A morada da vida:** trabalho familiar de pequenos produtores do nordestes do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 165p.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. **Mudancismo e conservadorismo no Ceará: o desenvolvimento rural na Era Jereissati(1986-2002).** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006. 140p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006.** [Brasília-DF], 2006. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/60147573/Cartilha-Ibge-Agricultura-Familiar>> Acesso em:15 fev 2012

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=23&search=ceara>> Acesso em: 15 fev 2012

IMÓVEIS: média de preços do metro quadrado em Fortaleza chega a R\$ 4,5 mil. **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 15 abril 2013. Disponível em: <<http://www.tribunadoceara.com.br/noticias/fortaleza/imoveis-media-de-precos-em-fortaleza-chega-a-r-45-mil/>> Acesso em 05 maio 2013.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Básico Municipal 2011:** Guaramiranga. Fortaleza: IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará), 2011. il color

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Básico Municipal 2012:** Guaramiranga. Fortaleza: IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará), 2012

JARAMILLO-BOTERO, Catalina; **MARTINEZ**, Herminia Emilia Prieto; **SANTOS**, Ricardo Henrique Silva. **Características do café (Coffea arabica L.) sombreado**

no Norte da América Latina e no Brasil: análise comparativa. Coffee Science, [S.l.], v. 1, n. 2, p. p. 94-102, dez. 2007. ISSN 1984-3909. Disponível em: <<http://www.coffeescience.ufla.br/index.php/Coffeescience/article/view/24>>. Acesso em: 30 Out. 2013.

LANNA, Marcos P. D. **A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste Brasileiro**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

LEAL, Vinícius Barros. **História de Baturité: época colonial**. Fortaleza: Secretaria de cultura e Desporto, 1981. 295p.

LIMA, Experição de Queiroz. **Antiga Família do Sertão**. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Agir Editora, 1946.

LIMA, Pedro Airton de Queiroz. **À sombra das ingazeiras: o café na Serra de Batutiré (1850 – 1990)**. 2000. 167p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, Ed. Civita, 1976.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 536p.

MAZOYER, Marcel; **ROUDART**, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 568p.

MENEZES, Marcelo de Oliveira Teles; **ARAÚJO**, Francisca Soares de. ; **ROMERO**, Ricardo Espíndola. **O sistema de conservação biológica do estado do Ceará: diagnóstico e recomendações. REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**. Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 7-31, jun. 2010.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. **Breves considerações sobre a História e Cultura do Cafeeiro e consumo de seu producto**. Typographia do Imperial Instituto Artístico-Rio de Janeiro, 1873.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

PRATA, Flávio da Cunha. **Principais culturas do nordeste**. Fortaleza: Imprensa Universitária-Universidade Federal do Ceará, 1973.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRANGA, Calendário de eventos 2011. Guraramiranga, 2011.

QUEIROS, Maria Isaura Pereira de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil (ensaios)**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. 314p.

RIBEIRO, Gustavo Lins; **BARROS**, Flávia Lessa de. A corrida por paisagens autêntica: turismo, meio ambiente e subjetividade na contemporaneidade.(Série Antropologia - 171) Brasília-1994

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Diretrizes da Política Nacional de Turismo e subsídios para sua avaliação**. Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios, Recife, v.II, n.3, jun. 2011. 62

_____. **Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração**. Editora UFC, 2014, no prelo.

SABOURIN, Eric. **Reciprocidad e intercambio en comunidades campesinas del Nordeste: Massaroca (Bahía, Brasil)**. Disponível em:

<<http://www.jornaldomauss.org/periodico/?p=519>> Acesso em: 20 de novembro de 2011

SAES, Maria Sylvia Macchione. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café**. São Paulo: ANNABLUME, 1997. 224p

SAES, M. S. M; **SOUZA**, M.C.M; **OTANI**, M.N..**Alianças estratégicas para garantir a sobrevivência dos produtores e dos recursos naturais: o caso do café**

sombreado da Serra de Baturité.Disponível em

<<http://www.fearp.usp.br/egna/resumos/Saes.pdf>>Acesso em:08abr 2012.

SAHLINS, Marshal. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

SEBRAE/CE, Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará. **Perfil Sócio-Econômico Guaramiranga**(Série Proder) . Fortaleza: SEBRAE/CE, 1997. 76p

SEVERINO, Liv Soares; **OLIVEIRA**, Teógenes Senna de. **Café sombreado no Maciço de Baturité**. Fortaleza: Os autores, 2000. 57p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

VALERI, Valério. **Festa**. In *Enciclopedia*, VI:87-89, Turim: Einaudi, 1979 *Apud*

LANNA, Marcos P. D. **A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste Brasileiro**.Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

VELSEN, J. Van. **A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado**, in: **A antropologia das sociedades contemporâneas**. Organização e introdução Bela Feldman-Bianco. São Paulo: Global, 1987.

VIA DE COMUNICAÇÃO. **Impactos sociais do festival de jazz – Fortaleza**, 2008.

WOORTMANN, E.F.; **WOORTMANN**, K.O **trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192p.

APENDICES

APENDICE A – Relação de Entrevistados

ENTRE VISTA Nº	IDADE	SEXO	ATIVIDADE ANTERIOR	ATIVIDADE ATUAL	RELAÇÃO COM O EGO
01	78	F	agricultora	aposentada	vizinha
02	64 anos	M	Agricultor	Agricultor	irmão
03	64 anos	M	agricultor	Presidente Sindicato dos Agricultores de Guaramiranga	Não se aplica
04	n.i.	M	Seminarista	Gerente Pousada dos Capuchinhos	Não se aplica
05	n.i.	F	Funcionaria pública	Gerente Hotel Escola Senac	Não se aplica
06	69 anos	M	cafeicultor	Secretario de Infra-estrutura de Guaramiranga	Não se aplica
07	35 nos	M	agricultor	Dono de Restaurante	Não se aplica
08 a 12	67 anos	F	agricultora	Professora aposentada	Ego
13 e 14	71 anos	M	agricultor	Agricultor aposentado	Irmão do Ego
15 a 18	67 amps	F	agricultora	Professora aposentada	Ego
19	n.i.	M	Funcionário publico	Gerente Emater-Ce Pacoti	Não se aplica
20	n.i.	M	Funcionario público	Gerente da APA de Baturité	Não se aplica
21	62 anos	F	agricultora	agricultora	Não se aplica
22 a 24	n.i.	M	Piloto avião	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Guaramiranga	Não se aplica
25 a 28	80 anos	M	Funcionário público aposentado	Cafeicultor, herdeiro de ex-cafeicultor	Não se aplica
29	80 anos	F	agricultora	Dona de Restaurante	Não se aplica
30	n. i.	M	Corretor de imóveis	Corretor de imóveis	Não se aplica
31	n.i.	M	Comerciante em Fortaleza	Dono de restaurante	Não se aplica
32 e 33	71 anos	M	Agricultor	Agricultor aposentado	Irmão do Ego
34	79 anos	F	agricultora	Agricultora aposentada	Irmã do Ego
35	77 anos	M	agricultor	Agricultor aposentado	Cunhado do Ego
36 e 37	37 anos	F	Não informado	Funcionaria pública	Não se aplica
38 a 40	34 anos	F	Administradora de empresas	Gestora de ONG	Filha do Ego
41	51 anos	F	agricultora	Dona de casa	Irmã do Ego

ANEXOS

ANEXO A - Calendário de eventos fornecido pela Prefeitura de Guaramiranga



Prefeitura Municipal de Guaramiranga
Secretaria da Cultura
Administração Liberdade Para Todos

CALENDÁRIO DE EVENTOS - 2011

EVENTOS	RESUMO	LOCAL	REALIZADORES	MES	DATA
Dia de Reis	Apresentação dos grupos de Reisado do Sítio Arábia, Pernambucozinho, Santo Reis do Oriente e presépio vivo	Sede	Secretaria da Cultura	Janeiro	Dia 06
Programação de Férias	Apresentação de Grupos de Teatros Sincronia, Cia. Fabril de Teatro, Segundo Tempo, Artimanhas, Dramas	Teatrinho Rachel de Queiroz	Secretaria da Cultura	Janeiro	Finais de Semana
Festival de Jazz e Blues	Música	Teatro Rachel de Queiroz	Via de Comunicação	Carnaval/Março	Móvel
Dia do Bibliotecário	IV Encontro de Bibliotecários do Maciço de Baturité	Hall do Teatro Rachel de Queiroz	Secretaria da Cultura	Março	11 e 12
Dia Mundial do Teatro	Atividades com Grupos de Teatros locais e shows	Teatrinho Rachel de Queiroz e Praça do Teatro	Secretaria da Cultura	Março	Dia 27
Abril da Música	Shows nos finais de semana com artistas de Guaramiranga	Teatrinho Rachel de Queiroz e central de Artesanato	Secretaria da Cultura	Abril	Finais de semana
Dia Mundial do Livro Infantil	Festa do Livro Infantil: atividades envolvendo Biblioteca Municipal e escolas	Teatro Rachel de Queiroz e escolas do município	Secretaria da Cultura Biblioteca Municipal	Abril	Dia 17
Dia do trabalho	Festa comemorativa	Pernambuquinho	Prefeitura Municipal	Maio	Dia 01
VII Mostra de Dramas	Apresentações dos Dramas de Guaramiranga	Teatrinho Rachel de Queiroz	Secretaria da Cultura	Maio	20 a 22/03
XXI Mostra Junina	Apresentação de quadrilhas locais e convidadas, feira de comidas típicas, simpatias, pescaria, forró pé de serra etc.	Quadra Poliesportiva e Praça Central	Secretaria da Cultura	Junho	23 a 25/06
Guaramiranga em Férias e XII Mostra do Teatro de Guaramiranga	Shows musicais, espetáculos teatrais e de dança	Teatrinho Rachel de Queiroz e central de Artesanato	Secretaria da Cultura	Julho	Mês de julho



Prefeitura Municipal de Guaramiranga
Secretaria da Cultura
Administração Liberdade Para Todos

CALENDÁRIO DE EVENTOS - 2011

EVENTOS	RESUMO	LOCAL	REALIZADORES	MES	DATA
XII Mostra do Teatro de Guaramiranga	Espectáculos teatrais com grupos locais	Teatrinho Rachel de Queiroz	Secretaria da Cultura	Julho	25 a 31
FENDAFOR	Festival de Danças	Teatro Rachel de Queiroz	Cia. Jane Ruth	JULHO	Finais de semana
Arte no Terreiro	Intercâmbio cultural das atividades da Sec. Cultura com a comunidade	Comunidades	Comunidades e Secretaria da Cultura	Agosto	06, 20 e 27
Mostra Folclórica	Apresentações folclóricas das escolas municipais e estadual	Teatro Municipal	SEDUC/Escola ZMB	Agosto	Dia 27
Festival Nordestino de Teatro	Mostra de Grupos Teatrais do Nordeste	Teatros e Escolas de Guaramiranga	AGUA	Setembro	De 03 a 11
Semana do Município	Festa de emancipação política de Guaramiranga	Sede e comunidades	Prefeitura Municipal	Setembro	De 16 a 22
Natal de Luz	Apresentação de música e atividades ligadas ao Natal	Sede e comunidades	Secretaria de Cultura	Dezembro	Finais de semana
Reveillon Popular	Show com Banda Ritmos e show pirotécnico	Sede	SECULT Guaramiranga; Restaurantes: Confraria, Café com Flores, Basílico e Hofbrauhaus	Dezembro	Dia 31



Prefeitura Municipal de Guararãngá
Secretaria da Cultura, Turismo e Empreendedorismo
Administração Liberdade Para Todos

CALENDÁRIO DE EVENTOS RELIGIOSOS

EVENTOS	RESUMO	LOCAL	REALIZADORES	MES	DATA
Novenário de São José	Novenário e quermeces	Sítio Gameleira		Março	Dia 19
Coroação de N. S. da Conceição		Igreja Matriz		Maio	Dia 31
Coroação de Nossa Senhora		Pernambuquinho, Botija, Lagoa, Linha da Serra, Cana Seca		Maio	Móvel
Novenário de Santo Antônio		Forquilha		Junho	Dia 13
Novenário de São João		Linha da Serra		Junho	Dia 24
Novenário de N.S. de Lourdes		Sede		Agosto	
Novenário de Santo Agostinho		Agostinho		Agosto	
Novenário de N.S. do Bonfim		Pernambuquinho		Setembro	
Novenário de São Francisco		Sede		Outubro	Dia 04
Novenário de N.S. Aparecida		Sítio Arábia		Outubro	Dia 12
Novenário de Santa Teresinha		Botija		Outubro	
Novenário de N.S. das Graças		Sítio Lagoa		Novembro	
Dia de N.S. da Conceição		Sede		Dezembro	Dia 08
Dia de Santa Luzia		Arábia		Dezembro	Dia 13
Sagrada Família		Nova Fortaleza			

ANEXO B - Dados elaborados pelos realizadores do Festival Jazz & Blues de Guaramiranga



O Festival Jazz e Blues de Guarimiranga se configura como um evento que colabora, para a consolidação da cadeia produtiva da região. Um evento que integra arte, cultura, lazer, capacitação e desenvolvimento, que tem promovido o significativo crescimento das ações culturais, do turismo e da economia na região, e vem servindo de modelo de crescimento sustentável através da arte.

Colhendo Resultados na Cultura

Ampla visibilidade à produção artística local
Descentralização e diversidade cultural
Qualificação de músicos do Ceará
Abertura de mercado para novos talentos
Formação de novas bandas
Aberturas de casas de música instrumental
Aumento na gravação de CDs
Programas de rádio
Auto-estima e reconhecimento

Colhendo Resultados no Turismo

Visibilidade nacional
Redirecionamento da rota turística no período do carnaval
Turismo indireto / novos eventos
Geração de empregos diretos e indiretos
Ampliação e maior profissionalização do trade turístico local

Nova perspectiva de desenvolvimento social e econômico na região - impacto em outros municípios
Melhoria da infra-estrutura na região

Colhendo Resultados com Inclusão Social

Programação gratuita - formação
Inversão da lógica do mercado cultural / descentralização da oferta
Acesso de produtos culturais refinados à comunidade local
Surgimento de novas vocações produtivas - interesse pela arte
Desenvolvimento da comunidade (acesso, qualificação, educação e geração de renda)
Escola de Arte e Comunicação AGUA (realização de projetos de sustentação cultural)
Parcerias com patrocinadores - ações permanentes em prol da cidade
Criação de pousadas domiciliares

Colhendo Resultados na Mídia Espontânea

TV - Presença em Noticiários:
Rede Globo, Rede Vida, Rede Bandeirantes, TV Educativa (RJ), TV União, TV Verdes Mares, TV Diário, TV Cidade, TV Gama Filho, TVC entre outras.

REVISTAS

Caras: Bravo, Nova, Jazz'n Blues, Revista Gol, QUEM, Guitar Player, Viagem e Turismo, Continente Multicultural, entre outras.

JORNAIS

Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Zero Hora (RS), Correio Brasiliense (DF), Jornal do Comércio (PE), Correio da Paraíba (PB), Meio Norte (PI), Poti (RN), O Popular (GO), Estadão (RO), dentre outros.

Agências de notícias
Agência Nordeste, Reuters, Radiobrás, JB OnNews e Folha News

Portais
UOL, AOL, Yahoo, Terra, Globonews, JBonline, Viaje Aqui, E-jazz, Noolhar, O Globo Online, Verdes Mares, Alô Música, Paraná Online, Ritmo melodia, Sarativa, Neisons, Viva Rio, Expresso 2222, Top Cutabá, Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro entre outros

Colhendo Resultados na Economia da Região

Comércio:

70 estabelecimentos na região
Alimentos, farmácias, Cds, souvenirs, artesanato, decoração, cabeleireiro, ecoturismo, imobiliária, flores, jornal local, condomínios, etc.

Período do Festival:

Acréscimo de 300% nas vendas
Aumento de até 50% na renda da comunidade
1.500 empregos fixos e temporários no comércio

Hospedagem & Alimentação:

2000 - 2 restaurantes
2007 - 14 restaurantes
2000 - 308 leitos
2007 - 1.158 leitos

800 empregos permanentes no turismo
600 empregos indiretos em Guaramiranga no período do Festival
1.000 empregos indiretos nas cidades vizinhas - Turismo

Turismo:

Inspiração para criação de novos eventos na cidade:
Festival Nordestino de Teatro, Festival de Vinhos, Festival de Gastronomia, Festival Flores da Serra (Pacoti) e eventos científicos e sociais

* Dados fornecidos pela Prefeitura de Guaramiranga / ATBS

Aprendendo com o Festival

Palestras proferidas sobre o Festival de Jazz nas seguintes instituições de ensino: UNIFOR, FAF, FIC, IESC, SENAC, CEFET, UFC.

Palestras proferidas sobre o Festival de Jazz nos seguintes eventos:

- II Fórum da Economia da Cultura do Maranhão
- Seminário Internacional de Economia Criativa do Governo do Espírito Santo
- Seminário Nacional de Economia Criativa do Ceará

11 Monografias e Teses de Mestrado sobre aspectos relacionados ao Festival nos seguintes cursos:

Turismo, Comunicação, Gestão Cultural, Meio Ambiente, Administração e Marketing.

Cursos de pós-graduação nos quais o Festival de Jazz é apresentado como Case:

- MBA em Bens Culturais - Fundação Getúlio Vargas / SP
- MBA em em Gestão - Universidade Cândido Mendes / RJ
- Curso de Extensão em Gestão de Políticas e Produtos Culturais - Faculdade São Luis / SP

Estudo e citações sobre o Festival de Jazz em 10 livros e publicações locais e nacionais.

Aquecendo o Mercado Cultural do Ceará

Programas de Rádio no gênero Jazz e Blues, surgidos depois da realização do Festival de Jazz:

- Atlântico Jazz e Blues (Atlântico Sul FM)
- Jazz, blues in Company (Tempo FM)
- Jazz Master (Calypso FM)
- Encontro com o Blues (Universitária FM)

Projetos desenvolvidos no Ceará, no gênero Jazz e Blues, depois do Festival:

- I Mostra BNB do Blues
- Fórum Harmônicas
- Oi Blues by Night
- Dragão Jazz
- Fábrica do Blues
- Jazz ao Pôr do Sol - late Clube

+ de 12 casas noturnas, bares e restaurantes executam jazz e blues no Ceará semanalmente.

Aquecendo o Mercado Cultural no Brasil

Consultorias para Desenvolvimento de Projetos Similares ao Festival à convite dos seguintes municípios e instituições:

Pedro II Piauí / Prefeitura Municipal de Pedro II / SEBRAE / PI)
Alto Paraíso GO (Prefeitura Municipal de Alto Paraíso)
Pirenópolis GO (Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Pirenópolis)

Festivais de Jazz criados no Brasil depois do Festival de Jazz e Blues de Guarimiranga

No período do Carnaval :

Goyaz Festival Goiás / desde 2006
Garaniuns Jazz and Blues Festival Pernambuco / desde 2008
Festival Jazz e Blues SESC Pinheiros-SP/desde 2007

Em diferentes datas:

Recife Jazz Festival Pernambuco / desde 2003
Rio das Ostras Jazz e Blues Festival Rio de Janeiro / desde 2002
Festival de Inverno de Pedro II Piauí / desde 2004
Festival Amazonas Jazz Amazonas / desde 2006
Joinville Jazz Festival Santa Catarina / desde 2002
Festival Tudo é Jazz Ouro Preto MG / desde 2002
Jazz Festival Brasil Belo Horizonte MG / desde 2001
Jazz Festival Sergipe Alagoas / desde 2007
Festival Internacional de Campos Rio de Janeiro / desde 2006

Alguns Números

Os visitantes vindos de outros estados brasileiros, em 2007 somam 14,7%, o que denota o crescimento da visibilidade do Festival de Jazz e Blues.

35% viajaram exclusivamente para participar do Festival
89% dos entrevistados afirma que viajou em grupo.
76,6% dos visitantes se hospedou em Guarimiranga.
As demais localidades somam **17,6%**.
41,7% do público do Festival de Jazz e Blues permanece sendo de faixas etárias mais adultas.
44,6% dos entrevistados possuem nível médio ou estão cursando nível superior.

40% dos entrevistados tem nível superior completo, sendo que destes 10,4% são pós-graduados.
30% afirma gastar entre R\$ 500,00 a R\$ 750,00.
Em 2004 a circulação de dinheiro no Festival foi equivalente a 10 meses de arrecadação municipal.
30% ganha de 3 a 8 salários mínimos.
17% ganha de 8 a 14 salários mínimos
84,8% dos entrevistados lêem jornais
39% vai ao cinema frequentemente
38% vai frequentemente à shows musicais

*Dados fornecidos pela Pesquisa SEBRAE / MESTRINA.

Há quem diga que as vibrações do FJBG contagiaram todo o Ceará

"...é um dos principais responsáveis pelo apreço dos cearenses à música instrumental".
Jornal O POVO - 02/04/08

"O FJBG foi um catalisador. Pela primeira vez os músicos tiveram a oportunidade de aparecer no cenário nacional... Pela primeira vez na história do nosso estado vemos instrumentistas dar autógrafos e serem reconhecidos nas ruas".
Bob Mesquita músico cearense.

"Consideramos o festival importante para nossa carreira como músicos cearenses que somos porque, além de privilegiar músicos da nossa cidade e do nosso estado, dá suporte a um novo mercado de música (o da música instrumental brasileira), que por muito tempo ficou esquecido pelos cearenses".
Italo e Renno - músicos cearenses

"Considero o festival importante para minha carreira como músico cearense ...onde pode mostrar a qualidade do meu trabalho e divulgá-lo para um público de bom gosto. Sem contar o tanto que o festival contribuiu e continua contribuindo para o meu currículo musical".
Artur Menezes - músico cearense

"Reconheço a importância da realização do "Festival de Jazz e Blues de Guarimiranga", por seus notórios resultados já alcançados no âmbito cultural das comunidades local, estadual e nacional. Tive oportunidade de identificar sua qualidade de realização por ocasião de minhas participações como intérprete e compositor... Desta forma quero afirmar meu sincero desejo de que esta promoção tenha sua continuidade assegurada como forma de promover o intercâmbio cultural entre artistas nacionais, internacionais e locais e ao mesmo tempo apoiar o desenvolvimento dos novos talentos".
Fausto Nílio - compositor cearense.